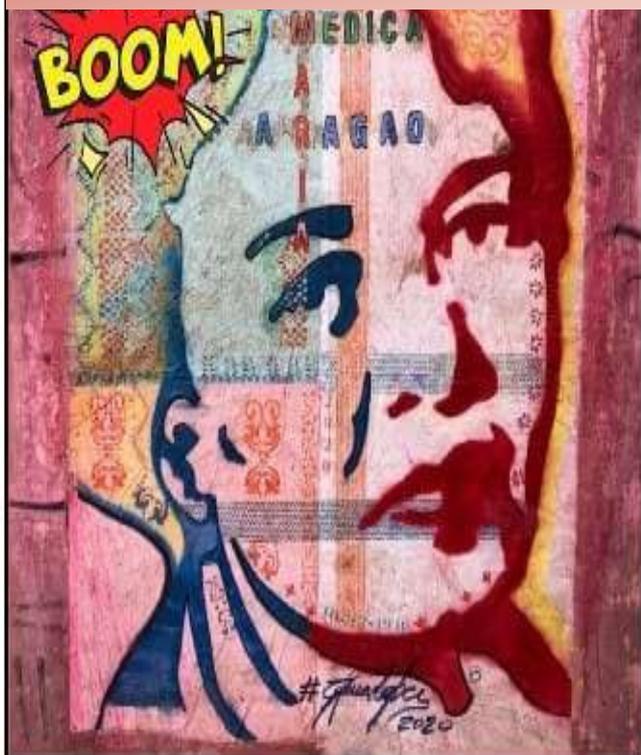


IONAYRA PINTO LIMA MOREIRA

OS SILÊNCIOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO MARANHÃO: O ensino da história do Maranhão no Centro de Ensino Maria José Aragão e a produção da história em quadrinhos baseada na trajetória política da Maria Aragão como instrumento didático



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA (PPGEEB)

IONAYRA PINTO LIMA MOREIRA

OS SILÊNCIOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO MARANHÃO: O ensino da história do Maranhão no Centro de Ensino Maria José Aragão e a produção da história em quadrinhos baseada na trajetória política da Maria Aragão como instrumento didático

São Luís
2023

IONAYRA PINTO LIMA MOREIRA

OS SILÊNCIOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO MARANHÃO: O ensino da história do Maranhão no Centro de Ensino Maria José Aragão e a produção da história em quadrinhos baseada na trajetória política da Maria Aragão como instrumento didático

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) como requisito obrigatório para receber o título de Mestre em Educação – Gestão do Ensino da Educação Básica.

Orientadora: Prof^a Dr^a Antônia da Silva Motta.

São Luís
2023

Imagem da Capa: Pintura da artista visual Telma Lopes.

Moreira, Ionayra Pinto Lima.

Os silêncios da ditadura civil-militar no Maranhão: O ensino da história do Maranhão no Centro de Ensino Maria José Aragão e a produção da história em quadrinhos baseada na trajetória política da Maria Aragão como instrumento didático.

142f.

Orientadora. Profa. Dra. Antônia da Silva Motta.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) – CCSO, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Ditadura militar. 2. Maria Aragão. 3. História em quadrinhos. I. Motta, Antônia da Silva. II. Título.

CDU 37.04:741.5

OS SILÊNCIOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO MARANHÃO: O ensino da história do Maranhão no Centro de Ensino Maria José Aragão e a produção da história em quadrinhos baseada na trajetória política da Maria Aragão como instrumento didático

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) como requisito obrigatório para receber o título de Mestre em Educação – Gestão do Ensino da Educação Básica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Antônia da Silva Motta.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Antônia da Silva Motta (Orientadora)

Doutora em História – (PPGEEB/UFMA)

Profa. Dra. Fernanda Rodrigues Galve (1^a Examinadora)

Doutora em História – (PPGEEB/UFMA)

Prof. Dr. Washington Tourinho Junior (2^o Examinador)

Doutor em História – (PROFHISTÓRIA/UFMA)

Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes (1^o Suplente)

Doutor em Educação (PPGEEB/UFMA)

Profa. Dra. Mary Angélica Costa Tourinho (2^a Suplente)

Doutora em História – (PROFHISTÓRIA /UESPI)

AGRADECIMENTOS

A Deus, Emanuel, Deus conosco sempre está, Ele nunca me deixou, me sustentou até aqui com seu amor incondicional, se não fosse seu cuidado não chegaria até aqui, Toda Honra e Gloria seja dada a Ele;

À minha querida mãe Vilma, que me inspira a vencer e superar todos os obstáculos da vida. Ela jamais permitiu as adversidades sobressaírem a sua alegria de viver, à essa grande guerreira minha gratidão;

À minha filha Ivy Brenna, que me faz ter mais força para alcançar meus objetivos, me ensinando sobre o amor verdadeiro e genuíno;

Ao meu esposo Brayan, que caminha ao meu lado há muitos anos, acreditando e incentivando todos meus sonhos;

Às minhas irmãs Wilmara e Silmayra, que são amigas preciosas e que me encorajam a vencer;

Aos meus sobrinhos Josué e Jasmim, que enchem minha vida de felicidade e amor;

À minha orientadora Antônia Motta, pelo profissionalismo e humanidade durante o processo da pesquisa;

A todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica, que mesmo em aulas remotas no período pandêmico fizeram grandes contribuições imensas a minha pesquisa. Professoras e Professores: Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes, Maria José Albuquerque Santos, Antônio de Assis Cruz Nunes, Antônia da Silva Motta e Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira e Hercilia Maria de Moura Vituriano minha gratidão eterna;

Aos meus colegas da quinta Turma do PPGEEB, agradeço a ajuda e companheirismo e carinhos em muitos momentos;

Enfim, a todos que contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional, meu muito obrigada ao Programa Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica – o qual foi e é um divisor de águas em minha vida acadêmica.

Ave, Maria
Mártir cheia de garra
O povo é convosco!
Bendita és tu
Entre as mulheres
E bendito, bendito é o fruto
De tuas lutas,
Para nós: Luz
Mulher, humana, Maria,
Irmã dos pobres e excluídos,
Gritai por nós trabalhadores,
Olhai por nós os esquecidos,
A toda hora e sempre, vem.
[...]
Mulher, ativista, Maria,
Líder dos bravos e aguerridos,
Velei por nós, os pés-no-chão”
Lutai por nós, os oprimidos,
Que sem casa, saúde, escola, trabalho
digno,
Labutam no dia-a-dia
Fazendo história e seu ganha pão.
E a isso tudo, disse Maria,
Só vira um dia, em verdade ou utopia,
Com esperança na Educação.
Ave, Maria,
Cheia de história!

AVE, MARIA

Wilson Chagas

(Para Maria José Aragão)

RESUMO

A presente pesquisa aborda a história da Ditadura Civil-Militar no Maranhão através da trajetória da ativista Maria Aragão e investiga o método de ensino que o Centro de Ensino Maria José Aragão utiliza para discutir este cenário em sala de aula, tendo em vista a escassez das histórias regionais nos livros didáticos. O trabalho tem como objetivo investigar a Ditadura Civil-Militar no Maranhão e inseri-la nas aulas de História no Centro de Ensino Maria José Aragão por meio de HQs didáticas, baseadas na trajetória da líder política Maria Aragão. Inicialmente, discutimos a Ditadura Civil-Militar no Estado começando com um breve histórico a respeito da instauração do golpe no Brasil. Posteriormente, mencionamos a transição política no Maranhão que abrange o período do governo de Vitorino ao de José Sarney. Ainda neste tópico, discorremos acerca dos movimentos sociais em cenário ditatorial. A terceira seção é dedicada à trajetória da ativista Maria José Aragão, antes e durante a ditadura de 1964. Na quarta seção, aborda-se a história em quadrinhos como uma possibilidade de contar histórias desconhecidas, discutindo a memória, o esquecimento e poder atrelado ao conhecimento e a história local. Ainda nesta seção, enfatizamos os desdobramentos das HQs, sua inserção na educação e a importância dessa ferramenta no ensino da história. Na quinta seção, descrevemos a pesquisa, metodologia, o CE Maria José Aragão, seus arredores e os resultados de entrevistas e questionários. Esta seção conta, ainda, com o detalhamento do produto educacional. Para fundamentação da pesquisa, utilizou-se as seguintes e principais fontes bibliográficas: Moreira (2015), Cabral (2006), Foucault (1987), (1989), Circe (2008), Vergueiro (2014), Rama (2014). Os sujeitos da pesquisa foram o gestor e o professor de história. A coleta de dados se deu em entrevistas e questionário. O produto consistiu na produção de história em quadrinhos *Ditadura Civil-militar no Maranhão: Maria Aragão e sua luta em quadrinhos*.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; Maria Aragão; história em quadrinhos.

ABSTRACT

This research addresses the history of the Civil-Military Dictatorship in Maranhão through the trajectory of the activist Maria Aragão and investigates the teaching method that the Centro de Ensino Maria José Aragão uses to discuss this scenario in the classroom, given the scarcity of regional histories in textbooks. The goal of this work is to investigate the Civil-Military Dictatorship in Maranhão and insert it into History classes at the Centro de Ensino Maria José Aragão through didactic comic books, based on the trajectory of the political leader Maria Aragão. Initially, we discuss the Civil-Military Dictatorship in the State, starting with a brief history regarding the establishment of the 1964 coup in Brazil. Subsequently, we mention the political transition in Maranhão that covers the period from Vitorino's government to that of José Sarney's. Still in this topic, we talk about social movements in a dictatorial scenario. The third section is dedicated to the trajectory of the activist Maria José Aragão, before and during the 1964 dictatorship. In the fourth section, we approach comics as a possibility to tell unknown stories, discussing memory, forgetfulness, and power linked to knowledge and local history. Also in this section, we emphasize the consequences of comics, their insertion in education, and the importance of this tool in teaching history. In the fifth section, we describe the research, methodology, CE Maria José Aragão, its surroundings, and the results of interviews and questionnaires. This section also contains the details of the educational product. To support the research, we consulted the following main bibliographical sources: Moreira (2015), Cabral (2006), Foucault (1987), (1989), Circe (2008), Vergueiro (2014), and Rama (2014). The research subjects were the school's Principal and the history teacher. Data collection took place through interviews and a questionnaire. The product consisted of the production of a comic book named *Civil-military Dictatorship in Maranhão: Maria Aragão and her fight*.

Keywords: civil-military dictatorship; Maria Aragão; comics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Projeto “Cárcere: a América dos Americanos, o Brasil da Ditadura, então “Cálice!”	10
Figura 2 –	Governador Sarney.....	26
Figura 3 –	Jornal Tribuna do Povo.....	39
Figura 4 –	Transcrição do diário (Memorial Maria Aragão).....	53
Figura 5 –	Cárcere.....	53
Figura 6 –	Trechos de livros.....	66
Figura 7 –	Capas de Revistas em Quadrinhos.....	70
Figura 8 –	Capa e trecho da HQ: Balaiada a Guerra do Maranhão.....	72
Figura 9 –	Localização do bairro Cidade Operária.....	79
Figura 10 –	Fachada atual do CE Maria José Aragão.....	80
Figura 11 –	Colheita.....	84
Figura 12 –	Entrada, pátio, estacionamento e quadra poliesportiva da Escola.....	85
Figura 13 –	Pintura e Poema em homenagem a Maria Aragão.....	86
Figura 14 –	QR Code.....	92
Figura 15 –	Capa da HQ.....	93
Figura 16 –	Página 1 da HQ.....	94
Figura 17 –	Segunda página da HQ.....	95
Figura 18 –	Sexta página da HQ.....	96
Figura 19 –	Decima Primeira página da HQ.....	97
Figura 20 –	Decima segunda página da HQ.....	98

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	DITADURA CIVIL-MILITAR NO MARANHÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA MARANHENSE.....	19
2.1	De Vitorino a Sarney: a transição política e Ditadura Civil-Militar....	24
2.2	Igreja e Ditadura Civil-Militar no Maranhão.....	26
2.3	Movimentos sociais.....	29
3	MARIA ARAGÃO E SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA.....	32
3.1	Medicina, Partido Comunista do Brasil e Jornal tribuna do Povo....	32
3.2	Maria Aragão e sua trajetória durante a Ditadura Civil-Militar: prisões para silenciar.....	41
4	MARIA ARAGÃO, A DITADURA CIVIL-MILITAR E OS QUADRINHOS: HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO UMA POSSIBILIDADE DE CONTAR HISTÓRIAS DESCONHECIDAS.....	57
4.1	As fragilidades dos livros didáticos: o saber e o poder.....	57
4.2	Conhecendo as histórias em quadrinhos: um histórico das HQs na escola.....	64
4.3	As HQs como didática para histórias esquecidas e/ou silenciadas: historiografia e as conexões do passado com o presente.....	73
5	METODOLOGIA.....	79
5.1	Caracterização da escola: O entorno do Centro de Ensino Maria José Aragão.....	79
5.2	Centro de Ensino Maria José Aragão.....	80
5.3	Percurso metodológico da pesquisa.....	87
5.4	Descrição como uma proposta de aplicabilidade do produto educacional.....	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS.....	104
	APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....	112
	ANEXO A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	146

1 INTRODUÇÃO

Mediante inúmeras perguntas e curiosidades, principalmente quanto à história contemporânea do Maranhão, da qual não há muitos registros, principalmente a respeito da Ditadura Civil-Militar¹, ou seja, censura e torturas, fui orientada, durante a graduação, a investigar o teatro e a censura, mas não almejava tal temática, por isso, dei continuidade aos meus estudos, além de participar de eventos e seminários que discutiam a história e memória do Maranhão e o cenário ditatorial.

“O II Colóquio Internacional e o I Simpósio em História Contemporânea; o colapso das ditaduras: rupturas e continuidades”, evento promovido pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA em 2014, que tratou dos movimentos de regimes não democráticos pós-guerra, ou seja, da história contemporânea que abrangia o golpe de 64 e das influências no estado do Maranhão, assim como, também da atuação da médica Maria Aragão, fora determinante para a temática e o objeto da minha pesquisa, aguçando ainda mais a curiosidade pela Ditadura Civil-Militar. Sendo assim, o evento foi um divisor de águas para o trabalho de conclusão de curso com o tema: Para além da “Praça”: A Ditadura Militar no Maranhão a partir da trajetória da ativista Maria José Carmo Aragão nos anos de 1964 a 1978, tornando-se instigante e importante para a inicialização científica e aprofundamento sobre o tema.

Com o trabalho de conclusão de curso defendido, comecei a refletir sobre a importância da prática pedagógica e a inserção da pesquisa acadêmica no âmbito escolar. Em minha primeira experiência como professora, identifiquei que os livros didáticos e os currículos de história não abrangiam a história do Maranhão, por isso, entendi a necessidade de realizar uma autoanálise crítica na atuação profissional. Segundo a pedagoga Pimenta (1999), a formação de professores não se constitui apenas em saberes, mas também na reflexão da sua própria prática.

Tendo em vista essa perspectiva, no ano de 2018, produzi o projeto *“Cárcere: a América dos Americanos, o Brasil da Ditadura, então “Cálice!”* que foi

¹ O termo “civil-militar” foi apresentado pela historiografia como forma mais precisa para adjetivar o golpe de 1964 e do regime que lhe seguiu. Ao contrário de uma mera ação das Forças Armadas, tal adjetivo visa lembrar que também parte dos civis apoiou o golpe e participou da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a maior parte da historiografia localiza o fim daquela ditadura. (MELO, 2012, p. 1)

realizado na Faculdade Santa Fé, o atual CBEA (Colégio Brasileiro de Estudos Avançados), com o nono ano do Ensino Fundamental II e com os alunos do terceiro ano do Ensino Médio, o qual foi abordado todo o contexto ditatorial, especificando os governos, as produções musicais, censuras, repressões e ativismo político da médica Maria Aragão no contexto de ditadura civil-militar. Os alunos se interessaram pelo projeto, desempenharam um proveitoso trabalho e tiveram a oportunidade de partilhar os conhecimentos que adquiriram em sala de aula. Nesse momento, foi possível perceber que desempenhar o trabalho acadêmico na escola expande as possibilidades de novos conhecimentos, uma vez que o ensino da história ditatorial no Maranhão possui importância nas aulas de história. As imagens a seguir mostram cartazes que os alunos produziram para apresentação do projeto:

Figura 1 – Projeto “Cárcere: a América dos Americanos, o Brasil da Ditadura, então “Cálice!”



Fonte: Acervo particular (2018)

O projeto proporcionou-me uma nova perspectiva sobre ensino e aprendizagem, o qual motivou mais ainda a utilização da história de Maria Aragão

em minhas experiências profissionais. Foi perceptível o entusiasmo dos alunos ao descobrirem que o Maranhão também foi palco da ditadura. Assim, os mesmos tiveram a oportunidade de conhecer mais das suas próprias histórias e memórias.

A história, cujo, conhecimento busca fornecer respostas a sociedade quanto as carências de localização no tempo, ou seja, proporcionar aos sujeitos a compreensão da experiência temporal humana permitindo o entendimento de si [...] o historiador, não se encontra acima dos tempos, inseto. Ele também é contagiado pelas demandas de sua contemporaneidade e responde a elas [...] (BITENCOURT; GALVES, 2014, p.12)

Historiadores e professores precisam estar sensíveis às questões sociais para aproximar os temas da realidade dos alunos. Tal abordagem proporciona referências e inspirações. Através do projeto realizado na referida escola, discutiu-se o papel da mulher na política por meio da trajetória da médica Maria Aragão, que é um exemplo de quebra de paradigmas, sendo uma das poucas líderes políticas maranhenses de origem pobre que superou preconceitos, machismos e censura.

O conhecimento acerca da inserção da ditadura no Brasil, suas influências e a participação de personalidades maranhenses aproximam e tornam ainda mais reais os acontecimentos dentro desse cenário, portanto, a história do Maranhão precisa possuir presença imprescindível nas escolas. No entanto, a fragmentação de materiais didáticos (ou a ausência deles) ainda é uma realidade. A temática ditadura Civil-Militar no Maranhão utiliza a trajetória de embate da ativista comunista Maria José Carmo Aragão, ressaltando a história do Maranhão em todas as suas nuances no período do Regime militar.

A escassez de material referente à Ditadura Militar no Maranhão e a respeito da líder política Maria Aragão é perceptível nas literaturas, principalmente no Ensino Básico. Assim, a pesquisa colabora diretamente com o conhecimento histórico, de certa forma, “esquecido”, a fim de motivar os alunos a conhecerem a sua história, tirando-os de uma apatia com relação à sua identidade. Justamente por causa do “esquecimento” e do “desconhecimento” de grande parcela dos maranhenses, existe uma importância inegável em destacar a representação dessa personalidade e a Ditadura no Estado, para assim elucidar fatos que ocorreram no Maranhão durante esse contexto.

Enquanto professora de História do ensino básico da rede particular, vivenciei e vivencio a lacuna existente em termos de História Local, notadamente sobre o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e, em especial, sobre a participação das lideranças de esquerda que já vinham fazendo oposição ao

governo dos coronéis. Nesse sentido, a mulher, médica, líder política e negra, Maria Aragão, possui todos os adjetivos daqueles que são silenciados e censurados. Sua história de luta na política, por exemplo, está relacionada à memória do Maranhão no contexto da Ditadura Civil-Militar. Para o ensino da história do Maranhão em tempos de ditadura, a personalidade Maria Aragão tem trajetória relevante para os alunos do Ensino Básico, tanto por seu ativismo político quanto pela aproximação que os maranhenses possuem a essa personalidade, por sua história na medicina e pela praça que é ponto turístico e palco de diversas manifestações culturais.

Com base nas questões anteriores, é oportuno salientar alguns impasses do ensino de história ainda na atualidade. Nos variados debates sobre a história em sala de aula, muito se enfatiza Rio de Janeiro e São Paulo, revelando que as histórias regionais são, em muitos casos, esquecidas. Observamos que há um grande apagamento da história maranhense e, por isso, propomos inseri-la nas salas de aulas. Constatamos que muito se tem pesquisado nas universidades, mas o ensino da história ainda sofre com a escassez de fontes, principalmente fontes locais, pois há uma fragmentação da memória constante nas literaturas. Estas são de extrema relevância para o conhecimento escolar e para a inserção de uma história mais local, portanto, o livro didático, segundo Miranda e Luca (2004), deve ser analisado e adequado na medida das suas fragilidades conteudistas.

Os historiadores João Batista Bitencourt e Marcelo Cheche Galves problematizam justamente as produções e estudos a respeito da história do Maranhão verificando a recente profissionalização da história no Estado e a carência nas produções históricas, ou seja, há ainda fragilidades na historiografia maranhense (BITENCOURT; GALVES, 2014, p. 12).

Ainda sobre a escrita da história, importa destacar o movimento historiográfico ocorrido no século XX, nomeadamente a Escola dos Annales, que renovou conceitos e lutou ferrenhamente contra a história tradicional, dando respostas a alguns questionamentos voltados à escrita, à possibilidade de novas fontes, que orientaram e modificaram a escrita da história, ou seja, uma Nova História. Com isso, modificou-se o sentido de como pesquisar, como ensinar e o que ensinar. Por muito tempo as histórias dos heróis foram escritas como verdade única e absoluta, silenciando, assim, outras perspectivas, memórias e culturas dos menos abastados, do camponês, do preto, da mulher, etc. Certau (1982) menciona o não-dito quando aborda a construção da verdade histórica, ou seja, da história tradicional

ou a história objetiva, se fazendo necessário, então, uma crítica a esse pensamento para que a história ande por outras trilhas, não falsifique as realidades e nem silencie histórias e memórias existentes.

As transformações relativas à escrita da história viabilizam, na atualidade, investigações de temas que por muito tempo foram negligenciados. Por isso, escrever, discutir e ensinar aquilo que pouco se fala possibilita espaço para as vozes dos que foram silenciados. A história do Maranhão faz parte da história do Brasil, mesmo que muitas vezes ensina-se separadamente ou meramente como preparatório para vestibulares ou concursos, e, por isso, a história local possui importância no ambiente escolar.

Há relevância em incluir o Maranhão na pesquisa e no ensino, pois de fato houve desdobramentos políticos antes e durante a Ditadura Militar. Ocorreram perseguições a poetas, jornalistas e/ou jornais e líderes políticos, ou seja, daqueles que não se conformavam com o sistema político vigente. A liberdade de expressão foi coibida em território maranhense e inúmeras convocações ao 24º batalhão em São Luís tornaram-se rotina. A transição do governo de Vitorino Freire para o de José Sarney marca o início da inserção da Ditadura Militar no Maranhão, pois, com apoio do Governo Federal, o governador José Sarney se mantém no poder durante o Regime Militar. A partir da instauração do golpe de Estado em 1964, a censura se torna uma característica muito forte, tornando-se o elemento de legitimação de um governo autoritário. A lei de segurança nacional e, posteriormente, os atos Institucionais, principalmente AI5² (Ato Institucional de número cinco), acentuaram tal censura, bem como a repressão em todo o país (REZENDE, 2013, p. 1).

O desequilíbrio econômico e a falta de apoio por parte do legislativo foi, certamente, o que fez o governo fracassar, causando a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, após somente sete meses de governo e, posteriormente, o golpe militar, com a queda do governo de João Goulart. O país foi reconfigurado em muitos aspectos, principalmente na estrutura política e constitucional (REZENDE, 2013, p. 65). As mudanças também ocorreram na política maranhense, onde houvera reformas significativas. O governo de José Sarney advém de grande

² O Ato Institucional n. 05 com seus dispositivos altamente repressores foi, também, justificado pelos civis e militares que conduziam e buscavam aceitabilidade para o regime em nome de um devir¹¹¹ hipoteticamente democrático, o Presidente Costa e Silva afirmava: "Com ele (AI-5) entramos no novo ano de governo, dispostos a completar as reformas da revolução. (...)"

parte dessas transformações, ou seja, com a ascensão dos governos militares tem-se a consolidação de Sarney como governador do Estado (COSTA, 1997). Como em todo país, o estado maranhense recebe a influência do Governo Federal durante o golpe, pois Marechal Castelo Branco oferece apoio à candidatura de Sarney.

Considerando por um lado a vasta história do contexto ditatorial no Maranhão, mencionada nos parágrafos anteriores, mas por outro lado o empecilho devido a carência de conteúdos e lacunas, que separam o alunado de sua própria história e, conseqüentemente, de sua memória regional, as histórias em quadrinhos podem ser materiais de auxílio na construção de conhecimento. As HQs são importantes no processo de ensino/aprendizagem da temática em questão, pois são instrumentos que podem facilitar a compreensão e trazer novas abordagens que, até então, os livros didáticos não apresentam. Tendo em vista os poucos apontamentos acerca à história regional, se faz necessário novas formas ou didáticas de ensino. As narrativas gráficas já são utilizadas por professores de história como metodologia e sua importância já é discutida, pois, segundo Lima (2017) as histórias em quadrinhos foram produzidas para o ambiente escolar em 1970, porém apenas em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais deram legitimidade a esse recurso em sala de aula, dando importância a essa nova ferramenta didática.

As HQs trazem aos professores novas possibilidades e podem ser usadas como fonte histórica no ambiente escolar, a título de exemplo, o Nazismo e/ou II Guerra podem ser discutidos pelos quadrinhos do Capitão América de 1941, A história antiga com os quadrinhos e Asterix e Obelix de 1959 etc. Inúmeros fatos históricos podem ser elucidados aos alunos por meio das histórias em quadrinhos, principalmente sobre fatos históricos da região nordeste onde é visível a escassez de conteúdo. Já existem trabalhos voltados para o Maranhão, como é o caso da HQ *Balaiada: a guerra no Maranhão* lançada em 2009 pelos autores Iramir Araújo, Ronilson Freire e Beto Nicácio. Dessa maneira, se entende que o público das revistas em quadrinhos passou de ser apenas o infantil para todos os indivíduos que se interessam por história, dessa forma, as HQs assumem papéis didáticos ou metodológicos nas escolas (RAMA; VERGUEIRO, 2014).

Do exposto, a dissertação **OS SILÊNCIOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO MARANHÃO: O ensino da história do Maranhão no Centro de ensino Maria José Aragão e a produção da história em quadrinhos baseada na trajetória política da Maria Aragão como instrumento didático** objetiva investigar o ensino de

história do Maranhão, em específico a Ditadura Civil-Militar, os procedimentos e instrumentos educacionais utilizados para o ensino de história do Maranhão. Almejamos, por meio de material, produzir ferramentas que possam auxiliar professores e alunos na construção de tal conhecimento.

A respeito ao título supracitado e a nomenclatura Civil, é importante enfatizar que atualmente os livros didáticos tratam o período de 1964 a 1985 como Ditadura Civil-Militar proporcionando um novo olhar para este contexto, olhar que por muitas vezes pode ser questionado e/ou problematizado pela interpretação a qual o termo Civil-Militar é atribuído. Segundo análise de Melo (2012), dos variados debates a respeito do termo em questão, muitos historiadores atribuem a nomenclatura como uma tentativa de associar a sociedade Brasileira como aliada do Golpe de 64, ou seja, a ditadura teria acontecido com a aprovação social, por isso, as discussões acerca desta questão é de grande valia. Porém, vale lembrar que um dos pioneiros da utilização deste termo, o historiador René Dreifuss menciona, em 1981, a palavra civil referindo-se a uma classe e/ou elite, ou seja, empresários que financiaram e contribuíram de certa forma para a instauração da ditadura. Dreifuss afirma que:

[...] diferentes formas de poder de classe dominante, expressaram-se através dos vários organismos da sociedade civil: associações de classe (CONCLAP, FIESP, CIESP), grupos de ação política (IBAD), e vários escritórios técnicos privados (CONSULTEC, CBP). A ideologia modernizante-conservadora penetrou também a sociedade política através de think-tanks burocrático empresariais (FGV) e anéis burocrático empresariais (BNDE, "Grupos Executivos"). (DREIFUSS, 1981, p.106)

Devido a alteração do sentido e do conceito ao longo do tempo, os professores são instigados a ter o papel de intervir e problematizar em sala de aula desde o título desse e outros conteúdos. Seria ideal então, como sugere Melo (2012), caracterizar a ditadura como Empresarial-Militar. Dessa forma, haveria especificação a quem de fato deu suporte para tal intervenção, tornando-se possível desconstruir os discursos atuais que se utilizam da palavra civil para distorcer as duras realidades deste contexto. Tendo em vista o termo em questão e o problema em sua volta, torna-se necessário enfatizar que o trabalho é intitulado como Ditadura Civil-Militar para se referir aos livros didáticos e a nomenclatura a qual os mesmos utilizam a respeito deste cenário. A presente dissertação não possui pretensões de diminuir as proporções das repressões coercitivas, torturas, ausência da democracia ou, em hipótese nenhuma, vincular toda sociedade brasileira com estes atos, mas

ênfatizar e contextualizar as ações do governo ditador para com Maria Aragão em território Maranhense.

A pesquisa possuiu alguns questionamentos, tendo em vista a fragmentação da história da ditadura civil-militar no Maranhão. O problema central do trabalho foi: como a ditadura civil-militar no Maranhão poderia ser inserida nas aulas de história por meio da trajetória da ativista Maria Aragão, contada através de história em quadrinhos?

A partir da problematização central, foram formuladas as seguintes questões:

- Quais as metodologias ou didáticas o Centro de Ensino Maria Aragão utiliza para o ensino da Ditadura Civil-Militar no Maranhão?
- O que os discentes e docentes do Centro de Ensino Maria Aragão sabem a respeito da trajetória da ativista Maria Aragão em tempos de ditadura?
- De que maneira as HQs sobre a trajetória da Maria Aragão, isto é, prisões, censuras, torturas e resistências vivenciadas pela ativista, poderia contribuir para o ensino-aprendizado sobre a ditadura Civil-Militar no Maranhão?

Diante das questões anteriores, a pesquisa propôs-se, como objetivo geral, investigar a ditadura civil-militar no Maranhão e inseri-la nas aulas de história por meio da trajetória da ativista Maria Aragão contada por meio de histórias em quadrinhos.

Levando em consideração o objetivo geral, foram construídos os objetivos específicos a seguir:

- Identificar as metodologias e/ou didáticas o Centro de Ensino Maria Aragão utiliza para o ensino da Ditadura Civil-militar no Maranhão;
- Apreender o que os discentes e docentes do Centro de Ensino Maria Aragão sabem a respeito da trajetória da ativista Maria Aragão em tempos de ditadura;
- Compreender de que maneira a HQ sobre a trajetória da Maria Aragão, isto é, prisões, censuras, torturas e resistências vivenciadas pela ativista poderia contribuir para o ensino-aprendizado sobre a ditadura Civil-Militar no Maranhão;
- Produzir HQ a respeito da trajetória da Maria Aragão durante a ditadura civil-militar com intuito de auxiliar os professores do CE Maria Aragão no processo de ensino da história referente ao contexto ditatorial no Maranhão;

A dissertação conta com sete seções. A primeira apresenta e ressalta a importância do trabalho em sua relevância social e acadêmica, introduzindo os conteúdos que serão tratados no decorrer do trabalho, além de discutir e esclarecer o termo *civil* utilizado no título da pesquisa, para que não houvesse dúvidas concernentes às inclinações do trabalho.

A segunda seção aborda primeiramente um breve histórico de acontecimentos durante a ditadura a nível nacional e posteriormente acerca da transição do governo Vitorino Freire para a Ditadura Civil-Militar no Maranhão, com José Sarney no poder em um cenário ditatorial a partir do patrocínio do governo federal, que gerou o fortalecimento de sua candidatura. Ressalta também os movimentos sociais de grupos estudantis, de padres progressistas e as agitações políticas no contexto de uma ditadura-civil militar.

A terceira é dedicada à trajetória da ativista Maria José Aragão, desde sua infância humilde, sua aprovação e passagem no curso de Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro, seu encontro com o Partido Comunista através do discurso de Carlos Prestes, sua filiação ao partido, tornando-se uma das mais fortes representantes no Estado, bem como as prisões, torturas e repressões sofridas pela médica e algumas homenagens que Maria Aragão recebeu em vida e postumamente.

A quarta seção trata sobre a história em quadrinhos como uma possibilidade de contar histórias desconhecidas, abordando memória, esquecimento e do poder atrelado ao conhecimento, história local e os currículos escolares, descrevendo as carências encontradas nos livros didáticos e as discussões acerca dos temas transversais direcionadas a história regional na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), além de contar com a discussão atual referente a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o novo Ensino Médio. Esta seção aponta os desdobramentos das HQs e sua inserção na educação, a importância do auxílio dessa ferramenta no ensino da história nas salas de aula, além de destacar a relevância da historiografia voltada para a chamada história vista de baixo, para a micro-história e a contribuição das HQs como didática para histórias esquecidas e/ou silenciadas.

Na quinta seção, descrevemos o tipo de pesquisa, a metodologia, o CE Maria José Aragão e seu entorno, bem como os sujeitos que foram entrevistados e a produção da história em quadrinhos: *Ditadura Civil-militar no Maranhão: Maria*

Aragão e sua luta em quadrinhos” (1964 a 1978). Para tanto, são descritas todas as etapas de construção, que é o produto educacional e que possibilitará à escola informações historiográficas que atenderão as necessidades do ensino de história. Por último, a sexta seção aborda a conclusão do trabalho em questão, destacando os resultados da pesquisa.

Com a realização da pesquisa, objetivamos contribuir com o ensino da ditadura civil-militar maranhense no ambiente escolar e o aprofundamento a respeito da história da líder política Maria Aragão como personalidade maranhense que teve participação neste cenário.

2 DITADURA CIVIL-MILITAR NO MARANHÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA MARANHENSE

O Brasil, por influência dos Estados Unidos, emerge no sistema capitalista e, posteriormente em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros e a então inesperada presidência de João Goulart, faz com que a política entre em colapso, pois se trata de uma constante mudança de perspectivas e formas de governo, frisando dessas a maior, a econômica. Segundo Delgado (2010), Goulart assumira em momentos tempestuosos, o Brasil passou por crise intensa, não somente no início, mas também em grande parte do seu governo.

Tal intervenção militar norte-americana foi intermediada pelo movimento da marinha conhecido como a Operação *Brother Sam*³, colocando por fim o atual governo e estabelecendo o conhecido golpe de 64. Antes mesmo disso, é sabido que os EUA já haviam tido relações com o Brasil, principalmente quando se fala no aspecto político. No entanto, o Brasil teve proximidade com países comunistas como China e Cuba, e isso fez com que o país imperialista se alertasse sobre um possível golpe comunista no Brasil. Nesse momento, usou-se de todas as “armas” para obtenção de aliados, sendo uma dessas estratégias o apoio e investimento dos EUA aos partidos de direita nas eleições de 1962. Porém, os governos de esquerda possuíam êxito nos resultados eleitorais e, por esse motivo, o golpe em 1964 se estabelece de forma ferrenha no país.

Foi no contexto da campanha para as eleições parlamentares de 1962 que a intervenção norte-americana no processo político brasileiro intensificou-se, ultrapassando, em muito, os níveis “normais” de propaganda ideológica que os Estados Unidos habitualmente faziam em qualquer país, enaltecendo os costumes norte-americanos e defendendo o capitalismo contra o comunismo [...]. (FICO, 2008, p. 77).

Durante a vigência da ditadura civil-militar, a censura aos movimentos estudantis, aos partidos de esquerda e a liberdade de expressão foi uma característica muito forte que se tornou o elemento de legitimação de um governo autoritário. A lei de segurança nacional, e posteriormente o AI5 (Ato Institucional de

³ A movimentação de navios, descrita como *Operation Brother Sam*, partindo de Aruba, no Caribe, para a costa brasileira, era parte de um planejamento de contingência, que nenhuma superpotência se absteria de fazer em área de interesse vital. A Operação Brother Sam foi iniciada quando João Goulart chegou a Porto Alegre, em 2 de abril de 1964, e foi informado de que o governo dos Estados Unidos já havia reconhecido o novo governo brasileiro. Jango, então, foi aconselhado pelo general Argemiro de Assis Brasil a se exilar no Uruguai. (CERVEIRA, 2009, p. 108-109).

Número Cinco), acentuou tal censura e repressão em todo o país. O conceito de liberdade possuía contrariedade na prática, pois a censura vedava qualquer forma de expressão que contrariasse o governo ditatorial (REZENDE, 2013).

Durante o contexto ditatorial, houveram fases diferenciadas da censura, as quais eram pautadas em padrões morais. O AI5, de 13 de dezembro de 1968, marcou o primeiro momento, mesmo que já houvesse outros atos institucionais que o antecedesse, o então conhecido “Golpe dentro do Golpe”⁴ teve papel de legitimar o período mais vigoroso, pois proporcionou ao regime condições mais intensas de repressão à oposição ou a quem interferisse nas regras estabelecidas pelo governo. O General Arthur da Costa e Silva assina a expressão mais clara da ditadura, o AI5, justamente para usar o poder governamental de maneira arbitrária.

Composto por 12 artigos que instauraram um regime de exceção ainda mais violento do que aquele que estava em vigor, o ato conferiu poderes excepcionais ao Executivo e praticamente eliminou todas as liberdades individuais e institucionais ainda existentes no País (DOMINGUES, PINHEIRO; LIMA, 2007, p.1).

Antes da vigência dos anos de chumbo⁵, o Brasil vivia um contexto de muitos movimentos e contestações. Via-se o crescimento da hostilidade, dessa maneira as resistências cresciam, como, por exemplo, no movimento estudantil em todo o país, os estudantes protestaram em nome da liberdade de expressão perdida por meio do “golpe dentro do golpe”. Os artistas, escritores e políticos de oposição também se manifestavam contra a ditadura (ARAUJO; SILVA; SANTOS, 2013).

Segundo Domingues, Pinheiro e Lima (2007), as *ideias subversivas* através de manifestações foram paralisadas. Os deputados, e posteriormente os ministros do Supremo Tribunal Federal, foram cassados por solicitação do governo, e entre outros decretos que causaram impacto na sociedade brasileira, o Presidente adquire poderes extraordinários para decretar recesso ao Congresso Nacional por tempo indeterminado.

Os *anos de chumbo* foram marcados também pelo *milagre econômico* – fruto de novos conjuntos de medidas econômicas que vislumbrava tornar o Brasil uma potência. Desde que os militares assumiram o poder, esperava-se que eles

⁴ O AI-5 significou, para muitos, um “golpe dentro do golpe”, um endurecimento do regime que estabeleceu leis especiais para o exercício do poder fora dos marcos do Estado de direito. (ARAUJO; SILVA; SANTOS).

⁵ A partir da decretação do AI-5, o Brasil passou a viver os “anos de chumbo” (1968-1974), período de maior utilização, sistematização e qualificação dos mecanismos repressivos. Repressão e Resistência.

alavancassem a economia e assim resolvessem a crise que perdurava nos governos anteriores, diante disso, criaram o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) justamente para equilibrar a inflação e impulsionar as reformas. “O imediato resultado foi o chamado “milagre econômico”, ou seja, o crescimento acelerado do PIB a taxas de 9% a 10% ao ano entre 1969 e 1973”. (DOMINGUES; PINHEIRO; LIMA, 2007, p. 35).

A busca pelo controle social instigou os governos a agirem de formas duras gradativamente, e, em contrapartida, suscitou inúmeras formas de manifestações em defesa de direitos apagados ao longo da ditadura no país. As medidas baseadas nos atos institucionais, além de pretender a ação repressora no país, obtinham também propostas de alavancar a economia através da inserção ao capitalismo. A censura e a repressão foram marcas evidentes em todo o Brasil nessa época e o estado do Maranhão não ficou isento das consequências que o golpe proporcionou ao cenário nacional.

No Maranhão, a censura e repressão eram uma realidade antes e durante a Ditadura Civil-Militar. Os movimentos sociais, estudantis e os inclinados ao Partido Comunista Brasileiro eram o alvo da repressão, além da Igreja Católica com padres progressistas e trabalhadores rurais que lutavam contra invasões em suas lavouras. Esses e outros grupos eram considerados ameaças para o governo, por isso, eram reprimidos, com intuito de enfraquecimento desses setores (COSTA, 2004).

Muitos líderes políticos eram perseguidos e presos principalmente com a criação dos Atos Institucionais. O AI-1, por exemplo, cassou direitos políticos e proibiu o funcionamento de vários jornais (COSTA, 2004). Os periódicos denunciavam abusos contra trabalhadores, possuindo uma vertente esquerdista, como por exemplo, o *Tribuna do Povo*, o qual Maria Aragão possuía ligação direta, sendo diretora do Jornal. A ativista do Partido Comunista do Brasil utilizava forte método de propagação de seus ideais no jornal semanal do partido, que firmou-se desde 1942 até o ano de 1962 (MOREIRA NETO, 2015).

No Estado não foi diferente, por causa das repressões, censuras, prisões e perseguições cotidianas, os ativistas dos partidos opositores não tiveram mais liberdade. A legitimação da ditadura ocorre por todo o Brasil e, conseqüentemente, no estado do Maranhão. Junto ao golpe civil-militar incide a retaliação dos revoltosos, materializando-se com as prisões.

O escritor Costa (2006) utiliza o termo caça às bruxas para referir-se a esse contexto de repressão e prisão de líderes comunistas ou até mesmo a quem fosse membro do partido. Nomes importantes maranhenses foram cassados como Maria Aragão, Bandeira Tribuzi, entre outros. Maria José Aragão, médica e líder política, sofreu inúmeras represálias, sendo por diversas vezes presa em tentativas que tinham o intuito de fazê-la submissa. O poeta Tribuzi foi preso por liderar o Partido Comunista em São Luís no ano de 1964, visto que eram consideradas subversivas as pessoas que militavam sob a bandeira da esquerda.

No documento do *Departamento de Ordem Política e Social*, conhecido também como DOPS, o qual encontra-se no Acervo Público do Maranhão intitulado como dossiê de nº 026 e datado em 6 de abril de 1973, enfatiza-se nomes de pessoas a ações subversivas no Estado, isto é, uma ocorrência a qual acusava a disseminação de ideologias não permitidas. José Carlos De Pádua Macieira⁶ e João Bacelar Portela⁷ foram acusados de promover agitações em bairros ludovicenses, ainda descrevendo suas alianças com os chamados comunas do Maranhão, personalidades como: Dr. William Moreira Lima⁸, Dra. Maria José Aragão, jornalista Bandeira Tribuzi e Deputado Federal Neiva Moreira⁹, acusados de igual subversão em bairros de São Luís antes de 64. A vista disso, entende-se que haviam perseguições e prisões daqueles que militassem contra o golpe e que de alguma hipótese possuíssem relações com os conhecidos, comunistas.

Havia muitos militantes do PCB no estado e o DOPS tinha dados de cada militante do partido, suas identificações eram feitas por meio de documentos e fichas. Em pasta do dossiê nº 055 do Departamento de Ordem Política e Social,

⁶ CARLOS DE PÁDUA MACIEIRA, filho de Carlos Reis Gomes Macieira e Vera Pádua Macieira, nascido em 01/03/1933, maranhense, casado, com a profissão de Médico. DOPS, dossiê de nº 026

⁷ Bacelar Portela era natural de Santa Quitéria, interior do nosso Estado. Antes de se formar médico no Rio de Janeiro, teve a oportunidade de estudar Engenharia e Farmácia. De volta ao Maranhão, estabeleceu-se em São Luís, onde alcançou prestígio e fama também como professor, tanto de colégios quanto de faculdades. Em vida, foi honrado com o título de professor emérito da Universidade Federal do Maranhão e também integrou como membro titular o Colégio Brasileiro de Cirurgiões. (SALGADO, 2015).

⁸ Nasceu em Colinas, formou-se médico pela Universidade Federal da Bahia, especializou-se em oftalmologia e otorrinolaringologia. Ele foi Presidente Estadual do PPS, em 1964 assumiria o mandato de deputado estadual, porém foi injustamente cassado pela Assembleia Legislativa, mas o que realmente marcou sua vida foi o humanismo e desde cedo dedicou-se às causas libertárias. (VVEIRA, 2017)

⁹ Neiva nascido em 1917, ex-presidente do PDT, um dos expoentes da luta dos brasileiros durante o regime militar. Viveu intensamente a luta pelas liberdades no Brasil, e após retornar do exílio, ampliou sua trajetória política a partir do seu amado Maranhão". (MATOS, 2020).

encontra-se 134 documentos, incluindo 103 fichas de pessoas que participavam do PCB. Inicialmente, o documento apresenta lista nomeada como *A relação dos elementos constantes do Livro do Partido Comunista do Brasil, apreendido na sede da Organização à rua 28 de julho, nesta capital*. Nas páginas posteriores, o documento exhibe as informações pessoais como idade, profissão, nome completo, filiação, residência, estado civil, etc., além das informações dos antecedentes e inquiridos que muitas vezes não eram respondidos. Com essas informações, os militares detinham o controle sobre os membros do PCB no Maranhão.

As prisões dos líderes comunistas (ou como os militares chamavam – *das facções comunistas*) tornaram-se mais constantes em 1964, quando a ditadura se instaurou. O trabalho clandestino em prol do PCB tornou-se cotidiano e, por isso, a perseguição foi ainda mais rigorosa do que em outras épocas, pelo fato de o sistema político instaurado naquele cenário estar sob o controle dos militares.

Em 31 de março de 1964 os militares derrubaram o governo Goulart. A direção do PCB se mostrou surpresa com a vitória dos militares e despreparada para enfrentar essa nova situação. Em suas análises não contavam os comunistas com a possibilidade de um golpe, pois confiavam no espírito democrático dos comandos militares. O partido assistiu nos meses seguintes à prisão de seus líderes e dirigentes. (ABREU, 2015, p.21).

Os meios de comunicação estavam no foco da censura. As críticas ao governo autoritário eram constantes nos periódicos. Antes mesmo do golpe militar, jornais, por exemplo, já se enfatizava as possibilidades do que estava por vir. Era o caso do Jornal Pequeno que expressava de forma clara seus posicionamentos políticos antes e depois da ditadura. Na matéria *Agoniza o Regime da Liberdade*, o Jornal Pequeno descreve a ameaça ao Brasil sob o poder da direita. A vista disso, Ribamar Bogéa, proprietário do jornal, foi convocado ao 24º batalhão para se explicar acerca da matéria supracitada e das notas de repúdio à ditadura em seus editoriais, precisando ceder ao regime e dessa forma não expor opiniões contrárias ao poder vigente (ARAÚJO NETO, 2015).

A clandestinidade se tornou prática contínua para a política de esquerda, os militantes permaneciam na oposição de maneira clandestina e as organizações secretas faziam parte da caminhada dos ativistas no Brasil. Os autores Araújo, Silva e Santos (2013, p. 25) enfatizam que entrar na clandestinidade para os militantes seria uma espécie de escape em prol da “sobrevivência”.

2.1 De Vitorino a Sarney: a transição política e Ditadura Civil-Militar

Antes mesmo de adentrar ao contexto em questão, é necessário mencionar os antecedentes do governo Sarney, isto é, a gestão e as interferências políticas do pernambucano Vitorino de Brito Freire que teve início em 1945. Vitorino possuía muita influência e sucesso político, pois havia a escassez de oposição ao PSD – Partido Social Democrático que foi organizado no Maranhão por ele.

Conforme o professor Botelho (2019), Vitorino foi “estratégico [...] obteve uma consagrada vitória em 1945, elegendo senadores do Estado e a quase toda bancada federal”, seu poder político era inegável, pois nomeava os interventores do Maranhão; atuou no Ministério da Educação e Saúde como oficial administrativo; como Deputado Federal, colaborou ativamente com a Assembleia Constituinte; e deve-se notar que anteriormente Vitorino era muito amigo de Eurico Gaspar Dutra, ajudando-o durante e após a candidatura presidencial de Dutra. A estabilidade de Vitorino Freire na política durou muito tempo, estabelecendo a hegemonia do vitorinismo em meados da década de 1940. É importante lembrar que vitorinismo é entendido como o governo de Vitorino Freire durante as décadas de 40 a 60.

A estabilidade política de Vitorino Freire foi enfraquecida pela Greve de 1951¹⁰, através também das novas alianças dos partidos PSD, PR, PSP, PL, UND e o PTB que foram estabelecidas durante a candidatura de Saturino Bello, ou seja, uma oposição mais estruturada tornou-se visível no Estado e pela ascensão de uma nova oligarquia sob liderança de José Sarney (BOTELHO, 2019).

Porém, a crise do vitorinismo se alastrou com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, pois além de não compactuar com a maneira que os militares estavam atuando, em 1965, após o golpe, Brasil começou a viver sob controle ditatorial, e dessa maneira, o Estado do Maranhão sofreu influências diretas desse contexto. José Sarney, com apoio de Castelo Branco, vence e se torna governador do Maranhão. Segundo a análise de Wagner Cabral da Costa (2004), o vitorinismo (PSD) possuiu maior instabilidade as vésperas do golpe, abalado por oposições de outros partidos, ocasionando assim o declínio e fim do seu poder político.

¹⁰ A balaiada de São Luís, como ficou conhecida a greve de 1951, foi o mais formidável movimento urbano da história do Maranhão, pois “[...] mobilizou a “massa urbana” revoltada com as práticas fraudulentas de Vitorino Freire [...]” (BOTELHO, 2019).

O político José Sarney estava no mesmo partido de Vitorino Freire e foi Deputado Federal pelo Partido Social Democrático, tendo uma breve permanência e atuação política no PSD, visto que, a posteriori, ingressou no UDN (União Democrática Nacional). As autoras Piccolo e Sulidade (2015) afirmam que, quando tal mudança aconteceu, Sarney se torna o grande opositor político de Vitorino Freire.

A partir deste cenário, inicia-se o Sarneysismo com ideia do novo, moderno, desenvolvimento, e do progresso, etc. Segundo Botelho (2019), o seu discurso possuía pretensão em evidenciar que a política anterior era retrógrada e atrasava o progresso do Estado.

A intervenção nas decisões políticas, anterior ao governo de Sarney, fazia grande diferença nos resultados das eleições. É interessante salientar que havia manipulações, as quais mudavam o rumo do governo, isto é, existiam estratégias de Vitorino Freire para tal, como por exemplo, a Universidade da Fraude¹¹ que fora dissolvida através da revisão eleitoral. Essa ação contou com apoio federal, ou seja, do Presidente Castelo Branco, justamente para apoiar a ascensão de José Sarney e dissipar toda possibilidade de uma reeleição de Vitorino Freire. Dessa forma, juntamente com instauração da ditadura, José Sarney assume o poder no Maranhão.

As historiadoras Piccolo e Sulidade (2015) comentam que a ligação de Sarney com Castelo Branco fora indispensável para sua eleição. O governo federal demonstrou apoio a Jose Sarney durante a eleição enviando o exército para o maranhão com o intuito de fazer com que nada saísse do controle, outro indicativo desse apoio fora o fato em que Neiva Moreira então Deputado Federal teve seu mandato cassado, o mesmo era um nome muito forte como futuro governador do Maranhão e se encontrava na oposição, com sua cassação Sarney tornou-se ainda mais forte para representar os governos ditatoriais no estado do Maranhão.

José Sarney assume a partir de 1966 e foi neste contexto que fortifica e legitima uma nova oligarquia, assemelhando-se a Vitorino Freire. Sarney agora teria poder político para indicações e eleger futuros governantes do Estado. Segundo Botelho (2019), o golpe foi um grande divisor de águas em sua influência política,

¹¹ [...] Universidade da Fraude como um dos sustentáculos fundamentais da oligarquia vitorinista, por meio da qual “diplomavam-se” periodicamente os deputados, senadores e governadores do Maranhão [...]. (COSTA, 2012)

que durou até os anos 2000, ou seja, durante praticamente toda a vigência da ditadura.

Figura 2 – Governador Sarney



Fonte: Cutrim (2014)

Portanto, Sarney consolida seu governo ao lado dos presidentes durante a ditadura. A imagem acima ilustra essa forte ligação com os generais, o primeiro com sucessor de Médici, tendo seu mandato marcado pelo processo de “Distensão lenta, gradual e segura”, isto é, um processo de redemocratização e o segundo, que em 1979, dá continuidade à presidência de Geisel. Assim, como Sarney possuiu candidatura alavancada pelo poder vigente, os governos dos generais contavam com apoio do ex-governador do Maranhão. A Trajetória do Sarneysismo é marcada não somente pela colaboração ao cenário ditatorial, mas também pela ascensão de toda sua família, isto é, pelo crescimento econômico da oligarquia Sarney no Estado.

2.2 Igreja e Ditadura Civil-Militar no Maranhão

O pensamento militar, religioso e posteriormente social anticomunista, espalhou-se por todo território nacional. Essa ideia era proveniente do grupo de direita, daqueles que apoiavam a inserção do capitalismo e de um governo ditador de influência norte-americana. O alerta ao comunismo foi visível no estado, onde partia da Igreja Católica, alegando perigos que o grupo esquerdista poderia trazer a sociedade.

No Maranhão, o periódico católico, *Jornal do Maranhão*, noticiou um alerta à sociedade sobre o perigo da infiltração bolchevique em movimentos aparentemente inócuos. Segundo os bispos, autores da matéria, o comunismo era um perigo “não só pela profissão de ateísmo, mas pelo

projeto de subversão da ordem social” (AZZI; GRIJP, 2008, p. 352, *apud* PORTELA, 2015).

Existiam grandes rumores sobre o Golpe Comunista, por isso a igreja possuía um entendimento que o golpe militar seria necessário, justamente para estagnar a subversão comunista e trazer à tona, a moral que até então estava em perigo. Portela (2015) diz que o Jornal Católico e/ou Jornal do Maranhão afirmava que o Brasil precisava de várias mudanças, mas que não deveriam ser sob direcionamento da esquerda, mas especificamente pelos comunistas. Havia o medo de um provável golpe comunista, medo que foi construído ao longo do tempo por inúmeros momentos nos quais a ditadura teve caráter revolucionário, pois a ideia era que os militares estavam paralisando um os comunistas de instaurar um golpe.

Deste modo, os militares assumem um papel de defensores e defendem o golpe como grande solução para a sociedade. Por isso, os movimentos sociais eram vistos como rebeldia a ordem. Após o Golpe, muitos governos ditadores assumiram o poder de formas intensas, porém com algumas diferenças; a exemplo disso, têm-se os *Anos de Chumbo*. Nesse contexto, os direitos humanos foram atingidos e a igreja que outrora de certa forma estava a favor do golpe, também sofre com a violência da época, a causa dessas perseguições foi a mudança de postura eclesial. Segundo análises de Portela (2015), nos anos 60 houve um aumento significativo de violência e uma quebra das garantias essenciais aos cidadãos, isto é, aos direitos humanos.

O Estado experimentou uma vigilância ostensiva aos militantes de partido de esquerda, ativistas sociais e movimentos populares, para assegurar ordem e subordinação à nova forma de política instituída pelos militares. Nesse momento, a Igreja Católica sofria variadas privações no que se diz respeito aos conteúdos que os padres abordavam em seus sermões, já que tudo deveria estar de acordo com o governo pelo fato da instituição eclesial ter grande crédito com a sociedade. De acordo com Portela (2015), o DOPS realizava este trabalho de investigação ativa para não ocorrer nada que oferecesse perigo.

Todo esse combate da igreja transformou-se em movimentos associados a grupos sindicais, ou seja, houve apoio em prol dos trabalhadores rurais que sofriam repressão e perda de seus muitos direitos para governo. Os problemas e desigualdades sociais instigavam alguns padres progressistas a se mobilizarem contra o governo que discutiam sobre as questões sociais que assolavam o estado

e/ou cidade. Preocupavam-se também com os adolescentes e crianças, ou seja, com a falta de políticas públicas que atendessem as necessidades. Nesse aspecto, o padre Marcos Passarini evidenciava que os menores de idade de certa forma esquecidos pela ditadura.

Durante sua trajetória eclesiástica no Maranhão, padre Marcos Passerini esteve envolvido em diversas mobilizações em torno dos problemas sociais, como movimentos de ocupações urbanas, na articulação com o movimento estudantil, através da Pastoral da Juventude e na defesa dos menores abandonado na cidade de São Luís. Nesse período elaborou o boletim *25 de Março*, cujo subtítulo era: DEDICADO AOS “MAIORES” DA CIDADE DE SÃO LUÍS. (PORTELA, 2015, p.15).

Além do alerta aos sermões, jornais, panfletos, etc., havia também uma preocupação com o veículo de comunicação que pertencia ao clero, a *Rádio Educadora*. Sua transmissão se iniciou em 1966, e à vista disso, os militares começam a sondar em 1968 a rádio, e posteriormente, puni-la pelo risco que a mesma poderia oferecer para os militares, ela possuía tom de denúncia em algumas programações. A rádio alcançava diferentes municípios e ainda mediava a capital para os interiores do Maranhão. Mesmo com pretensão de passar informação, esse meio de comunicação também possuía característica de “desordem”, pois criticava a administração governamental.

Na pasta do DOPS constam registros com o assunto intitulado Clero no Estado Alienígena do Maranhão. Há informações sobre religiosos estrangeiros da Igreja Inovadora que eram chamados pejorativamente de padres progressistas, estes eram considerados como infiltrados, pois disseminavam ideias políticas, faziam parte de uma organização chamada de EDAL – Equipe Docente para América Latina, organização que causava incomodo à política vigente no ano de 1971. Em outros documentos possuem solicitações de buscas e apurações de possíveis ações de esquerda clerical no Estado (DOPS- SERIE Nº 004 Arquivo público do estado do Maranhão (MARANHÃO, 1971).

Além dos jornais já citados, existiu um periódico chamado *Jornal Comunidade*, o qual em muitas ocasiões ficou sob olhar da censura e investigação. Os jornais eram xerocopiados pelos DOPS a fim de encaminhá-los para a Polícia Militar do Maranhão e averiguar os dias das missas ocorridas na Paróquia Nossa Senhora dos Remédios. Além disso, havia a desconfiança acerca de alguns sermões, um destes foi um que se intitulava *Cristo na ONU*, no qual se destaca os direitos dos cidadãos. A seguir trecho do texto:

O homem tem direito, a VIDA,
 e uma criança, do Vietnã disse que não era verdade.
 O homem tem' direito, a INSTRUÇÃO,
 e um africano disse que era mentira.
 O homem tem direito a um TRABALHO
 e um pai de 10 filhos disse que há 15 anos' a verdade era outra.
 O homem tem direito a PAZ,
 e um jovem de 20 anos do Oriente Médio disse que jamais a conheceu,
 O homem tem direito a uma FAMÍLIA,
 e um menor abandonado perguntou-lhe o significado daquelas palavras.
 O homem tem direito a LIBERDADE,
 e um preso político começou a chorar. (CRISTO..., 1977, p. 2)

Pela leitura do texto, percebe-se que esse jornal emitia um desejo urgente de liberdade, direito de ir e vir, paz, educação, vida etc., mas as respostas a esses desejos estampavam as realidades vividas na década de 1970. A igreja fora considerada subversiva, mas as suas ações eram em prol de um país sem violência, onde se pudesse viver em paz.

2.3 Movimentos sociais

A luz da lei, a liberdade de expressão, de pensamento e a igualdade foram reprimidas após o golpe, e os direitos civis nesse contexto não foram colocados em prática, principalmente nos governos mais ferrenhos, cuja política se revelou mais violenta.

Com isso, a sociedade maranhense se mobilizou em prol dos direitos humanos perdidos. Diante disso, organizações que apoiavam o combate à repressão se formaram de forma mais clara e atuante entre as décadas de 1960 e 1980. Instituições políticas, religiosas e até mesmo educacionais estavam inseridas nesses grupos, usavam estratégias de reivindicações por meio de manifestações culturais como música e teatro, debates educacionais, enfim, protestos em diferentes dimensões.

Os grupos que se mobilizavam contra a política eram chamados de facções comunistas. Na pasta do DOPS (1969), com data do ano de 1969, encontra-se registros de buscas a estudantes, religiosos, operários, deixando claro no próprio documento que todos esses grupos seriam manipuladores pelos partidos PCB e PC do B. Segundo a descrição do Departamento, as ações desses grupos consistiam em reunirem-se para panfletar e agitar a população contra o governo vigente. Este documento deixava claro que os elementos mais atuantes no Estado eram políticos,

religiosos, pessoas atreladas na área da educação, isto é, professores e estudantes de variados sindicatos.

Os anos 1970 datam a criação de entidades responsáveis por agitações sociais como a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, o Comitê Brasileiro de Anistia¹² e o Centro de Cultura Negra do Maranhão.

No Maranhão de fins da década de 1970, várias entidades e movimentos foram constituídos para o combate à ditadura militar e luta por reivindicações consideradas direitos - alguns até já formalizados em lei, mas negados na prática, outros a serem conquistados e reconhecidos. Uma das estratégias acionadas nesse sentido foi à participação eleitoral com vistas à conquista de “mandato popular” (deputado estadual) voltado ao desenvolvimento da educação popular e à “organização do povo”. Faz parte desse processo a criação da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) e da seção local do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em 1979 (DIAS, 2011, p. 45).

Conforme Dias (2011), muitos ativistas e políticos foram presos por suas manifestações tornando-se necessária, diante de tal situação, a criação do SMDDH, justamente para intervir e/ou denunciar interferências nos direitos e colocar em prática mobilizações populares em torno destas problemáticas. A referida CBA buscava a liberdade dos exilados, com São Luís sendo o centro dessas agitações e protestos. Em 1977, houve um marco de novos movimentos estudantis no estado, a falta de direitos e liberdades despertou novamente as lutas dos estudantes da UFMA, da Igreja e dos trabalhadores rurais.

Os desdobramentos da ditadura no Maranhão levaram os estudantes à greve da meia passagem, no ano de 1979, onde houve altos índices de violência. Os aliados aos movimentos sociais apoiaram e denunciaram os abusos para autoridades, ou seja, a luta era em prol à abertura política. De acordo com Gomes (2013), os movimentos defendiam eleições diretas, organizações de partidos políticos e a redemocratização do país.

O período ditatorial é caracterizado por manifestações sociais, políticas partidárias, populares e eclesiásticas, sendo essa a maneira coletiva de resistir e exigir mudanças na estrutura estabelecida pelos militares e de intervir na ação hostil dos mesmos, mantendo, desse modo, a luta social firme. Acontecem no interior do Maranhão lutas por questões de terras, ou seja, lutas camponesas que chegaram

¹² A Lei de Anistia foi o ápice de um processo de mobilização política que começou em meados dos anos setenta (LIMA; SILVA, 2009), formado por militantes dos Direitos Humanos, expressos políticos, exilados, cassados, militantes de partidos democráticos, do movimento estudantil, etc. (BARRIENTOS-PARRA; MIALHE, 2012, p.3).

até a capital. De acordo com Dias (2011, p. 49), “(...) fora de São Luís, no interior do estado, o quadro era de explosão de conflitos em torno da luta pela terra, num processo generalizado de *grilagem*, favorecido pela edição da Lei de Terras, por José Sarney, em 1969”.

Não se pode entender que as passeatas, greves e reivindicações, entre outras já citadas, fossem as únicas formas de resistência no estado, pois, naquele período, tudo era muito restrito, “afunilado” e proibido. E como tudo que era visto como perigoso sofria represálias, a cultura também vivenciava esse ambiente. A música, o teatro e o cinema tiveram, em muitos casos, conteúdo revolucionário e crítico em relação ao momento que o país atravessava.

Enfatizando os movimentos culturais, outro militante da época, o cineasta e atual professor universitário Murilo Santos, acrescenta, com riqueza de detalhes, elementos marcantes daquela conjuntura, descortinando a dimensão política e a força contestatória presentes naqueles movimentos culturais, assim como a capilaridade e capacidade de disseminação dos mesmos, que, a seu ver “em alguns casos manifesta até nos dias atuais” (DIAS, 2011, p. 51).

Na questão partidária, vale destacar o debate oposicionista, como os partidos de esquerda que sempre resistiram mesmo antes da conclusão do golpe contra a inserção do capitalismo e um provável governo ditador. Os progressistas se coligam (MDB e a esquerda) e articulam o *Movimento de Oposição pra Valer* que se torna ativo em 1978 com a participação dos que não eram a favor da perda de direitos humanos, da democracia e da liberdade de expressão e tais mobilizações resultaram em eleição para Deputado Estadual. Diante de todas as diversidades de membros que faziam a composição desses movimentos, a majoritária foi, obviamente, as divergências entre pensamentos e, por essa razão, houve algumas rupturas. Segundo Dias (2011), a falta de harmonia no *Movimento de Oposição pra Valer* fez com que o SMDDH desempenhasse um grande papel nas questões relativas à oposição e na defesa de continuidades aos movimentos contrários ao governo.

Repressão e resistência marcam o momento ditatorial em todo o país, as manifestações cresceram gradativamente e proporcionalmente ao endurecimento da ditadura. Essas resistências são evidentes em várias áreas, que já foram mencionadas. No Maranhão, ainda que as fontes sejam escassas, essa realidade é perceptível em algumas discussões e pesquisas existentes.

3 MARIA ARAGÃO E SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA

3.1 Medicina, Partido Comunista do Brasil e Jornal tribuna do Povo

[...] Um dia fui a casa de uma amiga rica, que tinha estudado comigo. A mãe dela me tratava muito bem. A menina fazia aniversário, eu comprei uma rosa e fui levar pra ela: Aquela rosa representava um sacrifício. A mãe dela me perguntou: “Onde você mora?”, “Num quatinho”. “De que você vive?”, “Eu dou aulas”. E ela me disse: “Maria você não pode estudar medicina. Meu filho estuda medicina, e os livros são caríssimos”. Eu respondi: “É certo. A sra. disse o que eu não tenho, mas a sra. não disse o que eu tenho, coisas que a sra. sabe. A sra. foi minha professora, me viu fazer exames com os melhores professores e sair da banca examinadora com elogios. A sra. não disse que eu tenho cultura, que sou inteligente, que sou estudiosa. E não disse que sou capaz de levar avante o que eu quero. Eu vou ser médica”. Depois disso quando estava desanimando, me lembrava da mulher que disse que não eu podia fazer medicina. (FOLHA DE SÃO LUÍS, 1979).

Em entrevista para o jornalista Walter Rodrigues à Folha de São Luís, em 1979, a comunista supracitada relata que antes de cursar medicina ensinava com o intuito de manter-se. Em alguns momentos quando estava no Rio de Janeiro começou a passar fome, e por conta disso, chegou a desenvolver problemas de saúde. Alguns não acreditavam em seu sucesso profissional, questionando e lembrando sobre as dificuldades que poderiam frustrar tal sonho, porém os problemas a fortificavam. Desde o início de sua trajetória como estudante, notou-se sua obstinação e não foi diferente com sua trajetória política, que será discutida adiante.

A Medicina poderia ser algo distante para ela, pois não tinha a situação financeira favorável, contudo, obteve êxito no vestibular, cursou na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma das melhores universidades do Brasil e, posteriormente, alcançou grandes resultados. De acordo com Vilela e Araújo (2009), antes mesmo de ser líder política, Maria Aragão atua como médica, com pretensão de voltar ao Maranhão e modificar o cenário do estado em relação à saúde.

A médica Maria José Carmo Aragão optou pela medicina desde cedo, pois se espelhava na solidariedade de um médico que ajudou a sua família. Através dessa formação acadêmica, preocupou-se com questões sociais, com problemáticas que se pautavam nas desigualdades e na miséria de alguns, na qual podia enxergar seu passado. Essas pretensões individuais se despertam em sua militância política,

na qual pode expor seus ideais e lutar por eles em conjunto. Em entrevista para o jornalista Euclides Moreira, Maria Aragão comenta sobre sua admiração por essa profissão, “[...] Eu quis estudar Medicina, porque eu achava muito admirável um médico que era o amigo da gente, e a amizade ficou, porque ele foi nos visitar uma vez, algum de nós estava doente e ele não cobrou, porque viu nossa miséria [...]” (MOREIRA NETO, 2015, p. 35-36).

Foi no Rio de Janeiro, durante seu percurso no curso de medicina, que Maria Aragão se aproximou do partido comunista PCB, conhecido na época popularmente como Partidão¹³, liderado por Luís Carlos Prestes. Maria Aragão se interessou pelo partido justamente em um comício em que Prestes discursava em 1945, no campo do Vasco (São Januário), após o líder comunista sair da prisão no Rio de Janeiro. Nesse contexto, a mesma decide participar do Partidão, pois compartilhava de ideologias similares emitidas naquele discurso, como transcreve Moreira Neto (2015, p. 77-78), no livro *Maria por Maria*:

- Essa foi outra grande das emoções que tive. Eu nem gosto de me lembrar, porque eu ainda sinto um nó na garganta.
- Nunca tinha visto uma multidão daquelas. O campo do Vasco é imenso e estava, super, super, super lotado.
- Perguntei a mim mesma:
- Que diabo de homem é esse? Que pra olhar esse homem, bota toda essa gente no campo vascaíno?
- E eu fiquei pensando no homem, aí avisam, pelo microfone:
- Vai chegando ao estádio, Luís Carlos Prestes.
- Não me esqueço disso, parece que todo mundo tinha sido tocado, e todo mundo ficou de pé, a gritar:
- Prestes, Prestes, Prestes.
- Voltei a me perguntar:
- Que diabo é isto? Aí eu fiquei, fiquei lá, aí o comício e tal, e quando ele começou a falar, quando o Prestes começou..., (ele era um homem magro, mal tratado, mal vestido), eu fiquei olhando esse homem e eu pensei:
- Ele vai, vai falar... (pensei comigo mesma). Vai falar tudo aquilo que o pessoal me contou, aquelas mágoas todas, e tal...
- Eu tava pensando que a oração dele ia ser essa...
- Puro engano de minha parte, puro engano no meu pre-jugamento antecipado, pois o homem não tocou nos nove anos de sua prisão, o homem não tocou na prisão da mulher dele, isso aí chateou muita gente ignorante.
- Ele tocou no povo, no sofrimento do povo, e a sábia união nacional do povo, na situação do povo...
- Então, eu disse:
- Esse homem é um homem especial, pois não é importante pra ele a vida dele...
- O importante pra ele é a vida do povo...

¹³ O apelido se deve a divisão que houve no partido, em 1962; quando surgiu então o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Como a maioria dos comunistas brasileiros preferiu continuar na antiga legenda, o PCB passou então a ser chamado de “Partidão”. (ROSA, 2012)

- O importante é ser contra a guerra, contra o nazismo, é isso que é importante para ele.
- Então nesse momento, decidi: [...]
- Ah, eu vou saber de onde é esse homem? Qual o partido desse homem? Eu vou trabalhar para esse homem.

Segundo Vilela e Araújo (2009, p. 4), Maria Aragão trabalhava na favela, visto que já aspirava exercer atividades com esse público. Devido a esse trabalho, a médica recebeu o convite de mulheres da favela para uma grande reunião em São Januário e, assim, conhecer Luís Carlos Prestes e sua proposta política.

O contexto de ingresso no partido foi o mesmo de seu retorno a São Luís, retorno voltado para sua contribuição ao PCB, no qual trabalhou vigorosamente, tornando-se militante de fato, principalmente na capital, mas também em todo o estado. A medicina contribuiu para a política e vice-versa. A partir daí, a médica fortalece o partido em São Luís com comícios, textos em jornais e palestras para pessoas da comunidade. Segundo Vilela e Araújo (2009), a ativista visava a libertação da humanidade.

Para a médica, aquele seria um momento fundamental em sua vida, porém, para alguns, não significaria uma atitude plausível. Muitos foram os que a argumentaram e questionaram sobre sua posição política e inserção no partido, pois achavam que a personalidade de Maria Aragão não se encaixava na perspectiva do Partido.

Foi o caos. A reação deles foi Brutal. Com certeza eu estava mesmo louca. Argumentavam que entrar para o Partido Comunista era muito pior que ir morar no Acre. Tentaram me convencer usando vários argumentos, um deles o de que eu era uma pessoa totalmente indisciplinada. Só fazia o que me dava na telha e num partido comunista ninguém poderia agir assim. Evidentemente não cedi à pressão. (FOLHA DE SÃO LUÍS, 1979, p. 5).

Por ter inclinação social, trabalhou gratuitamente em São Luís para ajudar famílias menos favorecidas, fazendo suas consultas nas casas dos pacientes. Por atender pessoas mais pobres, quase não recebia pelas consultas e não queria trabalhar para o Estado, já que o criticava (VILELA; ARAÚJO, 2009, p. 4).

A porta de entrada para as lutas sociais foi a Medicina. Através desse instrumento de combate, procurou minimizar alguns problemas sociais na saúde, e também, no meio ambiente, lutou a favor da igualdade de gênero e contra discriminação. Dessa maneira, Maria Aragão ganha destaque na sociedade maranhense (VILELA; ARAÚJO, 2009, p. 5).

Maria Aragão inicia sua participação quando o Partido Comunista ainda era legalizado, ocorrendo oscilações na legitimidade do mesmo. Na ocasião em que volta ao Maranhão, a militante traz ideologias junto a si, porém, em 1947, os membros sentem o impacto da ilegalidade, como relata o documento do Tribunal Superior Eleitoral na lei de nº 9.258 de 14 de maio de 1946:

Cumpre, rememorar que a lei nº 5 de 14-05-1946, revigorou “para as eleições de 19-1-1947” o Dec. - Lei nº 7. 586 de 29-5-1945, com alterações, entre outras, do Dec. – Lei nº 9.58 de 29-5-1946, onde se encontra o dispositivo, já transcrito, sobre o cancelamento dos registros dos partidos. Mas essa lei, além de fazer aquela revigoração apenas para o efeito das eleições de 19 de janeiro, foi votada como caráter de emergência, para atender à necessidade urgente de regular o processo das eleições que se aproximavam e se encontrava definido em leis revogadas. (BRASIL, 1946, p. 14).

Na fala da ativista, entende-se que o PCB entrava e saía da legalidade constantemente; que foram anos difíceis para quem era atuante e de esquerda. “Quando o regime cassou o Partido, deve ter sido de 47 para 48, aí saímos da legalidade foi cassado o Partido Comunista, então deve ter sido de 47 para 48” (MOREIRA NETO, 2015, p. 87).

Em plena Guerra Fria e intensa luta contra o nazi-fascismo¹⁴, é perceptível em todo o mundo o descontentamento com a esquerda. No Brasil, notava-se grandes conquistas políticas do PCB em eleições, enfraquecendo os conservadores antes mesmo deste contexto. A partir de 1946, a direita começa a fazer denúncias a esquerdistas para a Justiça Eleitoral. O cancelamento do Partido Comunista fez com que os membros agissem na ilegalidade, inclusive, segundo relato ao jornalista Euclides, Maria Aragão que estava atuante em todo Maranhão. Em entrevista feita para Moreira Neto (2015), enfatiza sobre a ilegalidade do cenário que o PCB vivenciava na capital e em alguns municípios maranhenses.

Nesse contexto, Maria Aragão passa a trabalhar em prol dos ideais partidários e, de fato, acionar a sociedade contra as injustiças e desigualdades que antecederam a ditadura. Porém, na ilegalidade, havia a difícil tarefa de dar continuidade ao trabalho, pois havia certa resistência contra o Partido, como é o caso da igreja que via a ativista como prostituta ou besta fera. Padres alertavam seus seguidores para o perigo que a comunista poderia oferecer – reflexo

¹⁴ O termo Nazifascismo é utilizado para retratar duas doutrinas totalitárias, que tiveram suas origens influenciadas através dos resultados da Primeira Guerra (1914-1918). (MARTINELLI, 2022).

consequente de sua representatividade no partido de esquerda maranhense e de seu discurso engajado.

- Continuamos, continuei a mesma luta, o mesmo trabalho com a mesma intensidade.
 - Um dia, eu te contarei a história de Pedreiras.
 - Mas tive outro problema em Pedreiras, não dentro da cidade, foi na zona rural do município...
- Maria pergunta a mim:
- Eu já te contei que o Padre me chamava de “besta-fera” e que fiz um comício.

Respondi:

- Não, não contou.

Maria se mostra surpresa:

- Eu não falei isso?
- Não falei mesmo, não?

EUCLIDES: Falou que o padre na missa, pediu para ninguém falar contigo. (MOREIRA NETO, 2015, p. 123).

Inicialmente, o comunismo foi tratado pela igreja como algo prejudicial. Na fala de Maria Aragão ao jornalista Moreira Neto (2015), é relatado como os padres se referiram a ela e que usaram a luz da Bíblia para argumentar e afirmar os discursos, se opondo à sua conduta, como, por exemplo, alertar a comunidade católica com a estória de que ativista devorava crianças.

A comunista atraía muitas pessoas ao seu redor, pois discursava a respeito dos problemas reais da sociedade, como, por exemplo, a educação e suas precariedades, a saúde e a necessidade de melhorias, e, por ser médica, alertava sobre doenças e os cuidados. Enfim, argumentava sobre a lamentável administração que afetava o interior do estado. Além dos trabalhos dentro e fora do estado, a líder política utilizava de outras estratégias. Um forte método de propagação de seus ideais foi o jornal semanal do partido *Tribuna do Povo*, o mesmo firmou-se desde 1942 até o ano de 1962. A ativista possuiu vários cargos no jornal semanal. Além de diretora, Maria Aragão narra a Moreira Neto (2015) que também era gerente, secretária e vendedora do Jornal.

Algumas injustiças eram relatadas pelo *Tribuna do Povo*. A médica relata para o jornalista Euclides Moreira que exercia a venda dos jornais e aproveitava para instigar o povo contra tais acontecimentos. Além disso, os operários denunciavam o que acontecia na fábrica:

- Como era que eu fazia a reportagem?
- Ia pra rua, ia pra porta da fábrica, ia pra porta da Santa Amélia, saía da porta da Santa Amélia, vendia o jornal.
- Dizia a reportagem, nossa redação é no lugar tal, assim, assim, então eles iam lá nos contar.

- Operárias iam lá na nossa redação e nos davam a reportagem das injustiças, de tudo que tava havendo na fábrica.
- Eu saía de lá e ia pra Fabril.
- Saía da Fabril ia pra Camboa, vendendo jornal, fazendo discussão e tal. (MOREIRA NETO, 2015, p. 141).

A luta contra as desigualdades motivava a existência do *Tribuna do Povo*. Em 6 de dezembro de 1958, a ativista comenta que os periódicos só continuariam se as causas dos operários fossem defendidas, isto é, “quando Tribuna do Povo não poder defender as reivindicações dos trabalhadores fechará suas portas” (TRIBUNA DO POVO, 1958). O jornal discutia sobre passeatas que ocorriam nesse contexto para contestar o valor do salário-mínimo e a respeito da censura ao jornal Diário da Manhã que, assim como o Tribuna do Povo, contribuía com os trabalhadores em suas reivindicações.

O cancelamento do registro do PCB era oscilante. O jornal estava em atividade nesses momentos e deixava a ênfase de seu posicionamento em torno do governo no contexto vigente; a comunista estava à frente de tudo, com o cargo de diretora: “O Partido cresceu na ilegalidade. Mesmo na ilegalidade, o jornal continuou a circular e eu era sua Diretora. Era um jornal de oposição”. (MOREIRA NETO, 2015, p. 141).

Na Biblioteca Pública Benedito Leite existe registros do Jornal no ano de 1953, no qual se escrevia sobre os operários, criticando o aumento de salário e reivindicando os verdadeiros ideais dos trabalhadores. O mesmo criticava alguns jornais pela tentativa de ludibriar os leitores pelas notícias a respeito do aumento salarial e os próprios patrões, além de deixar claro que a grande defesa seria a greve e reivindicações da classe. No mesmo jornal, havia uma publicação dedicada a Fábrica Martins: Irmãos e Cia, no qual se discorria acerca das péssimas condições de trabalho com analogias ao sistema feudal¹⁵. Essa matéria intitulava-se como *Verdadeira Câmara de Torturas a Fabrica Martins Irmãos e Cia*, sendo enfatizada a tortura ao invés do trabalho digno. Encontravam-se, também, nomes de operários que sofriam nas mãos dos patrões.

Em 1954, foram publicadas colunas com o objetivo de repreender o governo federal de Vargas. O tema *O atual governo brasileiro é instrumento dos*

¹⁵ O feudalismo foi uma forma de organização social, econômica, política e de um modo de produção e distribuição de bens em que a minoria, os senhores feudais, eram donos das propriedades, e a maioria dependia do senhor feudal. [...] (FIAMETTI, 2013, p. 5).

imperialistas norte-americanos abordou as tentativas de inserção de capital no Brasil. Para a esquerda, uma verdadeira “colonização do Brasil pelos EUA” acontecia, ou seja, neste caso, o país estava sob o controle de os Estados Unidos, pois tinha a maior influência e estava sob a direção da embaixada americana. O periódico enfatizou que “a política externa do governo de Vargas é ostensivamente ditada pelo Departamento de Estado norte-americano, sendo a delegação brasileira na mundialmente conhecida por sua atuação subserviente ao governo dos Estados Unidos” (TRIBUNA DO POVO, 1954, p. 2).

O jornal sempre foi para a sociedade um meio de comunicação de massa com o papel de instigar o leitor sobre questões correntes na sociedade. A diferença, evidente do jornal do PCB, era o seu posicionamento em diversos assuntos políticos, educacionais, entre outros. Em 1955, o jornal trazia discussões abordando o índice de mortalidade que afetava os jovens. Tal matéria teve objetivo de convocar a juventude para mobilizar-se, objetivando o combate à realidade vivenciada na época. Segundo o jornal Tribuna do Povo (1955), a mobilização era o caminho para a transformação do alto número de mortalidade entre os jovens.

Após três anos, mais exatamente em 1958, o jornal dava continuidade a críticas em relação aos salários dos trabalhadores e a jornada de trabalho, em publicação que intitulava-se *Trabalham Nove horas por dia para receber 33 cruzeiros*. Assim, faziam um posicionamento contra os patrões e a carga excessiva de trabalho na capital, a crítica se estendia ao estado, devido ao comportamento de impunidade das autoridades em torno da situação dos operários têxteis.

As tecelãs da Cambôa, segundo denúncias trazidas a nossa redação, trabalham 9 horas por dia para ganharem 33 cruzeiros, isto que ganham por produção, percebendo 33,00 por cada peça e, dificilmente confeccionam mais de uma peça por dia, embora almozem <<em cima da máquina>> e não tenham sequer, o dinheiro a um pequeno repouso depois da refeição. (TRIBUNA DO POVO, 1958, p. 5).

Os jornais sempre possuíam títulos impactantes como, por exemplo, outro jornal do mesmo ano que se intitulava **DOIS DIAS DE SERVIÇO POR UM QUILO DE CAMARÃO SECO**, como podemos visualizar a seguir.

Figura 3 – Jornal Tribuna do Povo



Fonte: Tribuna do povo (1958)

As denúncias vinham estampadas nos jornais com títulos em caixa alta e em negrito para chamar atenção do leitor, despertar a sociedade para crítica aos patrões e/ ou Estado e seu conteúdo defendia os direitos dos operários, pautados em melhorias de condições de trabalho e aumento salarial compatível as horas trabalhadas, além de outras questões sociais que também eram discutidas.

Nessa edição, em particular, reprova-se o valor do camarão no estado, onde fomentava a discussão de que o maranhense deveria trabalhar dois dias, para assim obter camarão em suas casas.

Sendo o Estado do Maranhão um dos principais produtores do pescado, não se justifica que estivéssemos comprando peixe e camarão pelo preço atual. Bem no centro da cidade, na Mercearia e Bar Narciso, o camarão seco está sendo vendido ao preço de 120 cruzeiros o quilo, o que equivale a dizer que o trabalhador maranhense para adquirir um quilo de camarão terá que gastar dois dias de serviço, uma vez que o salário mínimo vigente em nossa região é a base de 66, 00 por dia. (TRIBUNA DO POVO, 1958, p. 1).

Em inúmeras capitais do Brasil o PCB espalhava suas ideologias por meio de jornais, e na legalidade o partido abordava temas como a política e cultura. Mariângela Martins relata que muitos intelectuais como Jorge Amado e Graciliano Ramos utilizavam o jornal para pesquisas, assuntos literários e políticos, “[...]”

procuram, sobretudo explorar a relação entre as imposições partidárias e a liberdade de criação, as políticas do PCB [...]”. (MARTINS, 2012, p. 22).

Assim como no Rio de Janeiro, o Jornal comunista em São Luís fazia sua parte no debate sobre o partido, no quesito social e movimento operário. Durante sua existência, o Tribuna do Povo era impresso, passando por carência nos recursos financeiros e, por essa razão, dependia de meios que o sustentasse.

Outro entrave eram as vendas, os jornais não eram vendidos nas bancas e sim nas ruas, porque não eram legais. Nesse caso, o impedimento foi o número reduzido de pessoas para ajudar, ocasionando assim uma diminuição nas edições. Maria Aragão foi a grande responsável pelo jornal na diretoria, bem como nas vendas, pelo que teve um papel indispensável na continuação da obra.

Eram vendedores de jornal, os garotos vendiam jornal, eu dava assistência pra eles, pra família deles, eu os ajudava muito, era a maneira que eu tinha de vender os jornais, além das vendas individuais dos comunistas, tinha venda na rua dessa maneira. (MOREIRA NETO, 2015, p. 149).

Além desses trabalhos supracitados, segundo Moreira Neto (2015), existiam também outras empreitadas, como as festas beneficentes, justamente para sustentar o jornal que precisava de recursos. Esses movimentos culturais possuíam respostas positivas a respeito dos objetivos pretendidos por Maria Aragão. Observa-se que, nesse quesito, os custos do partido eram financiados pelo voluntariado dos membros ou simpatizantes do trabalho.

Estavam aliados aos trabalhos de ativismo à medicina e o jornal, o Tribuna do Povo permaneceu enérgico em São Luís até a viagem da ativista à União Soviética, durante um ano e alguns meses. No decorrer da viagem, o jornal fechou pois, naquele contexto, o Partido e a ativista estavam desanimados – o grupo por conta da ilegalidade e ela por estar trabalhando solo, em consequência de algumas crises no estado. Desse modo, a comunista permanece fora do Maranhão para fazer um curso de capacitação na URSS.

MOREIRA NETO: Por que o jornal fechou aqui?

MARIA ARAGÃO: fechou porque eu saí para a União Soviética.

MOREIRA NETO: Quando? Maria por Maria

MARIA ARAGÃO: Foi julho de 61 a setembro de 62, passei fora, passei um ano e três meses na União Soviética. Eu saí e o pessoal se desinteressou fazer jornal, vender jornal... [...] (MOREIRA NETO, 2015, 150-151).

A aproximação com as ideologias do Partido cresceu durante a estadia na União Soviética, Maria Aragão se aprofundou nos conhecimentos do socialismo. A ida para tal país e os cursos de capacitação renovaram o empenho e dedicação ao

PCB. No depoimento a Moreira Neto (2015), observa-se a aprendizagem em volta da sua profissão, isto é, a medicina e a importância que o socialismo e o partido continuaram a ter em sua jornada.

Sua trajetória é relevante para a história política e social maranhense, pois além de conquistar a tão desejada graduação em medicina, transformou-a em uma ponte sobre o abismo do descaso social, contribuindo para a melhoria da saúde e divulgando os direitos dos trabalhadores, ampliando assim o conhecimento de todos. Ela fez de seus ideais um modo de vida, e da sua inclinação política posições firmes perante o Estado. A caminhada de Maria Aragão é um exemplo de vida árdua, sua luta em prol do socialismo é a luta do povo que traz a própria liberdade. O cárcere, suplícios e ameaças a fizeram parte do difícil caminho do povo. Assim, as prisões baseadas em métodos de punição constante, que marcaram os anos mais pesados da ditadura, não puderam aprisionar sua voz que clama intensamente por justiça.

3.2 Maria Aragão e sua trajetória durante a Ditadura Civil-Militar: prisões para silenciar

“O homem-máquina” de La Mettrie é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral da alma do adestramento, no centro dos quais reina a noção de “docilidade” que une ao corpo analisável o corpo manipulável... (FOUCAULT, 1987, p. 118).

A perspectiva ditatorial tinha como cerne de sua tática política a retaliação, pois, por meio da admoestação, a sociedade poderia ser manipulada. Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir Nascimento da Prisão*, ressalta o ato de punição através da prisão. O suplício e o poder paralelo que as prisões possuem são enfatizados na obra do filósofo francês Foucault, em que é concebido um novo olhar à prisão. Nessa perspectiva, a prisão não é vista como um agente responsável pela ressocialização, mas tem um papel formador por meio de seu poder manipulado. Assim, segundo Foucault (1987), os indivíduos tornavam-se submissos e controlados.

Além de perder a liberdade, os esquerdistas e/ou opositores ao sistema político passavam por diários martírios que levavam, em alguns casos, à morte – mortes que talvez até hoje encontram-se silenciadas. O cárcere caracterizava-se como um ambiente de genocídios no regime autoritário no qual

depoimentos e declarações eram extraídos mediante força e crueldade. Nesse cenário, os excessos eram comuns. Sendo assim, muitos dos encarcerados não possuíam crimes comprovados, todavia permaneciam na cadeia sob uma doutrina arbitrária, estabelecida a datar do golpe de 1964 (BONAVIDES; ANDRADE, 1991, p. 444, *apud* FREIRE JÚNIOR, 2013, p. 172).

As prisões de líderes comunistas tornaram-se mais frequentes em 1964, quando ocorreu o golpe. A clandestinidade foi ainda mais tempestuosa do que em outras épocas, pelo fato de o sistema político estabelecido nesse cenário estar sob o controle dos militares. Segundo Abreu (2015), muitos militantes de partidos comunistas viram seus líderes presos e censurados ao longo do tempo.

Durante toda sua trajetória, Maria Aragão passou por muitas prisões que representavam uma forma de domesticação, em um contexto ocorrido entre 1964 e 1978 com retaliações do governo. Assim, trabalhava em divergência a lei de segurança nacional, tendo a sua condenação de um ano e dois meses de prisão e repressão. O cárcere era a punição e a forma do regime almejava deixar o país em ordem e mostrar sua soberania, contendo os ativistas, de modo a evidenciar a dominação política, ou seja, um sistema punitivo de demonstração do poder.

Tortura e violência eram características do regime. Os direitos humanos e a democracia foram extintos na busca da ordem em todo o país e o ativismo comunista era o grande desequilíbrio do regime, por isso as repressões foram intensas contra a oposição partidária. Para Borges e Norder (2008), a segurança nacional visava combater qualquer forma de subsídio comunista.

Como mencionado anteriormente, os militares chamavam os subversivos de inimigos, então precisavam detê-los. Nessa tentativa, cometeram atitudes abusivas, ou seja, crimes constantes, com o objetivo de extrair o máximo de informações. Borges e Norder (2008) relatam que, em alguns casos, os crimes possuíam cunho sexual como, por exemplo, estupro de algumas mulheres que, em alguns casos, estavam grávidas.

Órgãos de segurança foram criados para exercerem a repressão por etapas, ou seja, antes da tortura pesquisavam, verificavam, e posteriormente, reprimiam. Entidades essas nominadas como *Departamento de Ordem Política e Social* e *Operação Bandeirante* – que, em seguida, se tornou *Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operação e Defesa Interna*. Tornou-se habitual nesse cenário o desaparecimento de alguns, mortes e os martírios do

cárcere. Borges e Norder (2008, p. 4) explicam que “um destes órgãos era o Dops que tinha como atribuição torturar e interrogar. Outro órgão que foi criado fora da lei em 1969 é a Oban [...] composta de várias autoridades do governo, e que recebia verbas de grandes empresas”.

Maria Aragão foi presa várias vezes. Para torná-la submissa, os militares usaram sua arma mais poderosa, a repressão. A legitimação da ditadura ocorre em todo o Brasil e, conseqüentemente, no estado do Maranhão. Junto com o golpe, ocorre a retaliação dos rebeldes, concretizada com as prisões. Maria Aragão tem uma trajetória obstinada, pois ergueu a bandeira do Partido Comunista mesmo em momentos efervescentes, motivo pelo qual em 5 de abril de 1964, a comunista foi presa, conforme ela mesma relata a Euclides Moreira em entrevista:

- Aí chegou 64. Em 64, eu estava realmente com um trabalho sério com a juventude. Quando rebentou o golpe, eu tive tempo de mandar avisar aos jovens, pra dizer que não eram comunistas. Eles eram líderes estudantis e ninguém era comunista. Quem ia dizer que era comunista era eu, mas não eles. Foi uma lembrança maravilhosa, porque eles foram presos antes de mim e a polícia queria me prender. Queria que eu fugisse e fizeram esquema pra eu fugir.

Cercaram minha casa e os jovens estavam presos. Eu ainda estava solta e de fato eu tive muita oportunidade de fugir...

- Mas eles queriam me desmoralizar. Eu sairia de noite ou alguma coisa parecida pra fugir e eles me prenderiam e levariam pros jovens.

Aí poderiam dizer:

- Jogou vocês no fogo, viu?

- Vocês tão presos por causa dela e ela ia fugindo.

- Ela ia fugir.

- Mas eu não dei esse gosto, eu continuei em casa, trabalhando até que foram me prender no dia 5.

MOREIRA NETO: 5 de abril?

MARIA ARAGÃO: 5 de abril, no dia 5 de abril eles foram me prender.

MOREIRA NETO: Em casa?

MARIA ARAGÃO: Na minha casa, numa noite. (MOREIRA NETO, 2015, p. 201)

Em 15 de abril do mesmo ano, Castelo Branco assumiu o Governo com um golpe e vários ideais, políticos, econômicos e sociais. Essas medidas foram a suspensão das eleições diretas para a presidência com o ato institucional nº 2 de 1965, restrições aos direitos constitucionais, cancelamentos de partidos políticos, cassações políticas, etc., além de cortar ligações com Cuba a fim de estreitar a economia com a norte-americana. Segundo o Arquivo Nacional (2011), todas essas medidas foram implementadas por meio de atos institucionais que fortaleceram as competências do Executivo.

A ativista não se mantém inerte diante da prisão em questão; de certa forma resistia, não pela fuga ou esconderijo, ao contrário, sempre se entregava. No

entanto, com a denúncia do que acontecia na prisão a toda sua vizinhança, encontrava um meio de sentir a liberdade, mesmo que aos poucos.

MARIA ARAGÃO: Calma! Entraram na minha casa um tenente, um oficial, um sargento e um soldado, todo mundo de metralhadora e disseram que eu estava presa. Eu morava num sobrado e fui pra janela e os desmoralizei:
 - um grupo de covardes, armados até os dentes estão aqui pra me prender. Pra prender uma mulher desarmada, eles são tantos e estão aqui armados de metralhadora, para prender essa mulher desarmada, fiz aquele escândalo lá fora, na janela da casa.
 - Pedi a quem pudesse, amigos meus naquela vizinhança, que procurassem um advogado. (MOREIRA NETO, 2015, p. 202-203).

A campanha anticomunista foi severa, as perseguições foram eminentes, a prisão em si não bastava, interrogações, ameaças e imposições eram frequentes no cárcere. Não foi diferente com a líder comunista, uma vez que no quartel foi submetida a um interrogatório, principalmente a respeito do partido. Na primeira tentativa de inquérito, a médica se recusou em responder sobre o PCB, afrontando assim o Capitão com destemor dizendo “Eu também sou outra autoridade, sou uma líder comunista” (MOREIRA NETO, 2015, p. 202). A sua primeira prisão, no contexto do golpe, perdurou até o mês de junho do mesmo ano.

Em novembro de 1964, voltou a ser detida, permanecendo provavelmente até janeiro. É importante enfatizar que não existia crime que justificasse sua prisão, a mesma deixa claro que “O IPM – Inquérito Policial Militar, estava muito mal feito, não tinha nada, não tinha nenhum crime de que me acusassem” (MOREIRA NETO, 2015, p. 204). Segundo Araújo, Silva e Santos (2013), a prisão era o futuro das organizações de esquerda brasileira. Mesmo sem oportunidade de defesa e julgamento oficial, ativistas permaneciam presos.

Defendida na justiça por La Rocque¹⁶, Maria Aragão, teve novamente o arquivamento do seu processo, sendo assim, absorvida. No primeiro momento de prisões e ditadura, a médica não relata torturas físicas, e sim prisões coercitivas e sem justificativas. Naquele momento, a repressão era estabelecida com subtração de sua liberdade, as pretensões majoritárias eram intimidá-la, fazendo com que o trabalho no partido não prosseguisse. Por outro lado, observa-se uma constante resistência por parte da líder comunista com a recusa em fazer algumas declarações.

¹⁶ [...] Foi advogado, Deputado Federal, Senador da República, Ministro, chefe de família e amigo, destacando-se no universo de outros eminentes homens públicos brasileiros. (SOUZA, 2013, p. 15).

Depois dessas duas prisões, os trabalhos continuaram, porém de forma mais clandestina ainda: “MARIA ARAGÃO: Não. Eu fazia trabalho político clandestino, era clandestino mesmo, reunião, finanças, tudo era clandestino”. Passou o ano de 1965 a 1972 em liberdade. Os *Anos de Chumbo* que tem como pano de fundo a Guerra Fria, foram intensificados com enfrentamentos impetuosos da esquerda em divergência, o general Emilio Garrastazu Médici começa a exercer o cargo nesse contexto, isto é, em 30 de outubro de 1969, seu mandato é marcado justamente com exílios, prisões, tortura e repressão profunda, ou seja, os conhecidos já citados anos de chumbo. Nesse contexto em 1973, Maria Aragão voltara à detenção: - “Bem, mas aí, no dia 17, foi dia 17, [...] estava pronta pra ir pro trabalho, eram seis horas da manhã, eu estava fazendo café pra tomar e sair, já vestida, [...] quando batem na porta, eu vou ver, era um grupo da Polícia Federal”. (MOREIRA NETO, 2015, p. 242).

A clandestinidade tornou-se prática contínua para a política de esquerda, os militantes permaneciam na oposição de maneira ilegítima, as organizações secretas faziam parte da caminhada dos ativistas no Brasil. Araújo, Silva e Santos (2013 p. 25) enfatizam que entrar na clandestinidade para os militantes seria uma espécie de escape em prol a sobrevivência.

De primórdio, a Polícia Federal solicita sua presença para depor em São Luís, momentos depois em Teresina e, quando se faz presente na capital do Piauí, é levada para Fortaleza. A justificativa para tais mudanças se baseava no fato de que a pessoa responsável pelo inquérito estava impossibilitada de estar em São Luís, depois em Teresina, indo assim para Fortaleza.

- A senhora vai pro trabalho, só vai prestar declaração e vai embora, vai pro seu trabalho.
- Bem, chego na Polícia Militar ou Polícia Federal, 1 hora, 2 horas, 3 horas, afinal o trabalho?
- Disseram:
- A senhora espera um pouquinho.
- Às 11 horas da manhã, já sabia que estava presa.
- Ainda não estava com raiva, porque ainda não estava convencida que estava presa.
- Às 11 horas vieram me dizer assim:
- A pessoa não conseguiu chegar aqui, mas ela está em Teresina, nós vamos lhe levar pra lá, pra Teresina pra senhora prestar declarações.
- Eu disse:
- Eu vou em casa, me leva em casa, eu não deixei dinheiro para as crianças comerem, não deixei nada, não tenho roupa.
- Disseram:
- Mas a senhora volta hoje ainda
- Então, pensei e me perguntei:

- Ora, se eu saio 11 horas para Teresina, e vou, como é que vou voltar hoje?
- Bem, aí disseram:
- Pode levá-la.
- Aí eu fui em casa:
- Que raiva, pensava que eu ia voltar no dia seguinte.
- Peguei a escova, sabonete, duas peças de roupas íntima, deixei dinheiro para a empregada (interrompe para perguntar se a janela tava fechada) pois, bem, aí vou, eles me levaram para Teresina.
- Quando chego em Teresina, disseram o seguinte:
- Olha, a pessoa não chegou, foi para Fortaleza.
- Aí me levaram pra Fortaleza, mas, aqui se sabia que eu tinha ido pra Teresina, pois eu tinha dito lá em casa, eu devo voltar amanhã.
- Bem, aí, vou pra Teresina. Quando eu chego em Teresina, não era em Teresina, me trataram muito bem, me deram almoço no caminho, foram gentilíssimos comigo, agora quando chego em Teresina não era Teresina, era Fortaleza. (MOREIRA NETO, 2015, p. 243)

No Regime Militar, as torturas não incidiam somente no campo físico, psicologicamente acontecia da mesma forma, trazendo desequilíbrio ao detento. Araújo, Silva e Santos (2013 p. 23) enfatizam que os presos políticos eram ameaçados e interrogados, sendo mantidos constantemente incomunicáveis e sem direito de falar com familiares, amigos e advogado. Desta mesma maneira, a comunista também estava incomunicável quando chegou a Fortaleza, ela mesma depõe que “[...] eu fiquei incomunicável, num lugar horroroso” (MOREIRA NETO, 2015, p. 243).

Em um momento mais feroz da ditadura, houve uma prisão mais dura¹⁷, linha-dura. Maria Aragão passou por torturas, inclusive ter seus olhos vendados, choque elétrico, perguntas, negações e repetidas flagelações, bofetadas e empurrões. A coerção é um método de controle, a líder comunista ativava a sociedade, portanto, houvera uma imposição para acabar com as agitações. O cárcere fora a forma mais explícita da vigilância. Segundo Foucault (1987), controlar e punir o corpo ativo para subordinação e docilidade. A comunista ressalta um tratamento árduo naquela prisão de 1973 em Fortaleza: “Esse interrogatório foi muito duro, foi muito duro [...]”.

MOREIRA NETO: Te deram choque elétrico?

MARIA ARAGÃO: Deram choque elétrico, deram. Então, tinha uma pergunta, pergunta sobre os políticos, não tenho obrigação com eles, não sei nada da vida deles. [...]

Aí ele me deu um choque tão violento e um tapa, um choque e um tapa:

- Bem, mas eu caí do choque, mas eu ainda estava consciente.

Aí uma pessoa disse:

- Cuidado, esse nome é quente.

¹⁷ A expressão “linha dura”, que começou a ser empregada pouco depois do golpe de 1964, se referia aos militares radicais que defendiam o endurecimento do regime. (GASPARI, 2023).

- Aí me arrastaram, eu não tinha pernas foi um choque violento, me arrastaram. Foram me arrastando até me botarem num canto, eu fiquei encostada assim, num canto (faz gestos). (MOREIRA NETO, 2015, p. 244-245).

Nesse momento, o interrogatório e a tortura foram interrompidos, pois, após tantos choques, a saúde de Maria Aragão estava comprometida. Porém, ela ainda permanecia vendada, e em depoimento a Moreira Neto (2015), com sua pressão arterial em 23/13, considerada muito alta, mesmo assim, ela permanecia incomunicável, presa, e sem obter informações sobre onde estava. Maria Aragão só soube onde estava quando, finalmente, foi condenada à prisão preventiva, no sanatório judiciário, que, segundo ela, era um local para onde vão os tuberculosos. Essa prisão era feminina, contendo algumas mulheres envolvidas com política e outras situações. Ela sofreu de várias formas, inclusive com relação à alimentação, relata os procedimentos pelos quais passou a alimentação, e que por conta disso não se alimentava direito.

- Quando cheguei, encontro a presa política, a Rosa, era uma jovem muito inteligente, era universitária e já estava presa lá há algum tempo.

- Então ela me contou como era a situação.

Ela disse:

- Aqui a comida é muito ruim, é carne, carne, carne, carne...

Eu disse:

- Onde é que botam carne?

- Expliquei meu ponto de vista.

- Eu não vi geladeira, não vi nada não, onde se guarda essa carne?

Ela responde:

- A carne vai aí pro sanatório, sanatório de tuberculosos.

Eu fiquei pensativa comigo mesma:

- Vai para o sanatório e como a geladeira do sanatório é muito ocupada, eles botam a nossa carne, a carne da gente, na geladeira do laboratório.

- Aí eu quase caio para trás e quem te disse que eu podia comer?

- Não podia comer, porque na hora que se botava comida na mesa me lembrava do catarro, me lembrava das fezes, me lembrava de tudo. (MOREIRA NETO, 2015, p. 248-249).

Além das más condições que afetavam o dia a dia no cárcere, o local era de insalubridade total, em consequência, Maria Aragão solicitou melhorias, de certa forma, criticando a administração do sanatório. Reivindicava pelos seus direitos, principalmente, no que concerne a saúde dos detentos, dizendo: “- Os impostos que pagamos são também para a saúde e a vida dos detentos, por isso nossos impostos também tem uma parte para isso, [...]” (MOREIRA NETO, 2015, p. 258). Esta prisão foi revogada e possuiu duração de sete meses, depois de torturas em Fortaleza, Maria Aragão volta a São Luís onde aguardava julgamento em liberdade.

Durante sua liberdade condicional, trabalhou no Hospital do Câncer e em 1975 voltou a julgamento em Fortaleza. Dois anos após a prisão anterior, foi condenada há um ano e dois meses. A ativista relata que: “[...], portanto o dobro do que eu já havia cumprido... Desse um ano e dois meses, eu já tinha cumprido sete meses [...]”, ou seja, ela precisava apenas da continuidade as prisões anteriores para efetivar os catorze estipulados pela justiça. A militância de Maria Aragão representando a Voz Operária e, conseqüentemente, a subversão à Lei de Segurança Nacional, levou-a a condenação, cumprindo os sete meses que faltavam na Polícia Militar de São Luís.

MOREIRA NETO: Qual a tua acusação?

MARIA ARAGÃO: Eu era comunista e estava trabalhando em desacordo com a Lei de Segurança Nacional, na organização do Partido Comunista. Estava trabalhando no Partido Comunista, pela vida do Partido Comunista, blá, blá, blá, blá e como eu era representante da “Voz Operária”. Jornal “Voz Operária”, eu vendia a “Voz Operária”, logicamente eu fui enquadrada nisso. - Houve uma campanha contra a “Voz Operária” e estouraram nosso aparelho de trabalho da “Voz Operária”, invadiram a oficina, e como eu era representante da “Voz Operária”, eu também fui presa, só isso, não tinha outra acusação. (MOREIRA NETO, 2015, p. 259).

Desta vez, detida onde trabalhava no Hospital do câncer, a líder comunista relata o momento que os militares a prenderam dentro do hospital, Moreira Neto (2015, p. 266-267): “então quando chegaram, eu fui presa lá dentro do Hospital Aldenora Bello, fui presa no Hospital. MOREIRA NETO: Hospital do Câncer? MARIA ARAGÃO: Hospital do Câncer.” É narrado pela comunista que o tratamento da prisão em São Luís foi bom e que recebia muitas visitas do povo no Natal, perto de cumprir os sete meses: “[...] E nesse Natal, mais uma vez, eu tive uma prova da solidariedade que o povo tem comigo, eu tive visitas, visitas, visitas... várias visitas.” (MOREIRA NETO, 2015, p.270).

Sobre o Jornal Voz Operária, existe registros que a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar – CGIPM, desde de 1969, solicitava ao 24º Batalhão buscas intensas com intuito de interditar os locais que produziam as impressões e publicações destes jornais. A alegação consistia em que o jornal Voz Operária era órgão central do Partido Comunista Brasileiro no Maranhão e tais buscas aconteciam devido a impressão deste jornal ser realizada em diferentes gráficas dificultando interdição total do jornal DOPS (1969). Ainda nessa pasta, observa-se nomes de pessoas que possuíam possíveis ligações com atividades subversivas. Isto é, os jornais, jornalistas, estabelecimentos e ativistas que vendiam e/ou

distribuíam os periódicos eram reprimidos. Maria Aragão, assim, trabalhava intensamente em plena repressão em favor do PCB.

E no dia 3 de janeiro de 1976, faltando alguns dias para sua liberdade, Maria Aragão recebe a notícia que seria transferida para o “Complexo Penitenciário de Pedrinhas”. Novamente como em suas prisões anteriores, não possui direito de comunicar-se com sua família. A comunista refuta a ordem feita, resignando-se a transferência para Pedrinhas. Seu comportamento foi resistir bravamente por meio de questionamentos, o que era típico da médica, pelo fato de não ser silenciada facilmente. Depois de muito reivindicar pelo direito de ligação, ela entra em contato com sua filha: “- Simone reuniu os outros meninos e telefonou pro meu advogado. [...]” (MOREIRA NETO, 2015, p. 273).

A militante passou os dias que restavam para o cumprimento de seus quatorze meses em Pedrinhas e não descreve os detalhes do ocorrido nesse íterim. Em 1977, o Ministério Público recorre da decisão em relação à sentença dada anteriormente, sendo assim, sentenciada a dez meses de prisão em São Luís. Até esse momento, totalizavam-se dois anos de prisões pós-golpe, no entanto com intervalos de meses ou anos e em locais e estados diferentes.

Bem, espera lá, deixa eu saber qual foi o ano (pensa), espera lá. Nesse mesmo ano, isso foi 77, eu saí em março, quando chegou dezembro, eu recebo um telefonema de uma advogada da Polícia Federal, Doutora Celsa (ela tem bom relacionamento, ela se relaciona bem, é uma pessoa educada, boa), me dizendo o seguinte:

- Olhe, eu estou lhe telefonando para lhe dar uma notícia má, uma notícia ruim pra senhora.

Diz ela pra mim:

- O Ministério Público recorreu da sua sentença e a senhora foi condenada a mais dez meses de prisão. (MOREIRA NETO, 2015, p. 276)

Assim, Maria Aragão explica então que saiu da prisão dois meses antes de sua sentença encerrar:

- Na prisão eu passei todos esses meses.

MOREIRA NETO: Mais dez meses?

MARIA ARAGÃO: Mais dez meses presa, fui solta dois meses antes de terminar o prazo, porque tinha, como é que se diz...?

- Liberdade condicional, né?

- Fui solta uns dois meses antes do tempo integral...

MOREIRA NETO: Segunda vez aqui em São Luís, [...] (MOREIRA NETO, 2015, p. 278).

Não entrando em detalhes sobre esta prisão, Euclides dá continuidade à entrevista, abordando a sua decisão por um dos locais, já predeterminados de sua detenção. A médica, logo depois, volta para Pedrinhas alegando possuir mais

“liberdade” na penitenciária do que na Polícia Militar e, também, pelas melhores condições de salubridade que as instalações de Pedrinhas possuíam.

MARIA ARAGÃO: Fui pra Pedrinhas, ela mandou que eu escolhesse.

Disse:

- Olha o Exército não lhe quer, você pode ir para a Polícia Militar.

Eu disse:

- Eu prefiro ir pra Pedrinhas, pode acertar Pedrinhas, porque a prisão em Pedrinhas era melhor pra mim.

Em Pedrinhas eu tinha liberdade de andar. Lá na Polícia Militar eu não apanhava sol, não tinha condição de apanhar sol lá, porque pela manhã, o tempo todo. O pátio estava ocupado com soldados fazendo exercício. Eu não apanhava sol, não saía da cela, só pra ir ao banheiro, porque a cela onde eu estava na Polícia Militar, não tinha instalação sanitária, era uma sala de trabalho que eles utilizaram para ser cela e não tinha instalação sanitária. (MOREIRA NETO, 2015, p.278-279).

É perceptível em suas declarações a forma com que se relacionava bem com os outros detentos (que cometeram diferenciados crimes). O depoimento dado referente a Pedrinhas é instigante, pois ela discute, suscitando concepções acerca de como o machismo é construído pela sociedade. Nesse sentido, entende-se que a comunista possuía um olhar crítico, fomentando as mazelas do meio social como grandes responsáveis de males ainda piores, como por exemplo, crimes hediondos. A vivência de anos no cárcere faz com que a militante tenha muitas compreensões sobre a justiça, sociedade e crimes cometidos pelos detentos.

- Ele era um homem que tinha cometido um crime bárbaro. Em Pedrinhas tinha pessoas assim, humanas, mansas.

Normalmente a gente não sabe. Por exemplo, esse homem, que me deu a manga, matou a mulher, abriu a barriga dela, abriu, cortou, fez cesárea na mulher, cortou o útero da mulher onde estava a criança, uma coisa bárbara.

Então pergunto e respondo:

- Por que ele fez isso?

- Quem armou o braço dele?

- Foi essa sociedade machista, capitalista, porque ele tinha viajado e disseram que a mulher tinha namorado uma outra pessoa, um homem, um outro homem, então a mulher ficou grávida e ele cismou que o filho não era dele.

- Podia ter sido verdade, podia não ser, mas a verdade é que era considerado corno. Pessoas passavam por ele, ou riam ou jogavam piada dizendo:

- Corno convencido! Corno! Corno! Corno!

- Ele se viu tão desesperado com essa sociedade hipócrita, pois foi a sociedade que armou o braço dele e o levou a cometer aquele crime. Quer dizer, sempre é preciso que se analise, e isso já compete aos juristas, mas não eu, pois eu não sou jurista. (MOREIRA NETO, 2015, p.280).

É interessante ressaltar que neste presídio a líder comunista era a única mulher naquela penitenciária, porém, o Complexo Penitenciário de Pedrinhas não oferecia celas femininas, por isso foi preciso improvisar, tornando a sala da assistente social um lugar mais bem pensado para Maria Aragão. Durante os dez

meses de reclusão na penitenciária, Maria Aragão depôs sobre os maus tratos, recorrentes por ser um retrato do regime ditatorial, para intimidar os “inimigos” do Estado e estabelecer o controle social.

MOREIRA NETO: Você era a única mulher presa na época?

MARIA ARAGÃO: A única mulher presa na época.

- Lá não tinha local pra prisão de mulheres.

- Tinha essa cela onde eu estava, era a sala da assistente social, que foi não sei pra onde e eu fiquei na sala dela.

- Pois bem, foi lá que foi adaptada a minha cela. (MOREIRA NETO, 2015, p.283)

Desde o início até grande parte da ditadura, a líder comunista foi alvo da vigilância que a ditadura proporcionava. Devido aos depoimentos, às vezes confusos e sem continuidades, se torna difícil definir os anos que ela estava presa ou em liberdade condicional, à espera do julgamento. Euclides, em entrevista, pede para Maria Aragão recapitular suas prisões para adquirir informações mais precisas, tendo em vista que não lembrava facilmente as datas. A própria afirma: “[...] eu não sei exatamente a época, para datas e nomes eu sou nula”. Ao lembrar das prisões, a comunista comenta sobre quando obteve liberdade em 1976, momento em que estava impossibilitada de trabalhar com política, por conta das penalidades, expressando desta maneira a repressão ativa no estado do Maranhão:

MOREIRA NETO: Então só pra recapitular. Tu foste presa em 73, passaste sete meses presa em Fortaleza.

MARIA ARAGÃO: Fui presa São Luís do Maranhão e levada pra Fortaleza, no Ceará.

MOREIRA NETO: Depois voltou a ser presa em 75...

MARIA ARAGÃO: Não, não foi em 75. Não, não foi 75, eu passei uns 2 ou 3 anos pra ser julgada.

MOREIRA NETO: Então foi em 76?

MARIA ARAGÃO: Foi, deve ter sido 76 (confusa)

MOREIRA NETO: Aí tu foste e cumpreste mais sete meses.

MARIA ARAGÃO: Foi.

MOREIRA NETO: Aí tu ficaste quanto tempo em liberdade, pra voltar a ser presa? Pra cumprir mais 10 meses?

MARIA ARAGÃO: Aí, eu só passei sete meses.

MOREIRA NETO: No mesmo ano?

MARIA ARAGÃO: No mesmo ano eu voltei a ser presa, olha, qual foi o ano das eleições, quando Haroldo Saboia foi eleito pela primeira vez?

MOREIRA NETO: 76.

MARIA ARAGÃO: Então foi nesse ano que eu saí, foi 76?

MOREIRA NETO: Foi

MOREIRA NETO: 76.

MARIA ARAGÃO: Então foi nesse ano que eu saí, foi 76?

MOREIRA NETO: Foi.

MARIA ARAGÃO: Foi nesse ano que eu saí que conheci o Haroldo. Um grupo veio me trazer Haroldo, veio me apresentar Haroldo, eu trabalhei na campanha dele, não podia aparecer, estava ali acuada e recuada, porque estava cumprindo pena, viu?

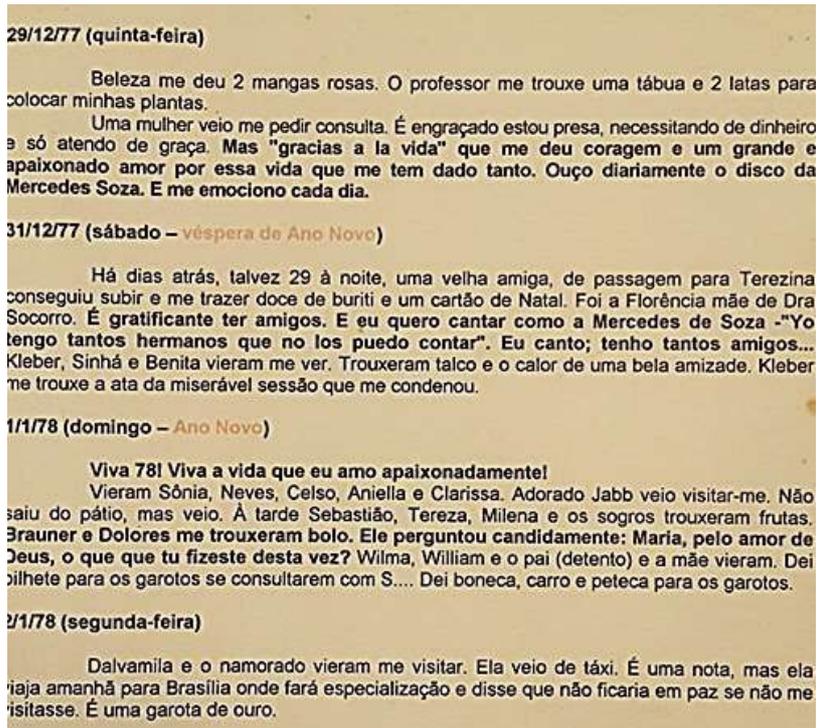
- Eu ainda estava cumprindo pena, não podia trabalhar. (MOREIRA NETO, 2015, p.284-285).

Em meio a esses relatos, é possível salientar, sob a ótica de Foucault (2002, p. 208), que a prisão é “uma empresa de modificar indivíduos”. As penalidades ocasionaram, mesmo em “liberdade”, um cárcere, a líder comunista estava nas rédeas da “Lei”, submissa, moldada; “acuada”. A disciplina era função do cárcere na ditadura, transformando indivíduos, dissipando as agitações para dominar e deixar claro o controle. O regime integra a sociedade ao processo de manipulação, tal qual um remédio que é administrado para conter as convulsões. O cárcere, no cenário ditatorial, é como uma instituição disciplinar, e agi em favor da retaliação de indivíduos.

Em arquivo do DOPS, é evidente o endurecimento das medidas contra Maria Aragão. Em um recorte feito da matéria jornalística de 1977 do jornal O Estado do Maranhão, enfatiza-se que a Superintendência de Polícia Federal confirmava a prisão da médica e o título da matéria dizia: **JUSTIÇA MILITAR AMPLIOU PUNIÇÃO DE MARIA ARAGÃO**, em caixa alta e negrito. Percebe-se que se objetivava chamar atenção para a notícia, no texto se descreve as prisões anteriores da ativista, as de 1951 antes da ditadura civil-militar, 1966 e 1973. A matéria afirma que, após sua prisão de 1973, a ativista não trabalhava mais na clandestinidade e que seus familiares e amigos ficaram surpresos, pois seu advogado não teria sido informado acerca da nova detenção da médica.

A autobiografia apresenta as prisões de Maria Aragão até o ano de 1977, deixando subtendido que permaneceu presa nesse período. Contudo, em seu memorial, consta que sua última prisão perdura até o ano de 1978 e o documento que comprova essa afirmação é o seu diário, utilizado para descrever o cotidiano relativo às prisões, e principalmente, as visitas recebidas. As informações acerca do local e cidade em que a comunista estava presa não são conhecidas, todavia algumas das reações dela e de seus amigos são expressas por intermédio de sua escrita.

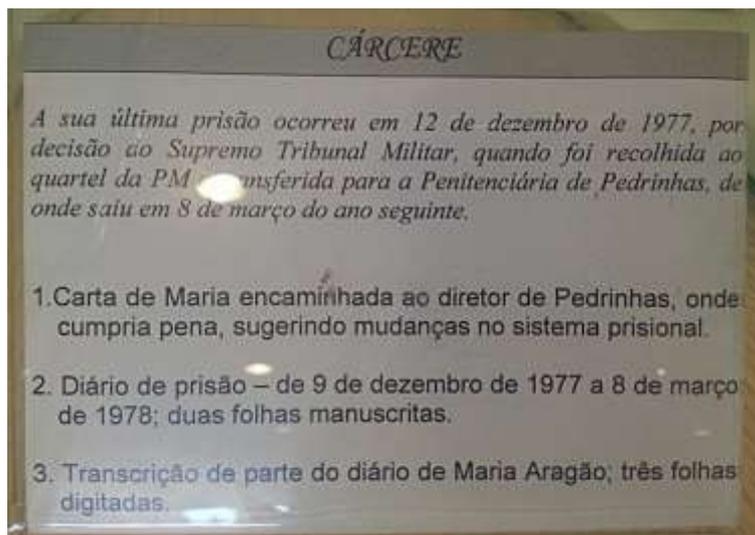
Figura 4 – Transcrição do diário (Memorial Maria Aragão)



Fonte: Autoria própria (2016)

Precisamente, a militante cumpriu prisão em 8 de março de 1978, ou seja, a sua última prisão foi em 1977, contudo, ela permaneceu presa até o ano de 1978 como é relatado na imagem seguinte:

Figura 5 – Cárcere



Fonte: Autoria própria (2016)

A figura 5 é uma descrição do acervo que indica algumas das prisões, cartas e transcrições. A guia do memorial faz considerações acerca da última prisão, explicando que a prisão em 1977 obteve durabilidade até o ano de 1978.

No livro autobiográfico, Maria Aragão relata suas prisões até o ano de 1977. Em 1978, entretanto, houvera outras prisões. “A última prisão foi em 77, mas ela foi até o ano de 78. Janeiro, fevereiro e foram de 1978 foram os três últimos meses de prisão, depois disso teve libertação total. Em março, ela concluiu a prisão” (ANUNCIAÇÃO, 2016).

A biografia de Maria Aragão é de superação, começando pela conquista do curso de Medicina, uma vez que era proveniente de família pobre. Vista pela sociedade sem grandes expectativas, rompeu as correntes do preconceito e quebrou as algemas dos paradigmas. Ressalta-se a sua participação na política, pelo fato de ter lutado a favor da democratização e representar um posicionamento contundente, quando a ditadura se intensificava no país. **Muitas prisões não intimidam quem acredita na vitória da revolução! De nada valeu a repressão!** e entre outros títulos como esses estampavam as capas de alguns jornais após sua morte em 1991, testificando que sua história durante a ditadura é de grande relevância.

Em recorte de jornal de O Imparcial, feito pelo DOPS em 1984, referente aos meses de janeiro e fevereiro, encontram-se várias matérias acerca da ativista Maria Aragão. Logo no índice de assunto do documento encontra-se o seguinte título: **Maria Aragão: 74 anos (luta pelo socialismo)**, as matérias abordam trabalhos da médica e das suas declarações como comunista convicta. Além de noticiar comícios feitos pelos Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil na Praça Deodoro, as pessoas ali presentes levantavam por volta de cento e oitenta bandeiras vermelhas que simbolizam as ideias do partido, mas entre essas várias bandeiras destacava-se um cartaz em específico onde trazia a pintura da imagem da Líder política Maria Aragão. A vista disso, percebe-se sua grande influência, importância e representatividade para os partidos no Maranhão.

O conhecimento acerca da trajetória Maria Aragão é de extrema importância para a compreensão da história ditatorial maranhense. A ativista deixou uma história marcante para os maranhenses a qual contribui para o ensino da Ditadura Civil-Militar em território maranhense não só para o entendimento da

repressão, mas das resistências neste cenário. Assim, entende-se que sua trajetória é a luta e resistência em meio a censura e repressão.

Tendo em vista a importância do seu papel político e como personalidade maranhense, a médica recebeu algumas homenagens em vida e outras após sua morte. Entre muitas, podemos destacar a homenagem ao enredo carnavalesco elaborado pelo jornalista Euclides Moreira para a Sociedade Recreativa Favela do Samba ¹⁸, em 1989, intitulado como O sonho de Maria, o qual homenageou a trajetória de Maria Aragão (MATOS, 2020, p. 292) que inspirou posteriormente a elaboração do livro autobiográfico *Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura*, lançado em 2017 com apoio do governo de Flavio Dino, sendo a obra fruto de um compilado de entrevistas sobre toda vida da líder política. Outra grande homenagem foi a construção da Praça Maria Aragão. O projeto inicial da praça fora de um espaço pequeno junto ao busto da ativista e tal local obteve idealização de seus familiares e amigos após seu falecimento em 1993.

Nesse mesmo cenário, se iniciou uma organização com propósito de evidenciar a memória acerca da médica, o Instituto Maria Aragão (ARAÚJO, 2014). Desse modo, Jackson Lago, juntamente ao IMA (1998), propôs ao arquiteto a criação da praça que faria homenagem à médica com traços fortes e marcantes, deixando o registro de Niemeyer para evidenciar as peculiaridades do monumento (CALDAS, 2014). Além do enredo, literatura e monumento, a médica também foi eternizada em 8 de março de 2022, dia Internacional das Mulheres, através da Pintura da artista visual Telma Lopes com artes feitas nas paredes do Centro Histórico de São Luís.

É importante ressaltar que o memorial que se localiza junto à praça é um acervo rico de subsídios documentais a respeito da líder ativista, com sua inauguração dando-se em 25 de junho de 2004, ainda na prefeitura de Jackson Lago. Em entrevista feita em novembro de 2016, Ana Luzia Pinto da Anunciação, guia do memorial, afirma que “As pessoas não sabem quem é Maria Aragão. Referencial pro Brasil. Algumas pessoas chegam no memorial e confundem Maria

¹⁸ Fundada em 26 de outubro de 1950, possui como símbolo a lira, que foi idealizado pelo senhor Arcelino e é usado até hoje na escola no bairro do Sacavém. Conquistou dezenove títulos, sendo o primeiro em 1977 e o último em 2019. (JACINTHO, 2020)

Aragão com Ana Jansen¹⁹” (ANUNCIAÇÃO, 2016). Entende-se então que, por mais que existam homenagens feitas para Maria Aragão, a memória a seu respeito é fragmentada, pois é evidente a ausência do ensino voltado para a história do Maranhão, tendo em vista que a escola é um espaço importantíssimo para a construção e compartilhamento do saber histórico, do conhecimento de mundo e de si mesmo.

Por isso, a luta deve ser contra o esquecimento de sua trajetória, dos silêncios nas escolas, nos currículos e livros didáticos a respeito da história local. Contra os descasos em torno o seu memorial, o qual se encontra interditado sem data para abrir as portas simplesmente pela falta de manutenção e atenção da prefeitura, mantido fechado desde 2019. Lutamos, então, em prol da história para além dos eixos, fazendo com que uma personalidade maranhense seja evidenciada, para que a história e memória do Maranhão seja considerada como essencial ao conhecimento escolar.

¹⁹ Matriarca da família Jansen no Maranhão, mulher que alcançou grande fortuna material e foi uma figura expressiva da sociedade ludovicense no século XIX. (SOUSA, 2006, p.30).

4 MARIA ARAGÃO, A DITADURA CIVIL-MILITAR E OS QUADRINHOS: HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO UMA POSSIBILIDADE DE CONTAR HISTÓRIAS DESCONHECIDAS

4.1 As fragilidades dos livros didáticos: o saber e o poder

O teórico estadunidense Apple, no trabalho *Currículo, Cultura e Sociedade*, problematiza as categorizações do conteúdo e os conflitos acerca do que deve ser ensinado nas escolas. Para o autor, tais questionamentos são agudos e profundos (APPLE, 2005, p. 39). O currículo é responsável pela aplicabilidade no âmbito educacional que direciona o trabalho pedagógico. Em vista disso, é de suma importância analisar as ideologias para que se desmistifique padrões e se alcance melhorias em tal aplicação. Quando se debate currículo, vale lembrar daquilo que é intrínseco a ele, ou seja, o conhecimento, a questão política, social e o poder estabelecido nas entrelinhas do mesmo, para isso, diante do exposto, é questionado qual conhecimento vale mais.

Antes mesmo de compreender o como fazer, existe a relevância de investigar o que ensinar, de questionar: quais conhecimentos não são ensinados? Por que não são ensinados ou não são explorados com profundidade? O autor propõe educação igualitária onde os currículos valorizem todos os conhecimentos e não sejam parciais, supervalorizando uns e censurando outros ou, até mesmo, com discursos pejorativos acerca de muitas temáticas. Nesses casos, é visível o poder ideológico ou político sobre a educação. Além do questionamento sobre “qual conhecimento vale mais”, é importante também indagar como este conhecimento está sendo ensinado, ou seja, suas intencionalidades baseadas em nomenclaturas, temas e títulos que legitimem perspectivas e conceitos. Dessa forma, é necessário rebater o que Apple explica: “o conhecimento de alguns grupos como digno de ser transmitido às gerações futuras, enquanto a história e a cultura de alguns grupos mal veem a luz do dia” (APPLE, 2005, p. 42)

Para o sociólogo Michel Apple, os conhecimentos estão em constantes disputas. Desse modo, o ensino proporciona hierarquização e desigualdades nos conteúdos, reafirmando que todo conhecimento é importante, pois se o ponto de partida é a igualdade, todos devem ser valorizados, lembrados e colocados em discussão. Diante disso, é propício falar da memória e do esquecimento acerca da

história local. Um grande apagamento sobre que assola a história subalterna dos menos favorecidos ou das ideologias opostas à política vigente, estas são censuradas nos currículos, livros didáticos e nas aulas.

Silenciar histórias e/ou memórias é coibir a educação de seu papel socializador e democrático, por isso, a reflexão o que, para que e como ensinar é válida para construções de saberes eficazes e que correspondam com a função já referida. Sobre tais silêncios, Michael Pollak ressalta que “é como se esse sofrimento extremo exigisse uma ancoragem numa memória muito geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta-voz nem de enquadramento adequado” (POLLAK, 1989).

Tratando-se das memórias históricas e os livros didáticos, Almeida e Miranda (2012) expõem, por exemplo, que as ideias sobre o que é história com alunos do sexto ano são o primeiro plano, porém quando se trata de memória tem-se um distanciamento maior, ou seja, a memória local e subjetiva nos manuais didáticos. Nesse sentido, o autor evidencia um problema no conceito da história, pois a mesma se torna absoluta e concreta sem espaços para discussões, participação dos indivíduos e suas realidades. A união da história com a memória sensibiliza sobre as narrativas, ou seja, suas realidades se tornam intrínsecas aos temas discutidos em sala de aula. O ensino da memória nas aulas de história move os alunos e propicia a aprendizagem. A instrução do conteúdo deixa de ser somente apontamentos de acontecimentos e se torna participativa por meio da realidade que está em volta da escola, família, cidade, bairro, monumentos, etc.

A preocupação com os conteúdos dos livros didáticos precisa ser constante. A memória e a História não podem cair em “esquecimento”, ou melhor dizendo, serem censuradas por políticas que causam desigualdades entre o que é história oficial (dos heróis) da história da minoria (do trabalhador, servo, camponês etc.). A tentativa de ser imparcial na busca do que ensinar é ter consciência da fragilidade de muitos anos de conceitos da verdade absoluta, da falta de problematização dos acontecimentos, dos títulos com sentido pejorativos e dos mitos nacionais instaurados nas literaturas até os dias de hoje. É importante o afastamento das crenças, sejam elas quais forem, para que a pesquisa e o ensino sejam mais próximos da realidade (HOBSBAWN, 2013). Estórias são sustentadas para que as ideias sejam inseridas e cheguem ao ponto de possuir concretude,

tornando desse modo, a invenção em um fato histórico, possuindo legitimação e sobrepondo as demais fontes, lembranças e conhecimentos.

Dessa forma, a título de exemplo, pode-se enunciar a inserção do poder de forma coercitiva na Ditadura Civil-Militar (1964-1984), episódio em que o país foi reconfigurado em muitos aspectos, principalmente na estrutura política e constitucional. A censura vedava qualquer forma de expressão que contrariasse o governo ditatorial. Assim, com o ensino da história não foi diferente, havia controle sobre o que ensinar, carregando o mesmo peso de cultura política ideológica, com a defesa de valores que estivessem dentro dos preceitos éticos e filosóficos do Governo vigente, isto é, do sistema ditatorial.

Cabe destacar que a associação entre os agentes culturais e o Estado autoritário transcendeu a organização do mercado consumidor da produção didática e envolveu relações de caráter político-ideológico, cujas repercussões sobre o conteúdo dos livros didáticos foram marcantes, sobretudo pela perspectiva de civismo presente na grande maioria das obras (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 126).

A perspectiva ditatorial tinha como cerne de sua tática política a retaliação, pois por meio da admoestação se conseguiria manipular a sociedade. Michel Foucault em sua obra *Vigiar e Punir: o Nascimento da Prisão* ressalta que a coerção é método para o controle. O cárcere é a forma mais explícita da vigilância, controlar e punir o corpo ativo para subordinação e docilidade, pois “[...] É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 118). Segundo Miranda e Luca (2004) algumas produções históricas manipulam, falsificam e desmobilizam com intuito de suspender o processo crítico acerca do pensamento histórico dos livros. Essa ação manipuladora convenceu por muito tempo, tornando-se a ferramenta de ensino, em artifício de controle para alunos, em sua grande parte, adolescentes e jovens. Em outras palavras, assim como o cárcere, a manipulação do sobre e como ensinar propicia um corpo/mente dócil, ou seja, um olhar acrítico.

Nos anos 80, despontou ainda mais a discussão sobre uma abertura política. Os grandes movimentos sociais alavancaram-se como, por exemplo, o marcante movimento das Diretas Já, tendo uma grande participação e apoio popular. Os manifestantes reivindicavam por eleições presidenciais diretas. Na educação, especificamente nos livros didáticos, verifica-se que houve preocupações e pequenas problematizações voltadas para a realidade conteudista, e esses pequenos movimentos promoveram a criação do PNLD - Programa Nacional do

Livro Didático em 1985, o qual abriu precedentes para que os docentes obtivessem certa participação junto ao MEC (Planejamento normativo) e FNDE (responsável pela escolha, compra e distribuição dos livros didáticos). Porém, ainda se tem grandes empecilhos para que as literaturas sejam satisfatórias como, por exemplo, o processo de distribuição, de edição, das solicitações não atendidas entre outros aspectos. Houve transformações positivas no decorrer dos anos 1990 aos anos 2000 na disciplina de História (MIRANDA; LUCA, 2004). Atualmente, a reflexão está sendo mais frequente e alguns problemas têm sido solucionados, porém há muito ainda a ser posto em debate.

No que se refere aos materiais didáticos, Bittencourt (2008) contesta a função dos livros na formação dos discentes, além de pôr em debate a forma de controle que eles possuem, acerca do ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem “em análises sobre materiais didáticos e seu papel de instrumentos de controle do ensino por partes dos diversos agentes do poder” (BITTENCOURT, 2008, p. 298).

As críticas aos conteúdos e aos materiais didáticos estão estritamente correlacionadas aos domínios filosóficos que, em muitos casos, propiciam lacunas no saber, obviamente a tarefa inadequada do docente não deve ser “camuflada” pelos erros de conteúdo, porém o ensino de História precisa andar em sintonia com os instrumentos didáticos, por essa razão há necessidade de colocar em evidência assuntos antes não abordados, pois oportuniza saberes mais amplos, pautados na diversidade. A autora Bittencourt reforça justamente que os temas inovadores são dificilmente inclusos nas literaturas e ainda comenta sobre importância das universidades em proporcionar debates sobre temas pertinentes a sociedade (BITTENCOURT, 2008).

Nessa perspectiva, não é sobre qual conhecimento vale mais, contudo sobre representatividade dos fatos históricos, além dos eixos regionais. Devido ao pouco espaço concedido a narrativa local, a história do Maranhão fragmenta-se nos livros escolares. Assim, a busca por uma educação democrática refreia-se como um conhecimento não democratizado, pois demonstra preconceitos e desvalorização para com a história local. De acordo com Giron (2000, p. 28-29), “o preconceito contra a história regional é tão antigo como a própria História. Já os gregos rejeitam a história regional, ao estudar grandes mudanças históricas que excluem, não só a história local, como os historiadores locais”.

Além das ferramentas didáticas, as escolas e os vestibulares de amplitude nacional afastam mais os estudantes de sua realidade regional, como ocorre no ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), que não discute ou não propõe em seus temas o conteúdo das histórias locais, aumentando ainda mais a falta de entusiasmo sobre os fatos históricos do Estado (MATEUS, 2018). Em função disso, compreende-se como necessária a instrução e reforço nas salas de aulas das histórias e memórias ainda não propagadas, como é o caso dos contextos ditatoriais.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que regulamenta o sistema educacional no Brasil, atesta como pertinente o ensino diversificado na medida das diferenças e peculiaridades regionais do Brasil, para assim reconhecer as variedades culturais.

Base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (BRASIL, 1996 *apud* MATEUS, 2018, p. 21)

Semelhantemente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), apresentam discussões que provocam propostas acerca de diferentes temas, na garantia do respeito à diversidade em todos os sentidos, ou seja, a singularidade regional é um dos quesitos que contribuiu para elaboração dos PCNS. Mediante o referido critério, os Temas Transversais²⁰ foram inclusos visando abordagens de assuntos necessários para a construção da cidadania (BRASIL, 1998, p. 17). Os temas transversais proporcionaram o espaço de histórias em quadrinhos didáticas, livros paradidáticos, cadernetas escolares entre outros nas escolas, ou seja, materiais que contribuíssem com o ensino de temáticas que não fossem discutidas nos livros didáticos “oficiais”. Tornou-se, desde então, de suma importância a produção de outras fontes de história, mas essa produção será possível somente se as escolas e professores ficarem atentos as demandas e fragilidades conteudistas. Ainda há um árduo caminho para que a história do Maranhão seja difundida nas escolas, pois ainda há conflitos entre teoria e prática.

Segundo Cavalcanti (2007) quando se fala de lugar, logo se refere ao espaço que possui sentido de ação, ou seja, quando se trata de espaço isso implica em articulação com os seus sujeitos, os quais produzem ações sociais, podendo

²⁰ [...] Questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo (BRASIL, 1998, p. 17).

deixar histórias e memórias. Existem locais de memória e de história que devem ser estudados, observados, pesquisados e ensinados pelos professores nas aulas de História. Outro ponto interessante a ser destacado é sobre o que pode demarcar espaços com conceitos significativos, nesse sentido o autor menciona as lutas como legitimadoras de um local de história e memória.

A história local na sala de aula é uma possibilidade que possa suprir a necessidade dos livros didáticos, os quais expressam muito mais a história geral, isto é, um cenário brasileiro e/ou uma única história, apresentando alguns fatos históricos sem se preocupar em alguns momentos com a grande diversidade que o país possui, estas diversidades regionais ampliam ainda mais as fontes históricas que se tornam relevantes para as aulas de história no que se refere ao enriquecimento dos saberes específicos e locais. A história geral implica em fatos emblemáticos: os grandes homens, os heróis nacionais e nos temas mais genéricos. Já a história regional é um caminho para quebra de paradigma do tradicionalismo da historiografia. A vertente tradicional de se escrever e ensinar a história causa, como afirma Bittencourt (2008), um certo empecilho na problematização e reflexão da realidade histórica a qual o aluno se vê como sujeito e participante.

Além das fragilidades dos materiais didáticos e, ainda destacando a problemática curricular, vale lembrar que a primeira medida de Michel Temer, logo após o *impeachment* de Dilma Roussef, foi a reforma do Ensino Médio, através da medida de número 746/1, aprovada em 2018. A mesma tinha como ideia, reformar o currículo do Ensino Médio, pois segundo a BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2017) – que tem papel nortear as propostas curriculares nas escolas públicas e privadas – a aprendizagem no Brasil, principalmente Ensino Médio, apresenta uma situação alarmante, devido ao grande número de repetência e evasão escolar (BRASIL, 2017). Por isso, se repensou novas formas de enxergar esses currículos e o papel dos alunos como protagonistas na prática de ensino-aprendizagem. Foram inúmeras as transformações. Uma dessas foi o número de disciplinas. Alegava-se que a quantidade de disciplinas, no caso 13, seria uma sobrecarga para os alunos e não se direcionam ao mercado de trabalho, outro ponto de mudança foram as divisões de conhecimento em quatro áreas: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas para o desenvolvimento das competências e

habilidades, dando autonomia aos estudantes escolherem itinerários formativos²¹. Para a doutora em educação Silva (2018), todas as mudanças ocorridas no Ensino Médio estabelecem controle sobre o que os alunos devem aprender, categorizando o que seria mais importante para esse público, além de causar desigualdades à formação comum dos alunos, já que precisam escolher áreas de conhecimento específicas.

Em consequência das vulnerabilidades das fontes, problemas curriculares etc., a trajetória da ativista Maria Aragão no ensino de história abre a possibilidade de compreender o controle do poder ditatorial, pois ela passou por muitas prisões entre os anos de 1964 e 1978, com intensas retaliações do governo entre “liberdade” e cárcere. Contar a história da ativista Maria Aragão é acionar a “memória perigosa”, os olhares novos, é desempenhar mudanças sociais e praticar o ofício do professorado (BITTENCOURT, 2008, p. 13).

Apoiando-se nas realidades supracitadas, compreende-se que é escasso o espaço dado a história do Maranhão, por motivos já apontados. A vista disso, há um paradoxo na história da ativista política Maria Aragão que para muitos, limita-se simplesmente a um lugar, isto é, à Praça. A significância da representatividade política mistura-se com o impasse da memória coletiva.

Considero Maria, herança da cidade e do estado, construída ao longo do tempo, por isso nosso conceito sobre tradição passa pelo crivo da temporalidade, assim, confesso que nesta reflexão pessoal estava expresso o meu receio de perda com o universo simbólico que envolvia sua luta política e cultural na memória coletiva do povo da região. (MOREIRA NETO, 2015, p. 315).

A vista disso, não seria um fato que todo conhecimento importante, a diversidade, o multiculturalismo e as especificidades regionais carecem de mais ênfase no ensino. Entende-se que o Rio de Janeiro e São Paulo são eixos desses contextos, pois entre muitas abordagens sobre ditadura militar no Brasil, iniciada em março de 1964 com o golpe que derrubou o governo de João Goulart, a resistência, repressão e/ou prisões são os aspectos, em sua grande maioria, mais evidenciados e quando vinculados às figuras públicas são, rapidamente, associados a um cenário

²¹ No Brasil, a expressão “itinerário formativo” tem sido tradicionalmente utilizada no âmbito da educação profissional, em referência à maneira como se organizam os sistemas de formação profissional ou, ainda, às formas de acesso às profissões. No entanto, na Lei nº 13.415/17, a expressão foi utilizada em referência a itinerários formativos acadêmicos, o que supõe o aprofundamento em uma ou mais áreas curriculares, e também, a itinerários da formação técnica profissional. (BRASIL, 2017, p.468)

mais amplo: o nacional. Essas abordagens são de grande valia, porém, há mais para ensinar e argumentar aos alunos no tocante as repressões e resistências ocorridas no Maranhão ou com personalidades políticas maranhenses.

Para Botelho (2019), é inegável a herança de Maria Aragão que “[...] deixou grande legado, em forma de luta e resistência, um verdadeiro exemplo para as gerações”. A sua importância social, em hipótese nenhuma, pode ser negada. O conhecimento acerca da militante do Partido Comunista do Brasil Maria Aragão é de extrema importância para a compressão da história ditatorial maranhense de resistência e repressão.

Diante de todas as problemáticas nos currículos e livros didáticos, se faz necessária a produção de novos materiais didáticos que possibilitem o ensino de história durante a Ditadura Civil-Militar. Entre muitos, achou-se conveniente a confecção de uma HQ, ou seja, história em quadrinhos a respeito da trajetória Líder Política Maria Aragão, a qual serve como fonte histórica de pesquisa e ferramenta de ensino do cenário em questão. Nos capítulos a seguir descobriremos como a história em quadrinhos podem ser utilizadas em sala de aula.

4.2 Conhecendo as histórias em quadrinhos: um histórico das HQs na escola

O homem, desde a pré-história, necessitou de interação comunicativa. Quando se fala de comunicação, logo vem à memória a escrita. Porém, antes mesmo da grafia, os homens já transmitiam mensagens com artes nas paredes das cavernas. Esses desenhos, e/ou como eram chamadas oficialmente, artes rupestres, já deixavam claro uma comunicação destes a respeito de suas religiosidades, do seu dia a dia, entre outros assuntos.

Desde o início da humanidade o homem já se expressava através da arte e registrava sua história perpetuando a memória de seus dias. Hoje os desenhos nas cavernas são fonte para os historiadores pesquisarem e professores ensinarem acerca da cultura, avanços e modo de vida. Com o desenvolvimento humano, aqueles que eram caçadores e coletores, isto é, nômades se tornaram gradativamente sedentários. Com esses processos de mudanças entenderam que além dos desenhos e os códigos; posteriormente letras seriam necessárias para a comunicação em trocas comerciais. Após um longo desenvolvimento da humanidade a escrita fez-se imprescindível nas sociedades, a representação gráfica

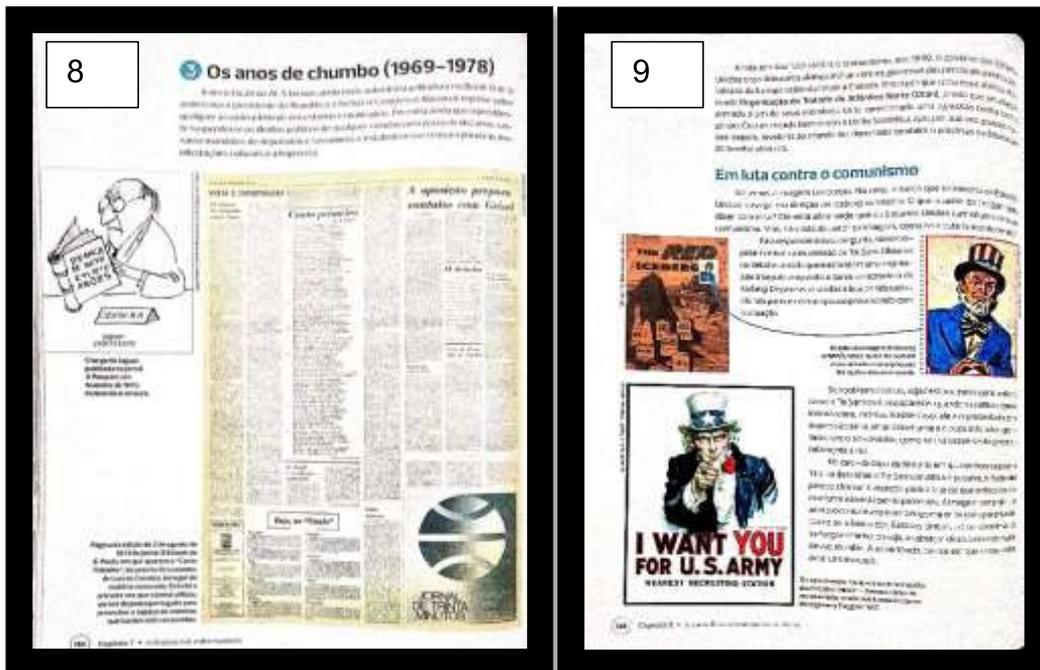
continua sendo uma forma de expressão e comunicação dos homens, por isso, a imagem e a escrita, quando juntas, possibilitam uma melhor compreensão sobre a mensagem ou informação que o desenho carrega. (RAMA; VERGUEIRO, 2014).

A comunicação e o ensino estão estritamente ligados. Os materiais didáticos atualmente, por exemplo, adicionam aos seus textos as imagens para contextualizar conteúdos e auxiliar professores durante as aulas. Valendo-se do pressuposto da importância de imagens gráficas e textos possuem um papel facilitador nas complementações das lacunas que os livros didáticos apresentam, as produções de histórias em quadrinhos contribuem na metodologia abordando temas transversais.

No Brasil, principalmente após a avaliação realizada pelo Ministério da Educação a partir de meados dos anos de 1990, muitos autores de livros didáticos passaram a diversificar a linguagem no que diz respeito aos textos informativos e às atividades apresentadas como complementares para os alunos, incorporando a linguagem dos quadrinhos em suas produções. (RAMA; VERGUEIRO, 2014)

No que diz respeito aos materiais escolares, às charges, cartazes, fotos, mapas, páginas de jornais, imagens de propaganda política, entre outros, são incontestavelmente maneiras de chamar a atenção dos alunos para os conteúdos apresentados ou até mesmo fazê-los compreender, de forma mais clara e didática, os temas discutidos nas aulas, principalmente da disciplina de História. De acordo com Rama e Vergueiro (2014), a inclusão dos elementos gráficos nos livros já é bastante frequente no ensino da história.

Figura 6 – Trechos de livros



Fonte: Azevedo; Seriacopi (2015)

Na imagem 8 vê-se o texto a respeito dos anos de chumbo no Brasil e o ato institucional AI-5 que endureceu mais ainda censura. Para contextualizar a forma de repressão, o livro põe em destaque a página do jornal *O estado de S. Paulo*, o qual traz matérias a respeito da ditadura, que foram censuradas e substituídas por trechos do poema de Camões, “Os lusíadas”. Além da charge que faz crítica à censura instalada no Brasil, esse trecho do livro de história possibilita aos alunos visualizarem de fato como funcionava repressão e, principalmente, a censura contra a imprensa brasileira. Já na imagem 9, o material didático aborda a luta contra o comunismo e a capa da história em quadrinhos *The Red Icerberg*, ou seja, “*alicebergue*” vermelho, de 1960. Nesse sentido, o livro destaca o alerta dos EUA a respeito do comunismo, pois havia possibilidade do seu avanço, o que provocou uma maior aproximação aos norte-americanos. Dessa maneira, percebe-se como a utilização de imagens nos livros didáticos vem aumentando e se consolidando nos últimos anos.

Os avanços nos materiais didáticos são percebíveis, porém alguns temas não são trabalhados nos livros, sendo que algumas questões específicas e regionais ficam de fora, por isso se faz necessário o uso de outras metodologias de ensino, as quais também possam propiciar imagens e textos para melhor aprendizagem.

Além dos livros, as histórias em quadrinhos também são uma opção dentro da perspectiva de que as imagens e textos juntos fazem diferença nas aulas. É importante citar que essa ferramenta nem sempre foi bem quista pela educação, isto é, foi necessário um longo processo até que seu uso nas escolas fosse oficializado. Os autores Rama e Vergueiro (2014) dizem que havia entre pais, escola e professores uma certa “desconfiança” a respeito de sua colaboração das Histórias em Quadrinhos - HQs, pois os pais achavam que o público-alvo dos quadrinhos eram apenas crianças e que seu papel era o de entretê-las, já os professores preocupavam-se com um provável conhecimento raso, isto é, mediante as leituras das HQs os alunos poderiam não se aprofundar mais nos conteúdos. Antes de ser alvo da educação, os quadrinhos tiveram trajetória nos meios jornalísticos e foram os jornais que propiciaram a sua popularização.

No século XIX, os Estados Unidos começaram a publicar jornais que citavam primeiro histórias em quadrinhos dominicais e depois diários de caráter cômico, usando sátiras e caricaturas para ilustrar acontecimentos, migrantes e famílias. Em 1920, os desenhos ganharam formas naturalistas, ou seja, traços mais parecidos com pessoas e/ou objetos. O público jovem aderiu aos quadrinhos, pois suas histórias tinham heróis como protagonistas, principalmente com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), onde os conflitos eram relatados com uma mistura de ficção. A desconfiança em relação aos quadrinhos foi gerada no final da Segunda Guerra Mundial, pois nesse contexto os quadrinhos aderiam a histórias de terror, com imagens gráficas ainda mais realistas. Temendo a influência negativa que os quadrinhos trariam sobre o público jovem, o psiquiatra alemão Fredric Wertham iniciou uma campanha contra os quadrinhos com a produção de artigos em jornais, nos quais enfatizava como eles poderiam fazer mal a adolescentes e jovens. Com isso, esse discurso entrou nas escolas norte-americanas (RAMA; VERGUEIRO, 2014).

Por ser uma ferramenta para evitar a preguiça mental ou a zona de conforto dos alunos, os quadrinhos não eram aceitos em sala de aula, pois para alguns professores uma boa e proveitosa leitura só poderia ser alcançada pela literatura oficial e/ou mais densa. Os autores Vergueiro e Rama indicam que tal concepção se deu pela falta de conhecimento a respeito dos quadrinhos, ou seja, não houve aprofundamento nessa área, portanto, a não aceitação.

Apenas em 1970, na Europa, os olhares aos quadrinhos começaram a ser diferentes. Nesse contexto, as HQs, especialmente na França, tiveram seus conteúdos atrelado as temáticas da educação, como foi o caso da publicação *L' Histoire de France em BD* da editora Larousse, que iniciou produções de quadrinhos com finalidade educacional. Com seu grande número de vendas, foram editadas para os EUA, Espanha, Japão, entre outros países que tiveram acesso a essas publicações. Após o sucesso das edições, as revistas em quadrinhos se expandiram no âmbito escolar.

No Brasil, a primeira História em Quadrinhos foi publicada pelo quadrinista Ângelo Agostini em 30 de janeiro de 1869, conforme as autoras Santos e Ganzarolli (2011). A HQ *As aventuras de Nhô Quim* ou *Impressões de uma Viagem à Corte*, de autoria do artista Agostini, foi responsável por instituir o Dia Nacional das Histórias em Quadrinhos no país, que é comemorado no dia de sua primeira publicação.

Em contexto brasileiro, a legitimação das histórias em quadrinhos foi dada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – LDB e Lei de Diretrizes e Bases, fazendo com que escolas voltassem os olhares a essa ferramenta na segunda metade da década de 90 a qual era cenário do governo de Fernando Henrique Cardoso. O estudioso Vergueiro descreve a importância das HQs no cenário escolar, citando a imagem atrelada ao texto como uma nova dinâmica de leitura e de aprendizagem, além de proporcionar mais interesses dos alunos aos temas das variadas disciplinas. Antes de tal aceitação no país havia, igualmente, o preconceito e certa rejeição das escolas. Conforme Ramos e Vergueiro, a utilização de revistas em quadrinhos em sala de aula trazia muitas críticas aos alunos, pois em muitos momentos os professores consideravam as revistas apenas como um lazer, “houve um tempo, não tão distante assim, em que levar revistas em quadrinhos para a sala de aula era motivo de repreensão por parte dos professores” (RAMOS; VERGUEIRO, 2009, p. 1).

A lei do art. 35, item II da LDB, menciona uma das finalidades do Ensino Médio no qual o “conhecimento pode possuir formas contemporâneas de linguagem”, em outras palavras, as histórias em quadrinhos podem ser inseridas em sala de aula pois é uma linguagem contemporânea do saber.

Além da LDB para nortear a educação no Brasil, temos os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN que estipulam modelos de ensino através de

documentos que compõem currículos escolares e também abrem espaço para o uso das histórias em quadrinhos quando evidenciam a expressão e comunicação na prática dos alunos em artes visuais. “As artes visuais no fazer dos alunos: desenho, pintura, colagem, escultura, gravura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia, histórias em quadrinhos, produções informatizadas” (BRASIL, 1997, p. 45). A disciplina de Artes trabalha desde o Ensino Fundamental anos iniciais até anos finais os quadrinhos como uma ferramenta ou uma diferente linguagem de comunicação visual.

A disciplina de Língua Portuguesa, como Artes, tem em seus PCN evidências da importância dos quadrinhos na escola, porém, nota-se que os quadrinhos são utilizados como gênero apropriado para a linguagem escrita como instrumentos de ensino de temas transversais. Os Parâmetros Curriculares da Língua Portuguesa afirmam que “[...] há inúmeras situações possíveis: produção e distribuição de livros, jornais ou quadrinhos, veiculando informações sobre os temas estudados [...]” (BRASIL, 1997, p. 37).

Já no caso do Ensino Médio, Vergueiro e Ramos (2009) consideram a inserção dos quadrinhos no Exame Nacional do Ensino Médio uma forma de avaliar a capacidade dos alunos de interpretar várias linguagens, por isso, tais alunos precisam ter contato com essa linguagem para a adaptação e obtenção de melhores resultados em vestibulares. Nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio de 2006, no que se refere a formação do leitor, o uso das histórias em quadrinhos precisa estar presente nas escolas, além de enfatizar que, no Ensino Médio, o professor usa essa ferramenta como continuação do que os alunos já aprenderam no Ensino Fundamental. Por isso, é importante começar a incentivar a leitura de histórias em quadrinhos desde os primeiros anos.

Ainda sobre a inclusão de histórias em quadrinhos em sala de aula, o Programa Nacional de Biblioteca na Escola - PNBE, que distribui obras literárias de pesquisa e de referência com o objetivo de incentivar a leitura, garante que a partir de 2009 os acervos das escolas de Ensino Fundamental (dos anos iniciais aos finais) e das escolas de Ensino Médio devem ter poema, conto, crônica, teatro, texto de tradição popular, romance, memória, diário, biografia, ensaio, obra clássica e história em quadrinhos, lembrando que todas as obras citadas acima são divididas por gênero. Diante desse documento, Vergueiro e Ramos apontam que os quadrinhos passam a ter três leituras:

A primeira é que ela consolida a interpretação de quadrinhos como gêneros literários. A segunda é que os mesmos quadrinhos não precisam ser, agora, necessariamente, adaptações para configurarem leitura recomendada. A terceira é que, pela primeira vez, as histórias em quadrinhos podem migrar para o ensino médio, via lista do PNBE. Até então, eram direcionadas apenas ao ensino fundamental. (RAMOS; VERGUEIRO, 2009 p. 35-36)

Os documentos de 2007 e 2008 não inseriam as HQs como acervo importante para o Ensino Médio, por isso é interessante pensar que a utilização e legitimação dos quadrinhos como fonte de estudo ou pesquisa estão em constante progresso. Após inúmeras discussões e avanços das HQs em sala de aula, Oliveira e Vergueiro (2020) afirmam que atualmente houve um significativo aumento do seu uso nas escolas brasileiras localizadas nas áreas urbana. Vale lembrar que tal realidade tende a se tornar mais concreta quando mais professores entendem que existem variados temas os quais podem ser discutidos e abordados pelos quadrinhos.

As histórias em quadrinhos nas aulas de história podem ser utilizadas para contextualizar acontecimentos, fatos históricos e também motivar os alunos a pesquisar conteúdos extensos que antes não tinham interesse, como o período entre guerras, Segunda Guerra Mundial, Nazismo e Fascismo, entre outros temas.

Figura 7 – Capas de Revistas em Quadrinhos



Fonte: Almeida (2018)

A imagem 10 refere-se a história em quadrinhos do *Capitão América*. Desde a capa é possível citar inúmeras questões relevantes a disciplina de História, entre elas vale ressaltar o emblemático soco do Capitão América em Hitler, demonstrando o sentimento norte-americano para com o nazismo e a imagem ridicularizada de Hitler que os estadunidenses desejavam transmitir. A maioria das HQs dos EUA demonstram o seu patriotismo, abusando das cores da bandeira estadunidense, além de evidenciar os aliados e à sua oposição ao nazifascismo na Segunda Guerra mundial. Essa HQ foi publicada em 1941 pelos desenhistas Jack Kirby e Joe Simona, que obteve grande êxito. Santos e Pereira (2015) comentam sobre a importância das HQs e sua utilização em sala de aula, mencionando o despertar para a leitura e a criatividade na escola.

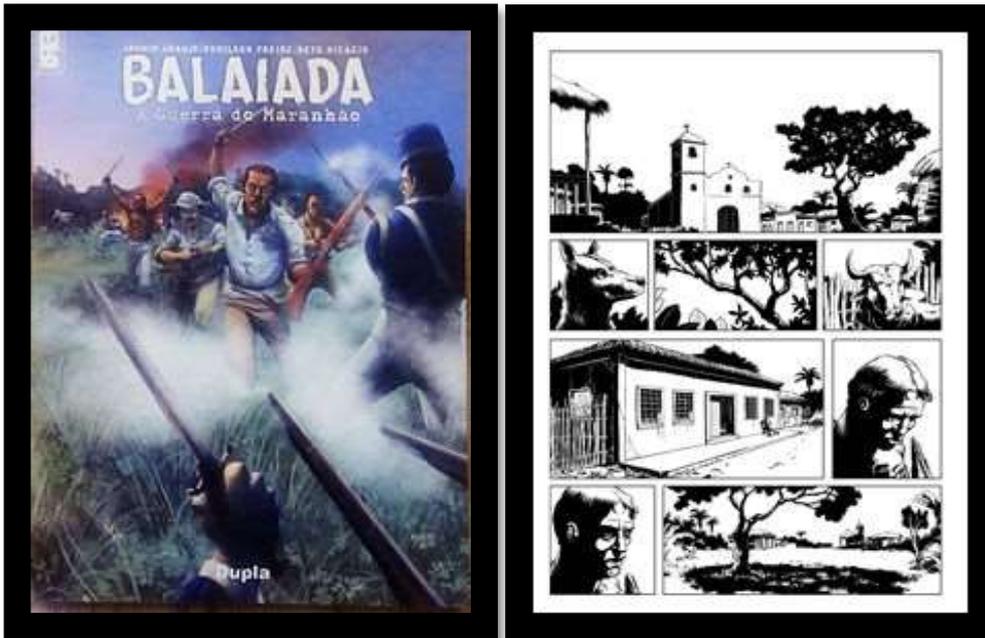
A obra em quadrinhos *Maus: A História de um sobrevivente*, que está representada na imagem 11, tem como temática Segunda Guerra Mundial, mas nesse caso, relata o holocausto e a condições dos judeus aprisionados. No período em questão, a história em quadrinhos se utiliza de relatos em torno de animais, que representam países e questões políticas. Os ratos, que se encontram logo em sua capa, se referem aos judeus e seus sofrimentos no campo de concentração Auschwitz. Tal acontecimento tem como base a história real dos pais judeus do autor Art Spiegelman. Além dos ratos, Spiegelman destaca os gatos como alemães, os cachorros, como norte americanos e os sapos como franceses. Oliveira e Araújo dizem que essa forma de discutir o nazismo, holocausto e II Guerra propicia a criticidade dos alunos, motivando-os a desenvolver ou interesse-se por desenhos com outros temas da história.

No contexto nacional, o movimento das HQs e dos conteúdos escolares também se fez presente, como é o caso do livro *Cai o Império: República vou ver*, o qual discorre desde o golpe da maior idade até a instauração da república no Brasil (SANTOS; PEREIRA, 2015).

As histórias em quadrinhos, já supracitados, auxiliam em conteúdos que se fazem presentes nos livros didáticos. A proposta não é substituir os livros escolares, mas apresentar aos alunos formas diferentes de estudar tais assuntos. Porém, quando se fala da história do Maranhão nos livros didáticos fica evidente as lacunas e fragmentações. Nesse sentido, as obras gráficas no ensino da História têm objetivo de alcançar novas temáticas e abordagens a respeito da memória local, da cultura, política e sociedade. Como título de exemplo, no Maranhão, pode-se

lembrar da HQ *Balaiada - A Guerra do Maranhão*, lançada em 2009 com roteiro de Iramir Araújo. A história retrata os motivos que provocaram a revolta, o estopim da guerra, abordando política e sociedade nos anos de 1838 a 1841. Os *quadrinhos* contam com o trabalho dos artistas Beto Nicácio e Ronilson Freire que elaboram os desenhos do livro.

Figura 8 – Capa e trecho da HQ: Balaiada a Guerra do Maranhão



Fonte: Naranjo (2008)

A relevância da HQ sobre a Balaiada é indiscutível, tanto para ensino como aprendizagem da história local. Com essa perspectiva e entendendo que os materiais didáticos discutem a Ditadura Civil-Militar nos eixos São Paulo e Rio de Janeiro, pode-se perceber o viés da necessidade de ensinar o contexto ditatorial a partir da trajetória da ativista política Maria José Aragão, promovendo o conhecimento da personalidade que está além da praça, da história e da memória local com uma instigante metodologia de ensino, possibilitada também pelas histórias em quadrinhos.

4.3 As HQs como didática para histórias esquecidas e/ou silenciadas: historiografia e as conexões do passado com o presente

Bitencourt e Galves (2014), ao discorrerem sobre a historiografia maranhense, dizem que o passado nos atinge no presente, portanto, o historiador precisa saber como esse passado foi construído, ou seja, como e por quem foi contado e como foi escrito, já que o passado interfere diretamente no tempo presente. Nesse sentido, surge a necessidade de analisar falas daqueles que no passado não foram protagonistas de acontecimentos históricos, porém, essa não é uma tarefa fácil justamente porque muitas histórias foram escritas por aqueles que fizeram parte desse protagonismo.

Para analisar histórias em outras perspectivas, é necessário que a investigação seja no viés do que chamamos de a história vista de baixo, isto é, uma análise de uma história contada não por generais, mas pelos soldados, não pelos senhores, mas pelos camponeses, não pelos burgueses, mas pelos operários. Quando o historiador inglês Burke (1992) aborda a escrita da história, ele aponta que a história social por muito tempo se preocupou com a opinião da elite, ou seja, havia apenas a opinião e os fatos de uma camada social deixando a história reduzida a então chamada: História da Elite.

Muitos foram questionamentos acerca dessa escrita até que o historiador inglês Edward Thompson, em 1966, iniciar um novo conceito para a história ao escrever a conhecida *The History from Below*, ou seja, a história de baixo ou história vista de baixo. Essa inovadora corrente teórico-histórica propiciou a ampliação da investigação em que sujeitos antes não evidenciados passariam a ser mencionados na literatura. Burke afirma que essa perspectiva foi o ponto de partida para historiadores que desejavam “[...] explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história” (BURKE, 1922, p. 41).

A história vista de baixo é uma corrente que tem como objetivo rever o passado com outro olhar e sob ótica das vivências não contadas, mas que contribuem com a história e memória de um povo. Como Burke (1922, p. 43) afirma, a busca dos historiadores atraídos pela história vista de baixo é “[...] reconstruir a

experiência das classes sociais inferiores”. Classes sociais que, por muito tempo, foram censuradas, mulheres e homens, que ao longo da história foram desconhecidos mesmo com suas contribuições e ações em determinado momento ou fato histórico.

Além da história vista de baixo, podemos considerar importante para essa discussão o campo historiográfico chamado de micro-história a qual possui um destaque às camadas esquecidas, diferentemente da história tradicional, a perspectiva “microscópica” evidencia os objetos de forma totalmente intrínsecos até chegar a outros fatos ainda não observados. A micro-história surgiu mediante muitas transformações, incentivada pelos historiadores Italianos Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, tanto em suas obras como na publicação da coleção “*Microstorie*”.

Carlo Ginzburg, a partir de sua obra *O Queijo e os Vermes*, contribui para escrita da história, ou seja, para o desenvolvimento da análise. Em seu livro, Ginzburg discorre sobre a inquisição através da personagem Menocchio e não dos inquisidores. O historiador italiano menciona que:

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas?” — perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso. (GINZBURG, 2006, p. 8).

Atualmente, os historiadores se preocupam com as entrelinhas dos acontecimentos, com novas personagens, lugares e fontes que abrem as diferentes possibilidades do fazer história. A vista disso, analisar a personalidade Maria Aragão e sua trajetória é buscar um novo discurso a respeito da ditadura de 64 no Maranhão o qual por muito tempo foi desconsiderado, produzir os quadrinhos com esse conteúdo é proporcionar uma nova fonte de estudo, ensino e pesquisa.

Pelo fato do esquecimento sobre a trajetória da Maria Aragão e da centralização dos livros didáticos nos eixos Rio de Janeiro e São Paulo, a elaboração de quadrinhos com a trajetória da ativista evidencia a reconstrução de um passado que valoriza a mulher, o Nordeste e as resistências as quais não encontramos nos materiais didáticos e nos currículos educacionais.

A importância das HQs nas aulas de história está além da utilização de quadrinhos que já existem, está atrelada ao anseio da produção de temáticas ainda não existentes. As histórias em quadrinhos, além de ser um instrumento diferente de

narração, são também uma forma de se contar o que os livros didáticos não contam. Os autores Oliveira e Vergueiro (2020) afirmam que os quadrinhos podem ser usados de inúmeras formas no ensino da história:

[...] os quadrinhos na aula de História pode ocorrer de diferentes maneiras. Eles podem tanto ser utilizados para abordar períodos históricos específicos quanto temas ou conceitos mais gerais da área. Da mesma forma, pode-se trabalhar com vários tipos de quadrinhos – ficção, não ficção, material paradidático criado para este fim etc.

Os quadrinhos sobre a trajetória política da ativista é uma forma de material paradidático, pois é um material que objetiva o auxílio dos professores para as aulas de Ditadura Civil-Militar em território maranhense. Para os professores de história, as HQs podem ser consideradas como fonte histórica de pesquisa para determinada época, contexto, cenário e acontecimentos. Rama e Vergueiro comentam que os parâmetros curriculares do Ensino Médio “destacam a importância dos diversos gêneros dos quadrinhos como fontes histórica” (RAMA; VERGUEIRO, 2009, p. 6).

Segundo a historiadora Jaqueline Zarpato, a história e os quadrinhos têm uma ligação com o passado e o presente, pois podem fazer o leitor visitar alguns acontecimentos históricos. Para a autora, o uso dos quadrinhos no ensino de história está relacionado às evidências que criam:

[...] conexões entre o contexto no qual ocorre a narração da temática, confrontando e se relacionando com as experiências de quem lê as histórias. Podem ser as narrativas de confronto, de vida material, de embates culturais que representam, em suma, o processo histórico entrelaçando passado e presente. (ZARPATO, 2020, p. 10)

Vale lembrar que essas ligações com o passado precisam ser mais amplas, ou seja, não apenas com o passado de pessoas ilustres, pois inicialmente, quando os quadrinhos começaram a ser vinculados aos temas da disciplina de história, pois enfatizavam uma história que podemos chamá-la de história vista de cima. Segundo o teórico João Mendonça, “[...] entre os anos de 1950 e 1980 havia a valorização das [...] biografias de santos. Outras revistas, como as séries de Grandes Figuras [...]” (MENDONÇA, 2009, p. 4). No decorrer dos anos, essa realidade foi sendo modificada e, a partir dos anos 80, outras histórias foram inseridas nos quadrinhos, como, por exemplo, biografias e relatos individuais. Por esse motivo, é visível a necessidade de produções voltadas para histórias as quais não são divulgadas.

Entre essas e muitas concepções sobre os quadrinhos e o seu uso no ensino da história podemos dizer que as HQs são recursos pedagógicos e/ou instrumentos didáticos pedagógicos contemporâneos para a construção do ensino e aprendizagem, esses instrumentos podem possuir muitas vantagens em sala de aula, porém para isso se faz necessário a utilização correta de tal recurso e se produzidos como paradidático precisam se preocupar com as experiências dos leitores, ou seja, alunos, dos professores e da escola.

A história em quadrinhos sobre Maria Aragão se preocupa justamente com as realidades do Centro de Ensino Maria Jose Aragão, pois a escola carrega o nome da ativista, ou seja, a médica faz parte da história do Centro de Ensino, além disso, será uma fonte de estudo a respeito da história do Maranhão no cenário ditatorial, já que pouco se evidencia acontecimentos em território maranhense. Mendonça destaca que “como em toda proposta metodológica, devem-se considerar as vivências das pessoas envolvidas no processo – educador e aluno – como suporte na busca de soluções mais adequadas ao contexto em que estão inseridas” (MENDONÇA, 2009, p. 10).

Além da preocupação com uma proposta que abrange a realidade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, deve-se levar em conta os desafios de se trabalhar com os quadrinhos nas escolas públicas, pois as carências de recursos financeiros é uma realidade. Vergueiro e Oliveira (2020) sugerem a elaboração de fanzines²², isto é, de revistas de baixo custo produzidas para abranger temáticas que se deseja trabalhar. Esta produção pode contar com o auxílio de um artista local para desenvolver a arte e após sua elaboração ser disponibilizada em formato PDF ou impressas em bibliotecas de escolas como instrumento educacional. Nesse sentido, confeccionar as histórias em quadrinhos com a concepção das fanzines utilizando temáticas relevantes para a comunidade escolar é proporcionar, mesmo com limitações financeiras, o acesso a materiais que construam conhecimentos e saberes.

²² Fanzines são revistas amadoras, geralmente de pequena tiragem, produzidas de forma artesanal pelo esforço de pessoas apaixonadas por uma determinada temática, e que desejam compartilhar informações ou produções artísticas. Por serem publicações independentes e sem fins lucrativos, acabam por se tornar uma forma de livre expressão de seus produtores, que não precisam se preocupar com editoras ou vendagem. Livre também é a periodicidade, que varia de acordo com a vontade do produtor. Mais tempo, mais dinheiro disponível: maiores as chances de o fanzine sobreviver; caso contrário, há milhares de boletins “filhos únicos” ou com tempo de vida curto.

A construção da história em quadrinhos *Ditadura Civil-Militar: Maria Aragão e sua luta em quadrinhos* não objetivou apenas evidenciar um conteúdo, mas também aproximar o aluno, criar sensibilidade e ligação a história de vida da ativista a sua própria história. Oliveira e Vergueiro consideram que:

Pensar os acontecimentos históricos para além do fatural a partir da construção de um pensamento crítico pela via da fruição artística nos parece ser uma das grandes contribuições dos quadrinhos ao ensino de História que, a partir das narrativas, tem sua dimensão de processo ampliada. Isso ajuda a desconstruir o método da simples “decoreba” levando o aluno a acompanhar o passo a passo dos eventos em cadeia, além de trazer a visão do contexto sociocultural, que contribui para um entendimento mais abrangente da época estudada (OLIVEIRA; VERGUEIRO, 2020 p. 30).

As narrativas factuais possuem um grande peso nas aulas de história. A disciplina sempre objetivou questões que se direcionam a realidade, porém deve-se levar em conta o público, pois o que é realidade para o público A não é necessariamente realidade para público B. Portanto, há uma importância inegável de se estudar e conhecer os alunos, o entorno da escola para que se torne possível o direcionamento de uma história em quadrinhos mais significativa que desperte o sentimento de pertencimento, para que os alunos percebam que podem ser sujeitos da história.

Vale lembrar que os quadrinhos didáticos precisam se preocupar com as imagens e desenhos que possam contextualizar a história, pois a mensagem passada pelos quadrinhos funciona pela combinação do texto e imagens. O teórico Marcelo Fronza menciona a importância dos elementos estéticos na elaboração das HQs, pois, para Fronza, a imagem potencializa o “[...] desenvolvimento do aprendizado histórico [...]” (FRONZA, 2020, p. 151).

A história de Maria Aragão contada em quadrinhos permite novos olhares em torno da escrita da história, ou seja, no que diz respeito à historiografia maranhense. Em relação à escrita, os quadrinhos apresentam um estilo diferenciado de escrever a história, possibilitando assim uma nova fonte de pesquisa sobre o cenário ditatorial maranhense, além de dar voz a uma história que por muito tempo foi silenciada. A historiadora Luca (2020) considera que após muitas revoluções historiográficas, os historiadores possuem um variado cardápio de fontes de pesquisa, obviamente, é preciso levar em conta toda a sua veracidade, mas não se pode descartar a importância das fontes atuais.

Estimular a compreensão histórica a partir de novas abordagens e utilizar diferentes didáticas e metodologias para ensinar história e fontes é uma tentativa de expandir o conhecimento para além dos livros didáticos. Hoje em dia, quando muitos preferem esquecer as torturas, censuras e mortes que a ditadura causou, onde os anos de chumbo são considerados anos de glória e a ausência de democracia é entendida como solução para o país, discutindo e conectando arte (quadrinhos) com a história (Ditadura Civil-Militar) é uma estratégia para que o passado não seja distorcido, muito pelo contrário, para que seja revisitado e reescrito de acordo com a realidade dos fatos.

5 METODOLOGIA

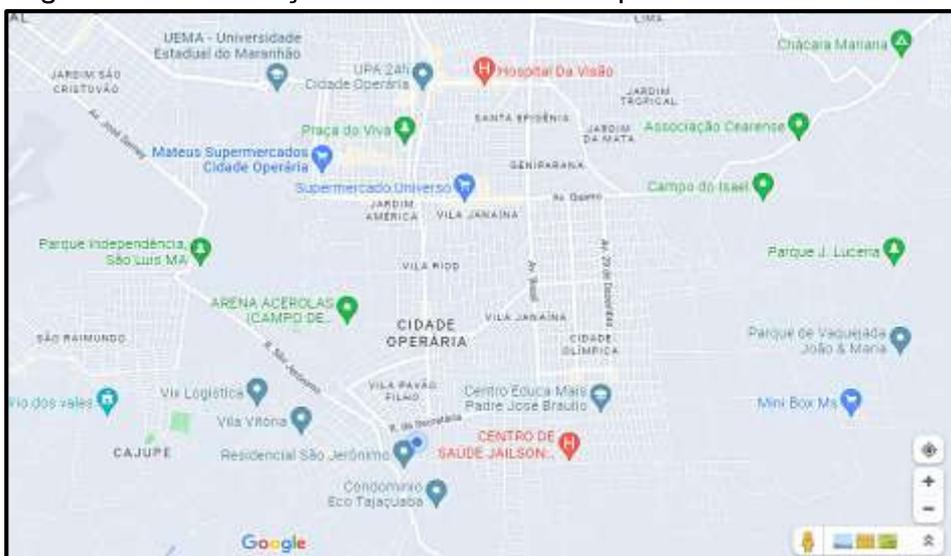
5.1 Caracterização da escola: O entorno do Centro de Ensino Maria José Aragão

O CE Maria José Aragão é uma escola estadual que está situada na Rua 205, Unidade 205, no bairro da Cidade Operária, em São Luís, Maranhão. Em 1991 foi fundada como uma homenagem a Maria Aragão.

É interessante mencionar que o Centro de Ensino Maria José Aragão possui um bairro periférico em seu entorno. A maior parte do colégio atende filhos ou netos de servidores estaduais de baixa renda. Esse bairro teve seu processo habitacional por meio de invasões, pois inicialmente, a ideia era formar conjuntos financiados pelo Banco Nacional de Habitação voltados para famílias de baixa renda. Aliás, seu nome original, segundo o jornal Imirante (2022), seria Conjunto Habitacional Cidade Operária, referindo-se à sua função, ou seja, atender os trabalhadores que trabalhavam em prol da construção da Ponte José Sarney e projetos habitacionais.

A data de 8 de março de 1987, segundo a Associação de Moradores, marca a fundação do bairro Cidade Operária. Veja abaixo o mapa que aponta os bairros adjacentes, supermercados, hospitais, igrejas, escolas e a Universidade Estadual do Maranhão que estão localizados dentro e ao redor do bairro.

Figura 9 – Localização do bairro Cidade Operária



Fonte: Google Maps (2023)

Como classifica o Imirante (2022), o bairro passa de uma cidade-dormitório para um lugar com inúmeros desenvolvimentos mesmo que não tivesse sido planejado. Hoje, a “Cidade Operária é uma das localidades mais populares e conhecidos da Capital”. Para algumas conquistas, como a criação da Associação do Moradores em 1988, o bairro contou com a ajuda de padres que dirigiam a Congregação João Calábria. Atualmente, esta congregação se tornou a Paróquia São João Calábria que fica localizada ao lado do Centro de Ensino Maria José Aragão, escola que falaremos a seguir.

5.2 Centro de Ensino Maria José Aragão

Segundo a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, o CE Maria José Aragão contribui 31 anos para mudança dos jovens, levando cultura, educação e desenvolvimento à comunidade da Cidade Operária e adjacentes. Wilson Chagas, gestor da escola, faz analogia da vida de conquistas de Maria Aragão em meio às adversidades e a origem pobre dos alunos que são transformados pela educação, apesar das dificuldades diárias (MARANHÃO, 2021a). O Centro de Ensino conta com eventos culturais e, em algumas épocas do calendário escolar, apresenta, através da arte, a trajetória da citada líder política.

A seguir, a fachada atual do CE Maria José Aragão:

Figura 10 – Fachada atual do CE Maria José Aragão



Fonte: Acervo particular (2022)

A escola enaltece a trajetória de Maria Aragão, mantendo viva sua memória. Assim, nas aulas inaugurais, entre alunos de quinze a dezessete anos, o gestor mostra o vídeo documentário do cineasta e professor da Universidade Federal do Maranhão Murilo Santos para toda a comunidade escolar em seu primeiro contato com a escola. O gestor mencionou que os professores de Sociologia e História trabalham a biografia de Maria Aragão no primeiro ano do Ensino Médio, além de aproximar os pais e responsáveis dos alunos da trajetória da ativista em reuniões de pais e professores exibindo o mesmo documentário (CHAGAS, 2022).

Além da entrevista com o gestor da escola para coleta de informações sobre o ensino de História, foi elaborado um questionário simples com poucas perguntas. As questões foram elaboradas com base nos objetivos da dissertação, além de seguir alguns critérios, pois, segundo Gil (2002), existem normas para a construção de um questionário.

a) as questões devem ser preferencialmente fechadas, mas com alternativas suficientemente exaustivas para abrigar a ampla gama de respostas possíveis; b) devem ser incluídas apenas as perguntas relacionadas ao problema proposto; c) não devem ser incluídas perguntas cujas respostas possam ser obtidas de forma mais precisa por outros procedimentos; d) devem-se levar em conta as implicações da pergunta com os procedimentos de tabulação e análise dos dados; e) devem ser evitadas perguntas que penetrem na intimidade das pessoas; [...] (GIL, 2002, p. 116)

Por meio desses critérios, as questões foram construídas uma vez que a entrevista com o gestor escolar já tivesse sido realizada. O objetivo seria entrar em contato com o professor de História, uma vez que a pesquisa é voltada para o ensino de história. Desse modo, elaborou-se um questionário especial para o docente da disciplina de História da escola-campus. Abaixo está o quadro 1 com as perguntas e respostas feitas durante a pesquisa.

Quadro 1 – Perguntas e respostas feitas ao docente durante a pesquisa

QUESTIONÁRIO	
Perguntas	Respostas
1. QUAL A IMPORTÂNCIA DA LÍDER POLÍTICA MARIA JOSÉ ARAGÃO PARA O CE MARIA JOSÉ ARAGÃO?	A figura da Patronesse da escola representa a luta por melhores condições sociais em uma sociedade segregadora, ainda racista, patriarcalista e xenofóbica.
2. A RESPEITO DO CONTEXTO DITATORIAL MENCIONE A IMPORTÂNCIA DA ATIVISTA NA LUTA CONTRA A DITADURA.	Maria José Aragão sempre foi uma voz bastante ativa, principalmente na militância a favor da democracia em um período antidemocrático.
3. ACREDITA QUE AS LITERATURAS VIABILIZAM AOS MARANHENSES O CONHECIMENTO A RESPEITO DA HISTÓRIA DA MARIA ARAGÃO?	Não. Os textos sobre a médica comunista ainda se concentram principalmente no campo acadêmico.
4. CONSIDERA A TRAJETÓRIA DA MARIA ARAGÃO IMPORTANTE PARA A MEMÓRIA E HISTÓRIA DO MARANHÃO? SE SIM, EXPLIQUE OS PONTOS MAIS IMPORTANTES QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA ESSES ASPECTOS JÁ SUPRACITADOS.	Sim. A vida da Maria Aragão representa a vida de milhares de maranhenses (mulher-negra-pobre) que lutam por melhores condições de vida.
6. A DITADURA CIVIL-MILITAR É UM CONTEÚDO O QUAL OS LIVROS DIDÁTICOS CENTRALIZAM NOS EIXOS RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO, QUAIS AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA O ENSINO DESSE CONTEXTO VOLTADO A HISTÓRIA DO MARANHÃO?	Seria muito interessante que fossem resgatadas figuras históricas maranhenses que lutaram durante esse período. A Maria José Aragão é um desses expoentes.

Fonte: Autoria própria (2022)

O professor de história acredita que a figura de Maria Aragão é representativa da escola e da comunidade. Para ele, a médica era importante no cenário ditatorial, pois lutava pela democracia. A respeito da escassez de literatura sobre o cenário ditatorial maranhense e sobre a biografia da líder política, o professor comenta o quanto esses conteúdos ainda estão concentrados no meio acadêmico, demonstrando assim que o tema precisa ser disseminado nas escolas de ensino básico. A última questão enfoca as estratégias utilizadas para o ensino da ditadura civil-militar no Maranhão e o professor de história não explica as estratégias que são utilizadas em sala de aula, apenas enfatiza a importância de resgatar histórias de figuras maranhenses. Diante disso, podemos interpretar que provavelmente não possui outras ações pedagógicas, além das mencionadas durante a entrevista pelo gestor.

Dessa forma, entende-se que o produto educacional, a história em quadrinhos, torna-se ainda mais importante, pois servirá de recurso não só para o professor entrevistado, mas para todo o corpo docente, ou seja, para aqueles professores cujo objetivo é discutir questões relativas à Ditadura Civil-Militar ou que queiram apresentar a história de Maria Aragão aos alunos.

Segundo o Professor Chagas (2022), a escola, anos atrás, era considerada como a pior do bairro, vista como um depósito de repetência e reprovação em vestibulares. A instituição passou por processos de mudanças e melhorias, depois de muito trabalho e dedicação. Para o professor, é importante que os alunos internalizem a história de Maria Aragão para que consigam superar o dia a dia difícil. Eles são chamados de guerreiros e guerreiras Aragão.

A escola hoje é vista como referência pela comunidade, principalmente pelo seu projeto de literatura e arte e a formação do Grupo de Arte Maria Aragão, idealizado pelo gestor Wilson Chagas. O CE possui 800 alunos divididos pela manhã e tarde, 42 professores e dispõem de uma estrutura preservada, arborizada e com hortas que os próprios alunos cultivam. O cultivo faz parte de disciplinas eletivas que objetiva a consciência nos alunos a respeito sustentabilidade. As imagens seguintes mostram os professores e alunos participando da atividade de cultivo e colheita de hortaliças como alface, rúcula, coentro e cebolinha.

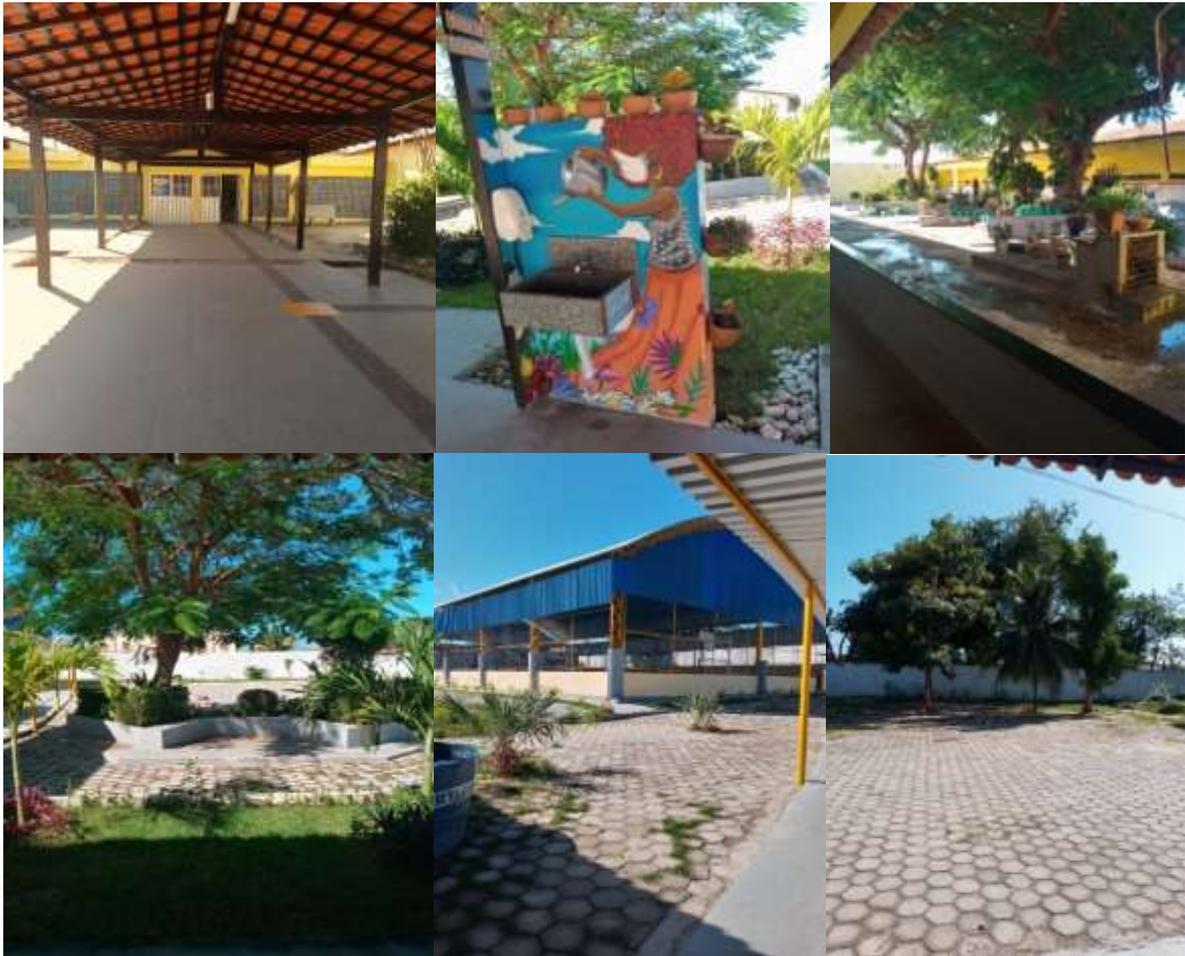
Figura 11 – Colheita



Fonte: MARANHÃO (2021)

Em suas paredes prevalecem as artes, ou seja, pinturas e poesias estão presentes no ambiente escolar. A escola possui dez salas de aula, biblioteca, sala multimídia, sala de informática, quadra poliesportiva, amplo estacionamento, três banheiros (feminino, masculino e alunos PCD), além de rampas nos corredores que facilitam o acesso.

Figura 12 – Entrada, pátio, estacionamento e quadra poliesportiva da Escola



Fonte: Acervo particular (2022)

Abaixo fotos da arte em homenagem a escola e trecho do poema *Ave, Maria*:

Figura 13 – Pintura e Poema em homenagem a Maria Aragão



Fonte: Acervo particular (2022)

As duas últimas imagens demonstram a aproximação da escola com Maria Aragão. Na parede do pátio do Centro de Ensino se encontra a pintura do artista Sereno que desenhou o rosto da Médica em homenagem aos 30 anos da escola. Na sala dos professores, é visível, logo na entrada, o fragmento da poesia *Ave Maria*, dedicada a Maria Aragão e escrita pelo gestor, professor e poeta Wilson Chagas.

Percebe-se, então, que o gestor escolar utiliza de inúmeras estratégias para inserir a memória da ativista em cada espaço escolar, seja com a arte ou com seu discurso, o professor Wilson Chagas disponibiliza e compartilha conhecimentos sobre a história da médica. No entanto, quando se trata dos professores, fica claro que a importância e a relevância da Líder Política são conhecidas, mas ao analisar a sala de aula, a didática e os métodos que estão relacionados ao ensino da história do Maranhão, principalmente no que diz respeito à trajetória de Maria Aragão, percebeu-se a ausência de estratégias por parte do professor entrevistado. O professor não mencionou como o ensino é direcionado para a história do Maranhão, essa realidade torna ainda mais relevante a produção de material didático que contemple as ausências de conteúdo e auxilie os professores.

5.3 Percurso metodológico da pesquisa

Para que seja possível a elaboração de um trabalho científico, é necessária a utilização de um método, pois, através deste, o pesquisador tem a possibilidade de alcançar resultados, dado que a metodologia viabiliza os caminhos de uma pesquisa até alcançar os objetivos. Segundo Luca, a metodologia:

[...] implica explicar como o pesquisador pretende manipular as ferramentas de que dispõe para atingir os seus objetivos. Daí a exigência de apresentar e comentar as suas fontes, explicitar a abordagem adotada, o que remete para um conjunto de conceitos específicos do campo escolhido. (LUCA, 2020, p.132)

Ressalta-se que o trabalho possuiu abordagem qualitativa. Segundo Gil (2002, p. 133), a pesquisa qualitativa “[...] pode-se, no entanto, definir [...] como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório”.

A pesquisa aprofundou a compreensão das lacunas nos livros didáticos sobre a ditadura militar maranhense (1964 a 1984). Para chegar ao cerne do tema, realizou-se pesquisa em artigos científicos, livros e outras produções científicas, abordando desde as relações de poder nos currículos e na memória, até o problema direcionado à escassez de contos regionais nos livros didáticos, bem como os quadrinhos como metodologia de ensino, enfatizando-a como uma forma de complementar os conteúdos que faltam nos materiais escolares. Também houve pesquisa sobre materiais didáticos e sobre o ensino de História no CE Maria José Aragão.

A priori, a pesquisa foi estabelecida justamente em busca de respostas para a pergunta inicial, que faz parte do problema principal deste estudo, enfatizando a importância da coleta de informações. Os dados compilados para a tomada de decisão quanto aos caminhos percorridos durante a produção da obra foram de suma importância. Posteriormente, verificou-se a efetividade, por meio de pesquisa de campo, para compreender as atividades de ensino na ausência de recursos didáticos que abordam a Ditadura Civil-Militar no 3º ano do Ensino Médio no CE Maria José Aragão.

Para as autoras Marconi e Lakatos, a entrevista de campo consiste em:

(...) pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.185)

Nessa perspectiva, a pesquisa de campo se estabeleceu no CE Maria José Aragão. O questionário foi aplicado ao docente de história e a entrevista ao gestor da escola, no propósito de compreender as concepções a respeito do cenário ditatorial e de Maria Aragão. Portanto, a entrevista ao Gestor que fora realizada de forma presencial e o questionário com cinco perguntas ao professor de história enviado ao e-mail da escola foram os instrumentos de coleta de dados. De acordo com Antônio Carlos Gil, “a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos”, ou seja, o questionário fora desenvolvido com base nos objetivos para que a pesquisa obtivesse resultados satisfatórios.

O tipo de pesquisa utilizado foi a exploratória, que teve várias etapas. Além do levantamento bibliográfico, contou-se com a entrevista que, segundo o autor Gil (2002), precisa ser feita com pessoas que vivenciaram ou vivenciam cotidianamente os problemas centrais propostos em uma pesquisa. Para o autor, é relevante que as “[..] entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado” (GIL, 2002, p. 41).

Entendendo o contexto pandêmico ocasionado pelo coronavírus (SARS-COV2/COVID-19), houve a necessidade de ressignificar inúmeras ações para a realização do presente trabalho, considerando as aulas remotas, o distanciamento do ambiente escolar e o retorno recente das aulas presenciais. O CE Maria José Aragão viabilizou melhor desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista as informações e incentivos que os alunos já possuem a respeito da trajetória de Maria Aragão. Por este motivo, não será possível a investigação, as oficinas e a aplicação do produto, ou seja, não houve viabilidade de aplicabilidade das atividades que serão mencionadas.

Na ação pedagógica, a ideia inicial seria discutir a personalidade Maria Aragão em rodas de conversas, debates, palestras e a elaboração de oficinas com

“Caixas de Memórias”²³. Tal recurso didático contava com recortes de jornais, antigos ou recentes, também de revistas que tratem da repressão vivenciada no país e, principalmente, imagens junto a textos que possam indicar contextos e acontecimentos, que em seguida seriam expostas em mural formando um resumo da história da Maria Aragão com linguagem e formato das histórias em quadrinhos. A utilização da Caixa de Memória seria uma atividade de fixação do conteúdo, sendo que sua confecção e elementos seriam utilizados como forma de dinâmica em sala, de maneira que os alunos interajam em toda ação pedagógica.

Para atividade de fixação de conteúdo, a caixa de memória seria trabalhada em etapas. A primeira contaria com questionamentos sobre as imagens: a) O que o aluno sabe sobre a imagem?; b) Qual relação da imagem com a história?; c) Qual relação com a atualidade?. A seguir, os alunos leriam as notícias nos recortes dos jornais e revistas e, a partir dessas leituras, seriam debatidas as informações contidas nessas publicações. Por fim, os alunos organizariam as imagens, notícias e informações contidas na caixa em ordem cronológica.

Os alunos, após a exposição da temática, desempenhariam a atividade de confeccionar seus próprios quadrinhos, levando em conta o que sabem e o que aprenderam com a caixa de memória. Haveria a divisão em grupo para a criação de uma história narrada e desenhos que não precisam ser profissionais, mas criativos, os quais evidenciem a ditadura, resistências e censura a partir da história da Maria Aragão. “Atividades como essas também contribuem para que os estudantes desenvolvam a criatividade; muitas vezes desestimulada no ensino tradicional”. (RAMA; VERGUEIRO, 2014).

Para orientar os alunos nessas atividades, contaríamos com a ajuda do quadrinhista Iramir Araújo, referência na produção de histórias em quadrinhos no Maranhão. O artista já produziu inúmeras HQs com ou de personagens maranhenses, sendo que sua última HQ narra o romance de 1858 de Maria Firmino dos Reis, a Úrsula. Maria Firmino foi uma escritora maranhense que destaca personagens negros no protagonismo de suas histórias. Nesse sentido, é perceptível que o artista gráfico e historiador Iramir Araújo, além de valorizar a

²³ Com o uso de uma caixa, denominada “Caixa de Memórias” e com ajuda do professor, irá buscar em sua memória um objeto, música, vestimenta, foto e outros que venham a demonstrar a memória existente entre o grupo. (LEÃO, 2013, p. 19)

história ou personagens maranhenses, é um grande precursor dos quadrinhos no Estado.

As imagens e/ou fotos utilizadas ao longo da dissertação pertencem a um acervo particular, que foram arquivados de 2016 a 2022, pois fazem parte de experiências profissionais, pesquisas anteriores e mais recentes, ou seja, da investigação em questão. As imagens que foram encontradas no memorial Maria Aragão e em jornais antigos que se encontram na Biblioteca Benedito Leite, serviram para a demonstração da escola e seu entorno e para contribuir para o embasamento sobre presídios, trabalho e militância do PCB e sua efetiva participação no jornal *Tribuna do Povo*.

Em outros casos, as imagens foram extraídas de *websites* com função de contextualizar ou demonstrar o espaço geográfico ao redor da escola. Para que se tornasse possível a explicação da localização do CE Maria José Aragão, utilizou-se o serviço de visualização de mapas e imagens, conhecido *Google Maps*, em que a imagem da localização da escola foi incluída no texto dissertativo. No que se refere ao produto educacional, além dos desenhos, também foram utilizadas imagens, pois quadrinhos também são compostos por imagens.

Conforme o diagnóstico do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, a imagem e o texto são alguns dos critérios para uma HQ.

No caso das histórias em quadrinhos, será considerada como critério preponderante a relação entre texto e imagem e o tratamento estético das narrativas visuais, adequadas aos jovens das séries finais do fundamental e do ensino médio (2009); (VERGUEIRO; RAMOS, 2009, p. 538)

O Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica - PPGEEB, enquanto programa com modalidade profissionalizante, tem como característica exigir o produto final para aplicação na escola que será investigada, para a resolução dos problemas encontrados pelo pesquisador, além de desempenhar um papel inovador no ensino-aprendizagem em sala de aula.

Em relação ao produto, o programa direcionou os discentes, por meio da instrução normativa nº 04/2020, tornando facultativa a sua aplicação. Logo, devido ao contexto pandêmico, a aplicação do produto não seria de caráter obrigatório, como afirmado pelo art. 1º da instrução normativa:

Art. 1º Todos os discentes, a partir da Turma 2019, em virtude do Coronavírus (SARS-COV-2/COVID-19), em obediência a Portaria GR nº 2412020-MR, a Resolução nº 1.981- CONSEPE, de 09 de abril de 2020 e a Resolução nº 2.018-CONSEPE, de 10 de junho de 2020, que tratam sobre as atividades remotas no âmbito da Universidade Federal do

Maranhão, poderão, facultativamente, fazer a intervenção do produto educacional na escola e/ou em outro espaço educacional. (PPGEEB, 2020, p.)

A construção de um produto educacional é essencial e obrigatória para a conclusão desta dissertação. Diante disso, para a realização da pesquisa, tem-se o produto educacional que constitui uma revista (espécie de ensaio) de histórias em quadrinhos *Ditadura Civil-Militar no Maranhão: Maria Aragão e sua luta em quadrinhos*, cuja história se divide em três etapas de informações cronológicas sobre a história de Maria Aragão, sendo que, na primeira, foi abordado desde a data e local de seu nascimento, o nome de seus pais, ou seja, um breve histórico de sua origem, posteriormente sua vida política com o jornal Tribuna do Povo e suas reuniões clandestinas em tempos de repressão, ou seja, seu ativismo.

Em segundo lugar, descrevemos as censuras, prisões e repressões sofridas e, por fim, a HQ contará com uma homenagem dedicada à médica, ou seja, a Praça Maria Aragão. O material será disponibilizado para a escola e poderá, a posteriori, ser manuseado por professores e alunos, auxiliando no ensino de história sobre a Ditadura Civil-Militar, de forma a contextualizá-la com os acontecimentos, a partir da trajetória de Maria Aragão e dos elementos repressivos adotados pelos militares e seus simpatizantes no estado do Maranhão.

5.4 Descrição como uma proposta de aplicabilidade do produto educacional

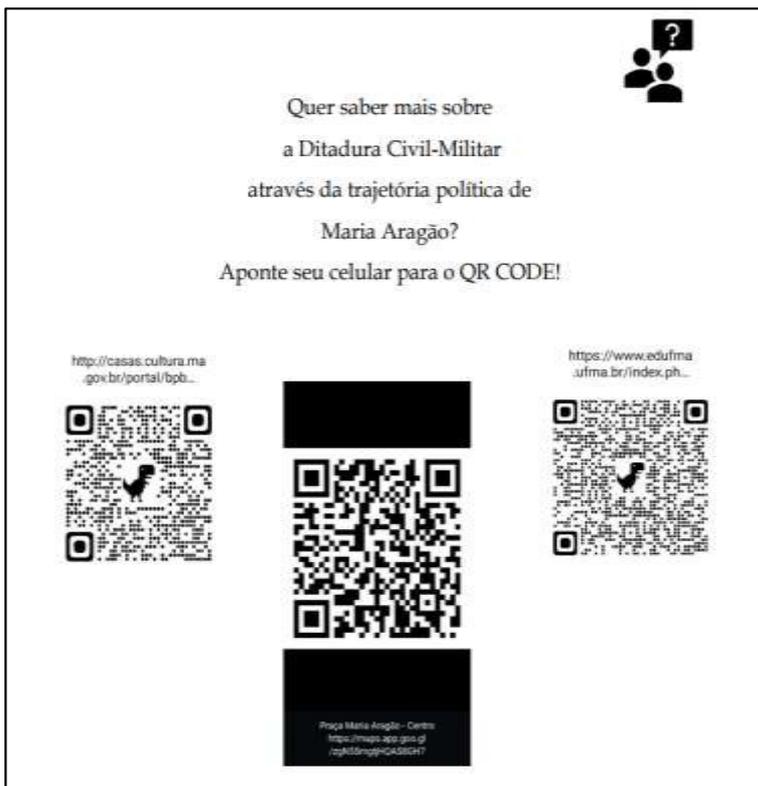
O produto educacional produzido foi a história em quadrinhos a partir da trajetória de Maria José Aragão no contexto ditatorial, ou seja, suas prisões e militância, mas também foram mencionadas suas obras políticas que antecederam o referido cenário e a homenagem que recebeu após sua morte. As histórias em quadrinhos são intituladas *Ditadura Civil-Militar no Maranhão: Maria Aragão e sua luta em quadrinhos* e a proposta objetiva o auxílio didático para o ensino da ditadura militar no Maranhão a partir da trajetória da líder política Maria Aragão. Logo, o produto visa intervir no ensino da história do Maranhão que apresenta fragilidades pois nos livros didáticos as histórias que são citadas são sobre os eixos Rio de Janeiro e São Paulo.

A proposta de aplicação consistia em trabalhar com histórias em quadrinhos após a Caixa de Memórias e a oficina de produção de histórias em

quadrinhos com o auxílio do quadrinista e historiador Iramir Araújo, na qual o artista apontaria conceitos técnicos e artísticos de como produzir uma história em quadrinhos a partir de exemplos de suas produções, como *Jurados de morte*, um conto de apenas vinte e quatro páginas que conta duas histórias que se passam no sertão nordestino e *Maria Firmina dos Reis: Úrsula*, uma história em quadrinhos que é uma adaptação do romance escrito por Maria Firmino dos Reis, a primeira escritora a publicar um romance no Brasil (ARAUJO, 2022).

Após o término da oficina, haveria a apresentação da *HQ Ditadura Civil-Militar: Maria Aragão sua luta em quadrinhos*, na qual a turma lia as páginas em grupos e, para finalizar, apontariam o celular para os códigos dispostos na vigésima quarta lauda, como se pode visualizar na imagem a seguir:

Figura 14 – QR Code



Fonte: Autoria própria (2022)

Os códigos ou *QR Code* direcionariam os alunos a encontrar mais informações sobre a ditadura sob a ótica da trajetória de Maria Aragão.

O produto educacional teve como ponto de partida a pesquisa sobre a trajetória da ativista para que fosse possível a elaboração da história. O texto foi analisado a partir das pretensões já estabelecidas, que eram enfatizar a luta e o

ativismo de Maria Aragão. A arte da história em quadrinhos foi produzida por mim e pelo quadrinhista Iramir Araújo, que também adaptou algumas partes do texto para torná-lo mais acessível. A história em quadrinhos possui dezessete páginas contando com elementos pré-textuais e pós-textuais, ou seja, a capa, as notas explicativas e o QR Code²⁴ de localização e referências. A seguir, a capa da HQ:

Figura 15 – Capa da HQ



Fonte: HQ Maria Aragão e sua luta em quadrinhos (2022)

Segundo Iramir Araújo, a capa foi escolhida após toda a elaboração dos quadrinhos. Foi produzida com a intenção de destacar Maria Aragão e o contexto que está por trás da história, além de destacar tanto a repressão quanto a resistência que foi a arma da médica.

Quando se trata de histórias em quadrinhos baseadas em contextos históricos e em pessoas que fizeram parte desses contextos, existem certas limitações e dificuldades na reprodução de feições em desenhos. Como já se sabe, a personalidade de Maria Aragão é pouco mencionada na literatura, muitos conhecem, por exemplo, a praça, mas seu rosto é pouco conhecido por muitos. O

²⁴ Na tradução para o português, *Quick Response* significa "Resposta Rápida" (CORTEZI, 2019, p. 5).

desafio tornou-se maior, pois o memorial onde estão disponíveis a documentação e as imagens sobre a ativista está fechado por tempo indeterminado, ou seja, em alguns contextos foi inviável inserir a imagem de Maria Aragão tendo em vista que fala de uma narrativa cronológica a partir da qual os traços dos desenhos precisam obedecer às transformações e ao processo natural de envelhecimento afetado pelo tempo.

As imagens tiveram a tarefa de contextualizar os acontecimentos, como se observa na página um da HQ abaixo:

Figura 16 – Página 1 da HQ



Fonte: Acervo particular (2022)

Esta página teve como objetivo uma introdução à história da líder política demonstrando sua origem humilde em Pindaré-Mirim, no interior do Maranhão, além de mencionar sua vontade de estudar medicina e todo o seu esforço para ficar no Rio de Janeiro. Os desenhos dialogam com o texto para melhor contextualizar os acontecimentos. Para facilitar a compreensão dos alunos sobre os personagens que se encontram nas páginas por meio de fotos e desenhos, foram acrescentados nomes de pessoas ou lugares que o quadrinho apresenta, pois é preciso lembrar que o público-alvo são os adolescentes, que por sua vez podem ter a dificuldade de

reconhecer amigos, políticos e parentes que fazem parte da história de Maria Aragão.

Na segunda página, foi dada ênfase à adesão da líder política ao partido comunista e à medicina, sua profissão inicial, ao lado de sua atuação política, pelo que foram acrescentadas imagens que demonstram sua atuação nesse período, conforme imagem abaixo:

Figura 17 – Quarta página da HQ



Fonte: Acervo particular (2022)

O momento exato em que a médica entra no PCB se destaca nas imagens e desenhos, a terceira lauda, quarta e quinta lauda que completa a página em questão enfatiza sua passagem pela União Soviética mostra sua viagem em 1962 a uma das repúblicas desse lugar chamada Ucrânia. Maria Aragão viajou a este local para aprofundar seus estudos sobre o comunismo e o registro mostra a médica junto a camponesas ucranianas. Além de demonstrar sua forte ligação com o jornal Tribuna do Povo e seu incansável ativismo político. Por fim, a segunda página traz um desenho que ilustra a memória da líder política a respeito de seus desejos e sonhos que poderiam ser concretizados pela medicina e posteriormente pela política. Nesse sentido, o trabalho desta e das páginas posteriores foi realizado com o objetivo de enfatizar a combinação entre medicina e política.

Como há escassez de imagens de Maria Aragão durante o contexto das suas prisões, foram acrescentadas imagens ações repressivas policiais, das reuniões da juventude e da imagem da ativista com a pretensão ilustrar que a mesma narra seus momentos de prisão, é importante salientar que as falas nesse momento da história são trechos da entrevista fornecidas por ela para Euclides Moreira no livro *Maria por Maria*. Além ressaltar que em muitos momentos a história é narrada por Maria Aragão, portanto, sua imagem é predominante nas páginas. Esta ênfase dar-se-á com propósito de demonstrar seu protagonismo em toda a história, como é nítido na imagem a seguir:

Figura 18 – Nona página HQ



Fonte: Acervo particular (2022)

Além de ressaltar sua imagem e seu protagonismo em sua própria história, se destaca os quadrinhos com o Enredo Carnavalesco: O sonho de Maria, a Praça Maria Aragão, e a arte nas paredes do centro histórico de Telma Lopes, pois essas foram as maiores homenagens feitas para a mesma. O memorial também é mencionado com intuito de esclarecer para os alunos que existe um acervo onde se tem fonte histórica a respeito da ativista.

Para que os alunos identificassem as personalidades inseridas da história foi necessário acrescentar uma espécie de legenda em cada imagem. Foi importante inserir Jackson Lado, Gregório Bezerra²⁵, Ivar Saldanha²⁶ e Bandeira Tribuzi, uma vez que fizeram parte da trajetória política ou até mesmo dos tempestuosos momentos de prisão da líder política, como é o caso do seu amigo, Tribuzi.

Figura 19 – decima quarta página da HQ



Fonte: Acervo particular (2022)

A página seguinte apresenta Luís Carlos Prestes, líder do PCB falando a respeito da médica e de sua contribuição para sociedade, esse fragmento é uma adaptação de votos de felicitação feitos no Jornal Tribuna do Povo por Prestes para Maria Aragão no dia seu aniversário. Por esse motivo, foi importante adicionar a fotografia de Prestes e sua fala que enaltece Maria Aragão para que as se confirmasse por meio da imagem a veracidade da história. A historiadora Renata Cardoso de Sousa afirma que “a imagem mostrada [...] tem uma função didática, de

²⁵ Gregório Bezerra, político, líder comunista e ex-sargento do Exército brasileiro, nasceu no dia 13 de março de 1900, no sítio Mocós, município de Panelas de Miranda, estado de Pernambuco. (ANDRADE, 2022).

²⁶ Foi presidente da Caixa Econômica Federal no Maranhão, prefeito de São Luís por três vezes, deputado estadual por sete vezes (exercendo quatro vezes o cargo de presidente da Assembleia Legislativa), deputado federal por duas vezes e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. (SANCHES, 2020).

exemplaridade, para aqueles que as veem” (SOUSA, 2020, p. 102). Abaixo a imagem da decima segunda página:

Figura 20 – Decima quinta página da HQ



Fonte: Acervo particular (2022)

É importante lembrar que o vermelho é preeminente em toda a história em quadrinhos, a cor faz alusão ao Partido Comunismo Brasileiro, partido o qual Maria Aragão representou e fez parte por muitos anos de sua vida. Outro ponto a se destacar foram as características utilizadas no trabalho as quais são indispensáveis em todas revistas em quadrinhos. As legendas que representam a voz do narrador, balões de pensamentos ou com expressões para a indicação de som, a história ligada através de quadros e entre outros aspectos que segundo Santos e Ganzarolli (2011) compõem as histórias em quadrinhos, fizeram parte da construção do produto educacional.

Para a produção dos quadrinhos foi necessário o auxílio do quadrinhista Iramir Araújo, que colaborou com algumas artes, design e montagem das imagens. O processo começou com a ideia de um produto educacional, que tem como base a luta de Maria Aragão durante a ditadura. Portanto, o primeiro passo foi a pesquisa, pois, para a elaboração de uma história em quadrinhos que vise o ensino de história, dados são imprescindíveis, com as informações coletadas por meio do trabalho de

dissertação sobre a vida e a trajetória política da ativista antes e durante a Ditadura Militar.

Como a história em quadrinhos possui 17 páginas, o quadrinista e eu a autora, roteirista e também produtora tivemos que adaptar as informações para que a história em quadrinhos pudesse ser montada. Assim, se estabeleceu uma ordem que começa com o nascimento da médica, depois com sua decisão de estudar medicina, seu encontro com Prestes e, por fim, a homenagens prestadas à líder política.

Araújo (2022) solicitou imagens que estivessem ligadas à descrição dos fatos, pelo que foi feito um compilado de fotos que pudessem contextualizar os acontecimentos, com algumas fotos não sendo selecionadas devido ao desgaste causado pelo tempo. Diante disso, muitas imagens foram convertidas em desenhos, pois a história em quadrinhos, além de ser formulada por imagens, também é composta por desenhos e arte que servem como ilustrações, ou seja, criou-se uma combinação de imagens e desenhos.

Iramir Araújo (2022) é pioneiro na produção de histórias em quadrinhos no Maranhão e, para ele, as obras não são apenas ferramentas para despertar o interesse dos alunos, mas também uma forma de expressão artística e um jeito diferente de contar histórias. Sobre os desafios, o quadrinhista destaca o aprofundamento da pesquisa e das imagens que em muitos casos são difíceis de encontrar, pois quando um quadrinhista produz uma obra de caráter histórico, ele precisa de informações e imagens de tempos passados. Além disso, todo trabalho artístico leva tempo para ser desenvolvido e necessita de recursos para ser realizado.

Posteriormente às histórias em quadrinhos, o produto educacional dispõe de página com notas explicativas que se encontram na sexta página e servem para nortear a concepção dos alunos a respeito de termos, locais e personalidades. Esta lauda foi criada para proporcionar caráter informativo ao produto educacional, pois desde o início se objetivou o ensino e, para melhor compreensão dos alunos, nada melhor do que o detalhamento de informações.

Após as notas explicativas, foi acrescentada uma página que visou instigar a curiosidade dos alunos, para que após a leitura das histórias em quadrinhos possam pesquisar mais sobre o assunto. Por isso, foi utilizado o código de barras, ou melhor, o *QR Code* como ferramenta de auxílio na busca. Como bem

sabemos, os adolescentes são extremamente conectados a tecnologia, a maioria deles possuem celulares e utilizam frequentemente as tecnologias deste aparelho, por este motivo, como forma de complementar as histórias em quadrinhos, foi utilizado o *QR Code*. Para os professores Ribas, Oliveira, Gubaua, Reis e Contreras, “utilizar a tecnologia como recurso pedagógico está se tornando uma prática cada vez mais comum por parte dos educadores” (RIBAS et al., 2017, p. 20). Por isso, unir tecnologia e educação é aproximar o aluno da sala de aula.

Foram adicionadas a HQs três *QR Code*, por isso, é sugerido aos alunos que apontem o celular para os códigos se quiserem mais informações a respeito da ditadura no Maranhão e trajetória da Maria Aragão. Nesse cenário, o primeiro *QR Code* faz os alunos navegarem no site da Biblioteca Benedito Leite onde dispõem de um grande acervo documental concernente a ativista. O segundo código apresenta a localização da Praça Maria Aragão e ao seu memorial, local que reúne uma série de documentos como: diário, imagens e objetos que contribuem com o conhecimento e aprofundamento a respeito da médica. Finalmente, o terceiro *QR Code* exibe o site da UFMA/EduUFMA que disponibiliza a autobiografia *Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura*, que reúne depoimentos de Maria Aragão transcrito pelo jornalista Euclides Moreira Neto. Nesta obra, Maria Aragão depõem sobre sua vida e trajetória desde a sua infância até as repressões, prisões e torturas vivenciadas durante a ditadura civil-militar.

Esses códigos foram elaborados através do aplicativo gratuito Leitor QR, que pode ser instalado em celulares *Android* através da *Play Store*, que permite o download de jogos, livros, etc. O Leitor QR tem a função de ler códigos e transformar locais e sites em *QR Code*. Pensando no público-alvo de jovens e adolescentes, foram inseridos métodos que utilizavam tecnologia, desta forma as HQs foram construídas com cuidado e ajuda profissional para suprir a escassez de fontes didáticas direcionadas à história do Maranhão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa e a produção da HQs oportunizou o estudo aprofundado a respeito da trajetória da Maria Aragão e/ou história do Maranhão em contexto de ditadura. Tivemos como centro das discussões a importância do ensino-aprendizado concernentes a história do Maranhão e as estratégias para superar os desconhecimentos e esquecimentos acerca da ativista e, conseqüentemente, das torturas e repressões em tempos de Ditadura Civil-Militar, tendo como ponto de partida as ausências destas temáticas nos livros didáticos de história.

A dissertação foi iniciada abordando a importância do ensino e pesquisa para a memória e história de um povo, dando ênfase ao espaço maranhense como foco dessas pesquisas, objetivando a aproximação dos alunos a suas próprias histórias, isto é, fazer com que o alunado conheça sobre si, sobre suas próprias histórias e memórias. O ponto de partida da discussão deu-se pelas questões historiográficas, ou seja, pela escrita da história maranhense, a qual possui fragmentações e/ou ausências temáticas importantes devido sua recente profissionalização. Além disso, elucidamos o uso do termo CIVIL no título da pesquisa, visto que pode ter significados ambíguos em alguns contextos que são capazes de distorcer a origem e as alianças a respeito da ditadura de 64.

Para adentarmos nas abordagens acerca da Ditadura Civil-Militar no Maranhão, primeiramente trouxemos um breve histórico deste contexto a nível do Brasil para contextualizar os acontecimentos no Estado. Para tanto, comentamos os Atos Institucionais, o paulatino endurecimento da censura, a repressão e o controle social por meio dos atos que atingiram todo o país, inclusive o Maranhão. Nesse cenário, o termo utilizado foi caça às bruxas, devido ao fato de lideranças, ativistas, entre outros filiados a partidos de esquerda, e a mídia que questionava as ações políticas atuais terem sido perseguidos e, em alguns casos, presos.

Posteriormente, aprofundamos a discussão na transição política no Estado, isto é, a mudança da oligarquia de Vitorino Freire para a de José Sarney, que marca a vigência da ditadura civil-militar no Maranhão, tendo em vista as alianças de José Sarney com o General Castelo Branco e demais governantes ditadores, mostrando seu poder político através da oligarquia Sarney. Além do governo, em contexto de ditadura, discorreremos a respeito das resistências ocorridas

no Estado, de alguns grupos que se mobilizaram contra a ditadura, da igreja com padres progressistas que acreditavam no livre arbítrio, dos estudantes com passeatas, entre outros movimentos que confrontavam o contexto ditatorial.

Considerando o cerne da dissertação, construímos um capítulo para descrever a trajetória política de Maria José Aragão, desde seu desejo em cursar medicina, seu ingresso ao PCB, o trabalho no jornal *Tribuna do Povo* na clandestinidade até prisões, repressões e torturas vividas no cenário de ditadura civil-militar. Para discutir a ausência dessa história, em seguida, discorreremos a problemática dos esquecimentos e silêncios nos livros didáticos acerca da história do Maranhão e, através dessa problemática, apresentamos os quadrinhos como um material didático que possibilita o ensino-aprendizado a respeito da ditadura no Maranhão.

Consideramos que a pesquisa em questão conseguiu alcançar os objetivos estabelecidos. O objetivo geral consistia em investigar a ditadura civil-militar no Maranhão através trajetória da ativista Maria Aragão, tendo em vista o desenvolvimento da história em quadrinhos como produto educacional para contemplar as demandas do CE Maria Aragão. Tal objetivo foi alcançado pela efetivação da HQ *Ditadura Civil-militar: Maria Aragão e sua luta*.

Referente aos objetivos específicos, para a melhor sistematização da pesquisa, houve uma divisão em quatro etapas. O primeiro passo foi identificar as metodologias e/ou didáticas que o Centro de Ensino Maria Aragão utiliza para o ensino da Ditadura Civil-militar no Maranhão. Foi perceptível que no CE Maria Aragão havia meios que possibilitavam a apresentação ao corpo discente em geral, a história de vida de Maria Aragão e sua relação com a política em dias de aulas inaugurais. Em segundo momento, objetivou-se apreender o que os discentes e docentes do Centro de Ensino Maria Aragão sabem a respeito da trajetória da ativista Maria Aragão em tempos de ditadura, e o que foi analisado é que o professor de História possui conhecimento acerca da trajetória da militante e que os alunos conhecem sua história no primeiro ano do Ensino Médio através da biografia da Maria Aragão que são direcionadas pelos professores de História e Sociologia.

O próximo ponto consistiu em compreender de que maneira a HQ sobre a trajetória da Maria Aragão, isto é, prisões, censuras, torturas e resistências vivenciados pela ativista, poderia contribuir para o ensino-aprendizado de conteúdos referentes a ditadura Civil-Militar no Maranhão. Nesse sentido, identificamos através

da pesquisa que, se bem trabalhada e contextualizada, a personalidade Maria Aragão pode e deve ser um referencial na contribuição do ensino da história do Maranhão na perspectiva do contexto da Ditadura Civil-Militar.

Após a finalização da pesquisa, compreendemos que alcançamos o que objetivávamos: contribuir com o ensino da história do Maranhão, além de possibilidade do crescimento como professora-pesquisadora, historiadora e como pessoa. O estudo despertou-me um dos reais ofícios do historiador, que é dar voz à história silenciada e esquecida para atender as demandas sociais, fazendo que o alunado tenha conhecimentos da sua própria história, ou seja, de si mesmo, de seu bairro, da sua cidade, do seu estado, etc.

A pesquisa motivou a produção de histórias em quadrinhos e ação didática no contexto escolar, pois devido aos muitos obstáculos cotidianos em sala de aula, esquecemos que somos agentes importantes para a inserção de novas abordagens e didáticas que possibilitem um ensino e uma aprendizagem mais eficientes. Acreditamos ter contribuído diretamente com o Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica, visto que visa suprir as necessidades e deficiências que as escolas maranhenses apresentam, e é nessa perspectiva que o trabalho foi construído.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **Partido Comunista do Brasil (PCB)**. 2015. Disponível em: [cpdoc.fgv.br/.../Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20%20Primeira%20](http://cpdoc.fgv.br/.../Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20%20Primeira%20). Acesso em: 13 mar. 2022.
- ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de; MIRANDA, Sônia Regina. Memória e História em livros didáticos de História: o PNL D em perspectiva. **Edição rev.**, Curitiba, n. 46, p. 259.283, out./dez. 2012.
- ALMEIDA, Tales. **32 super curiosidades sobre o Capitão América do Universo Marvel**. 2018. Disponível em: <https://universoestendido.com.br/listas/curiosidades-capitao-america/>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- ANDRADE, Maria do Carmo Gomes de. **Gregório Bezerra**. 2022. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/gregorio-bezerra/>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- ANUNCIAÇÃO, Ana Luzia Pinto da. Entrevistadora: Ionayra Pinto Lima, São Luís, 2016.
- APPLE, Michael W. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ARAÚJO, Márcia Antônia Piedade. **Maria Aragão: uma mulher e suas paixões em busca de uma sociedade igualitária**. São Luís: EDUFMA, 2014.
- ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. (orgs.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- ARAÚJO NETO, Wilson Pinheiro. Ditadura empresarial- militar no Maranhão: uma perspectiva do Jornal Pequeno acerca do golpe de 1964. In: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana. **Maranhão Republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luís: Editora Shalom; EDUEMA, 2015.
- ARQUIVO NACIONAL. **Praça Da República**. Os Presidentes e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro, 2001.
- AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Rinaldo. **Projeto Teláris: história: ensino fundamental 2**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2015.
- BARRIENTOS-PARRA, Jorge David; MIALHE, Jorge Luís. Lei da anistia: comentários à sentença do Supremo Tribunal federal no caso da ADPF 153. **Revista de Informação Legislativa**, v. 49, n. 194, p. 23-40, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124606>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e**

métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (orgs.). **Historiografia maranhense**: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. São Luís: Editora UEMA, 2014.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2019.

BORGES, Adriana Cristina, NORDER, Luiz Antônio Cabello. Tortura e violência por motivos políticos no regime militar no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, 7., 2008. **Anais** [...]. Londrina: Eduep, 2008. v. 7. p. 01-125.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf. Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.258, de 14 de maio de 1946**. Dispõe sobre o alistamento, os partidos políticos e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9258-14-maio-1946-417156-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CALDAS, Bruno Tropa. Hoje, o passado de amanhã. A arquitetura de Oscar Niemeyer em sítios históricos brasileiros. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. **Artigos** [...]. São Paulo: ANPARQ, 2014.

CAVALCANTI, Luciana Araújo. **A história local no currículo de educação**. Recife: O autor, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERVEIRA, Neusah. **Rumo à operação condor**: ditadura, tortura e outros crimes. São Paulo: Projeto História, 2009.

CHAGAS, Wilson. **CE Maria José Aragão**. Entrevistadora: Ionayra Pinto Lima, São Luís, 2022.

CORTEZ, Luiz Cláudio dos Santos. Uso pedagógico do QR code em sala de aula. In: CONGRESSO NORTE PARAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 9., Londrina. **Anais** [...] Londrina: SEED/PR, 2019.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo tempo”**: a trajetória da Oligarquia Sarney no Maranhão. 1997. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/cabral2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

COSTA, Wagner Cabral da (org.). **História do Maranhão**: novos estados. São Luís: Edufma, 2004.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.

COSTA, Wagner Cabral da. A Universidade da Fraude no Maranhão*. In: HERMES, Carlos. **Blog do Professor Carlos Hermes**. São Luís, 04 fev. 2012. Disponível: <https://carloshermes.blogspot.com/2012/02/universidade-da-fraude-no-maranhao.html>. Acesso em: 05 maio 2022.

CRISTO na ONU. **Jornal Comunidade**, São Luís, 1977. p. 2.

CUTRIM, John. **A História não mente**: Regime militar teve apoio e aplausos de Sarney. 2014. Disponível em: <https://jornalpequeno.blog.br/johncutrim/regime-militar-sempre-teve-apoio-e-aplausos-de-sarney/>. Acesso em: 14 maio 2022.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DIAS, Roseane Gomes. **Direitos humanos no Maranhão**: concepções, agentes e institucionalização. São Luís, 2011.

DOMINGUES, Daniele; PINHEIRO, Marcos; LIMA, Talita. **AI-5**: o golpe dentro do golpe. 2007. Disponível em: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/7 - ai5 o golpe dentro do golpe.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

DREIFUSS, Armand. **1964**: A conquista do Estado Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981.

FIAMETTI, Tranquilo. Questão social: das protoformas à inclusão social na educação. In: CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, Florianópolis, 1., 2013. **Anais** [...]. Florianópolis, 2013.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da operação Brother Sam aos anos de Chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOLHA DE SÃO LUÍS. 1979. **Maria Aragão**: 78 anos de vida 43 anos de luta. Disponível em: www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/. Acesso em: 05 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREIRE JÚNIOR, Américo Bedê. Constitucionalismo sob a ditadura militar de 64 a 85. **Revista de Informação Legislativa**, v. 197, p. 161-174, 2013.

FRONZA, Marcelo. O confronto de histórias em quadrinhos sobre a conquista da América como mobilizadoras de geração do sentido histórico nas narrativas gráficas produzidas por jovens estudantes do ensino médio. In: CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa; ASSUMPÇÃO, Luis Filipe Bantim de; SOUZA NETO, José Maria Gomes de.. (orgs). **História em Quadrinhos em Perspectiva para o Ensino de História**. 1. ed. São João do Meriti: Desalinho, 2020.

GASPARI, Elio. **A “linha dura” do regime na visão do presidente Geisel**. 2023. Disponível em: <https://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/linha-dura-regime-visao-presidente-geisel>. Acesso em: 21 dez. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GINZBUR, Carlo. **O queijo dos vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. 1. ed. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (Orgs.). **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; ANPUH-RS, 2000.

GOMES, Alessandra Costa. **Proposta de acessibilidade cultural: adaptação do Teatro Municipal da cidade de São Luís- Maranhão**. Orientadora: Patrícia Dornelles. 2013. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Acessibilidade Cultural) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GOOGLE MAPS. **Cidade Operária**. 2023. Disponível em: <https://www.google.com/maps/search/Localiza%C3%A7%C3%A3o+do+bairro+Cidade+Oper%C3%A1ria/@-2.5891415,-44.2132412,5825m/data=!3m2!1e3!4b1>. Acesso em: 21 dez. 2023.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JACINTHO, Joel. **Escola Favela do Samba completa 70 anos – Jornal Pequeno**. 2020. Disponível em: <https://jornalpequeno.com.br/2020/10/21/escola-favela-do-samba-completa-70-anos/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

JORNAL IMIRANTE. **Cidade Operária: a história de um dos maiores conjuntos habitacionais de SL**. 2020. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/03/14/cidade-operaria-a-historia-de-um-dos-maiores-conjuntos-habitacionais-de-sl>. Acesso em: 20 dez. 2022.

LEÃO, Jozania Carvalho. **Unidade Didática PDE**. Secretaria de Estado da educação do Paraná – SEED – Superintendência da Educação Coordenação Estadual do PDE. Cruzeiro do Iguaçu, 2013.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. Histórias em quadrinhos e ensino de História, **Revista História Hoje**, v. 6, n. 11, p. 147-171, 2017.

LIMA, Maria Dutra de; SILVA, Marilza Aparecida. **A luta pela anistia: 30 anos**. Campinas: Arquivo Edgard Leuenrouth, 2009.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARANHÃO. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). **Série nº 004**. São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1971.

MARANHÃO. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). **Dossiê nº 026 de 6 de abril de 1973**. São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão.

MARANHÃO. Secretaria de Educação do Estado do Maranhão. **CE Maria José Aragão: 30 anos cultivando educação e arte para colher cidadania**. 2021a. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/ce-maria-jose-aragao-30-anos-cultivando-educacao-e-arte-para-colher-cidadania/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MARANHÃO. Secretaria de Educação do Estado do Maranhão. **Atividades de cultivo e colheita de hortaliças**. 2021b. Disponível em: [27091_colheita_na_horta_da_quarentena_janela_verde_escola_digna_8775017616242607487](https://www.educacao.ma.gov.br/atividades-de-cultivo-e-colheita-de-hortaliças-2021b/).

MARTINELLI, Marlon. **Afinal, o que foi o Nazifascismo? Entenda seus impactos**. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/nazifascismo/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

MARTINS, Marisangela T. A. **À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (-1927-1957)**. Porto Alegre, 2012.

MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **A balaiada na sala de aula: ensino de história do Maranhão Imperial e produção do paradidático “Guerra da Balaiada”**. Orientadora: Elizabeth Sousa Abrantes. 2018. 192f. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

MATOS, Daniel. Neiva **Moreira: um gigante do trabalhismo brasileiro**. 2020. Disponível em: <https://disparada.com.br/neiva-moreira-trabalhismo-brasileiro/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil militar”? controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, v. 12, n. 27, jul./dez. 2012.

MENDONÇA, João Marcos Parreira. Biografias em quadrinhos. In: VERGUEIRO, Valdomiro; RAMOS, Paulo. **Quadrinhos na Educação: da Rejeição à Prática**. São Paulo: Contexto, 2009.

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

MOREIRA NETO, Euclides. **Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura**. São Luís: Engenho, 2015.

NARANJO, Marcelo. **A Balaiada é tema de nova HQ nacional**. 2008. Disponível em: <https://universohq.com/noticias/a-balaiada-e-tema-de-nova-hq-nacional/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

OLIVEIRA, Jaciara de Azeredo; VERGUEIRO, Waldomiro. Os quadrinhos e o ensino de história: o conhecimento pela via da sensibilidade. In: CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa; ASSUMPCÃO, Luis Filipe Bantim de; SOUZA NETO, José Maria Gomes de.. (orgs). **História em Quadrinhos em Perspectiva para o Ensino de História**. 1. ed. São João do Meriti: Desalinho, 2020.

PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana. **Maranhão Republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luís: Editora Shalom; EDUEMA, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (orgs.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELA, Camila da Silva. “Padres esquerdistas”: o clero católico nos documentos da delegacia de ordem política e social do Maranhão. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR, 14., 2015. Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2015.

RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro (Orgs.) **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2014.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984** [livro eletrônico]. Londrina: Eduel, 2013.

RIBAS, Ana Carolina et al. O uso do aplicativo qr code como recurso pedagógico no processo de ensino e aprendizagem. **Ensaios pedagógicos**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2017.

ROSA, Wagner. **PCB, o partido mais antigo do Brasil completa 90 anos**. 2012.

Disponível em: <https://territoriogoncalense.blogspot.com/2012/03/pcb-o-partido-mais-antigo-do-brasil.html>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SALGADO, Natalino. **Palavra do Reitor**: uma homenagem a Bacelar Portela. 2015.

Disponível em:

https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/palavra_reitor.jsf?id=148&reitor=1.

Acesso em: 20 dez. 2022.

SANCHES, José Carlos Castro. **Ivar Saldanha um ilustre rosariense**. 2020.

Disponível em: <https://falasanches.com/%EF%BB%BFivar-saldanha-um-ilustre-rosariense/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SANTOS, Francine Andreska Lira dos, PEREIRA, Auricélia Lopes. O uso das histórias em quadrinhos como recurso didático-pedagógico nas aulas de história. In: ENID, 5., 2015, Paraíba. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2015.

Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/11784>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SANTOS, Mariana Oliveira dos; GANZAROLLI, Maria Emilia. Histórias em quadrinhos: formando leitores. **Transinformação**, v. 23, n. 1, p. 63-75, 2011.

SILVA, Mônica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte/MG, v. 34, e214130, 2018.

SOUSA, Lucimar Carvalho. **Os pasquins em São Luís na primeira metade do século XIX**. Orientadora: Elizabeth Sousa Abrantes. 2006. 42f. Monografia (Especialização em História do Maranhão) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2006.

SOUZA, Henrique Arthur de. **Henrique de la Rocque**: Grandes vultos que honraram o senado. Brasília, DF: Senado Federal, 2013.

TRIBUNA DO POVO, São Luís, 1954. p. 2. Disponível em:

<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

TRIBUNA DO POVO, São Luís, 1955. Disponível em:

<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

TRIBUNA DO POVO, São Luís, 1958. Disponível em:

<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

VERGUEIRO, Valdomiro; RAMOS, Paulo. **Quadrinhos na Educação**: da Rejeição à Prática. São Paulo: Contexto, 2009.

VIEIRA, Jorge. **Paulo Matos**: Centenário do nascimento de William Moreira Lima. 2017. Disponível em: <https://www.blogjorgevieira.com/paulo-matos-centenario-do-nascimento-de-william-moreira-lima/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

VILELA, Ana Maria Jacó; **ARAÚJO, Márcia Antônia Piedade. Maria Aragão e sua concepção da medicina.** 2009. Disponível em:
http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/94.%20maria%20arag%C3o%20e%20sua%20concep%C7%C3o%20da%20medicina.pdf .
Acesso em: 20 dez. 2022.

ZARPATO, Jaqueline A. P. M. Prefácio. In: CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa; ASSUMPÇÃO, Luis Filipe Bantim de; SOUZA NETO, José Maria Gomes de.. (orgs). **História em Quadrinhos em Perspectiva para o Ensino de História.** 1. ed. São João do Meriti: Desalinho, 2020.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



**Ditadura
Civil-Militar:
Maria Aragão e
sua Luta em
Quadrinhos**

**Ionayra Pinto
Lima Moreira**

São Luís

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO REITORReitor Prof^o Dr. Natalino Salgado Filho**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO,
PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E
INTERNACIONALIZAÇÃO**Prof^o Dr. Fernando Carvalho Silva**COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**Prof^a Dra. Vânia Maria Domínguez Coutinho Fernandes**AUTOR DO PRODUTO EDUCACIONAL**Prof^a Mestranda Ionayra Pinto Lima Moreira**ORIENTADOR DO PRODUTO EDUCACIONAL**Prof^a Dra. Autuina da Silva Mota**ARTE**

Quadrinista Iramir Araújo e Ionayra Lima

IMAGEM DA CAPATRIBUNA DO POVO. São Luís- MA, 1958. Disponível em:
<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital>.

SÃO LUÍS

2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1 INTRODUÇÃO.....	4
2 História Em quadrinhos: Ditadura Civil-Militar - Maria Aragão e sua Luta.....	7
3 Notas explicativas.....	26
4 Quer saber mais sobre a Ditadura Civil-Militar através da trajetória política de Maria Aragão?.....	27
5 Considerações finais.....	29
6 Referências.....	30

Apresentação

Caro Leitor,

A produção do presente material didático, tem como objetivo auxiliar professores do terceiro ano do Ensino Médio nas aulas de história, mas especificamente no ensino da Ditadura Civil-Militar no Maranhão com a história em quadrinhos baseada na trajetória política da Maria Aragão. A Criação deste instrumento didático possuiu o intuito de combater o esquecimento concernentes ao contexto ditatorial no Estado e a respeito da trajetória da líder política Maria José Aragão que vivenciou várias prisões e torturas neste cenário.

A História em Quadrinhos: Ditadura Civil-Militar- Maria Aragão e sua Luta, conta a história real da maranhense Maria Aragão, seu amor por medicina, ativismo político e luta pela democracia em plena ditadura de 1964 através da arte dos quadrinhos. Além da história em quadrinhos este material possui as notas explicativas sobre personalidades, lugares e

acontecimentos para melhor esclarecimento a respeito da história e a proposta de uma atividade de fixação para os alunos a qual se dá através do QR CODE que levará os discentes a navegar de *websites* e a visualização de localização que possibilitam a pesquisa e investigação de documentos, notícias e imagens referentes ao contexto e personalidade supracitados.

Do exposto, desejamos que a HQ e todo o material didático seja uma nova possibilidade de se ensinar história, que proporcione a quebra de silêncios entorno da história do maranhão e motive os professores de história a aproximarem os temas da disciplina com as realidades dos alunos, para que os mesmos tenham sentimento de pertencimento e entendam que são sujeitos da história.

Ionayra P. Lima Moreira
Mestranda PPGEEB/UFMA

1. Introdução

O conhecimento acerca da inserção da ditadura no Brasil, suas influências e a participação de personalidades maranhenses aproximam e tornam ainda mais reais os acontecimentos dentro desse cenário, portanto, a história do Maranhão precisa possuir presença imprescindível nas escolas. No entanto, a fragmentação de materiais didáticos (ou a ausência deles) ainda é uma realidade. A

temática ditadura Civil-Militar no Maranhão utiliza a trajetória de embate da ativista comunista Maria José Carmo Aragão, ressaltando a história do Maranhão em todas as suas nuances no período do Regime militar.

A escassez de material referente à Ditadura Militar no Maranhão e a respeito da líder política Maria Aragão é perceptível

nas literaturas, principalmente no Ensino Básico. Assim, a pesquisa colabora diretamente com o conhecimento histórico, de certa forma, esquecido, a fim de motivar os alunos a conhecerem a sua história, tirando-os de uma apatia com relação à sua identidade. Justamente por causa do esquecimento e do desconhecimento de grande parcela dos maranhenses, existe uma importância inegável em destacar a representação dessa personalidade e a Ditadura no Estado, para assim elucidar fatos que ocorreram no Maranhão durante esse contexto.

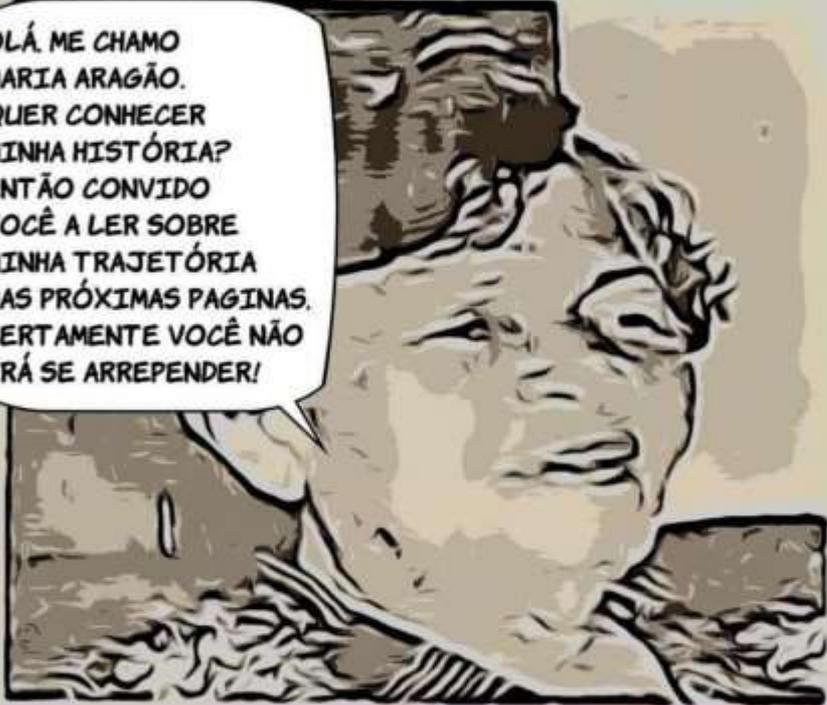
Enquanto professora de História do ensino básico da rede particular, vivenciei e vivencio a lacuna existente em termos de História Local, notadamente sobre o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e, em especial, sobre a

participação das lideranças de esquerda que já vinham fazendo oposição ao 12º governo dos coronéis. Nesse sentido, a mulher, médica, líder política e negra, Maria Aragão, possui todos os adjetivos daqueles que são silenciados e censurados. Sua história de luta na política, por exemplo, está relacionada à memória do Maranhão no contexto da Ditadura Civil-Militar.

Para o ensino da história do Maranhão em tempos de ditadura, a

personalidade Maria Aragão tem trajetória relevante para os alunos do Ensino Básico, tanto por seu ativismo político quanto pela aproximação que os maranhenses possuem a essa personalidade, por sua história na medicina e pela praça que é ponto turístico e palco de diversas manifestações culturais.





OLÁ. ME CHAMO
MARIA ARAGÃO.
QUER CONHECER
MINHA HISTÓRIA?
ENTÃO CONVIDO
VOCÊ A LER SOBRE
MINHA TRAJETÓRIA
NAS PRÓXIMAS PAGINAS.
CERTAMENTE VOCÊ NÃO
IRÁ SE ARREPENDER!



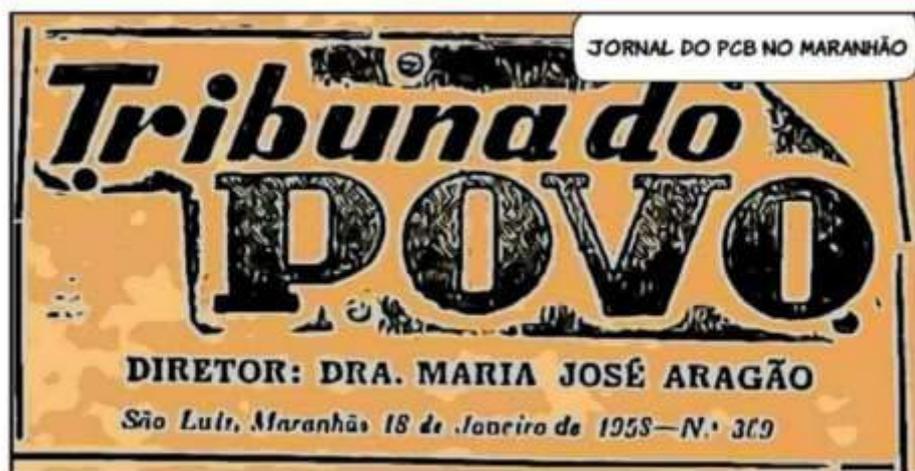


3

ATRAVÉS DESSA FORMAÇÃO ACADÊMICA,
PREOCUPOU-SE COM QUESTÕES
SOCIAIS, COM PROBLEMÁTICAS
QUE SE PALTAVAM NAS DESIGUALDADES
E NA MISÉRIA DE ALGUNS,
ONDE ELA PODIA ENXERGAR SEU PASSADO...







ANH MAS EU ME DEDIQUEI
A ESSE JORNAL. VENDIA ERA
TESOUREIRA E AINDA
DIRETORA DO TRIBUNA
O JORNAL ERA EM PROL
DO POVO, DO TRABALHADOR.
ANH ESSE ERA MEU OFÍCIO!

APÓS O COMÉCIO O QUAL
PRESTES DISCURSAVA EM
1945, NO CAMPO DO VASCO
(SÃO JUANÁRIO), DECIDI
PARTICIPAR DO
"PARTIDÃO" (PCB)
POIS, COMPARTILHAVA
DAS MESMAS IDEIAS
DE PRESTES (LÍDER DO
PARTIDO NO BRASIL)

6





MARIA ARAGÃO E A REPRESSÃO



EU ESTAVA REALMENTE COM UM TRABALHO SÉRIO COM A JUVENTUDE. QUANDO RESENTI O GOLPE, EU TIVE TEMPO DE MANDAR AVISAR AOS JOVENS, PRA DIZER QUE NÃO ERAM COMUNISTAS.



ELES ERAM LÍDERES ESTUDANTIS E NINGUÉM ERA COMUNISTA. QUEM IA DIZER QUE ERA COMUNISTA ERA EU, MAS NÃO ELES.



ENTÃO OS POLÍCIAS LERAM MINHA CARTA E OS JOVENS ESTAVAM PRESOS. EU AINDA ESTAVA SOLTA E DE FATO EU TIVE MUITA OPORTUNIDADE DE FUGIR.



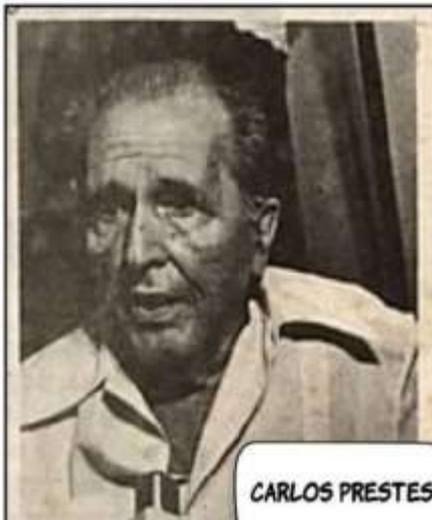
MAS ELES QUERIAM ME DESMORALIZAR. DA SUCESSA TE MOSTRE QUE ALGUMA COISA PARECIDA PRA FUGIR E ELES ME PRENDERAM E LEVARAM PRAOS JOVENS.





AMIGOS DE LUTA!





CARLOS PRESTES

QUE COMEMORAR
MARIA ARAGÃO
POSSA CONTRIBUIR
COMO ELA MESMO
TANDO DESEJO
ELEVAR O NÍVEL
DE CONSCIÊNCIA
POLÍTICA E IDEOLÓGICA
DO POVO
TRABALHADOR, PARA
REFORÇAR SUA
ORGANIZAÇÃO E
UNIDADE, PARA
A DEMOCRACIA E
PROGRESSO SOCIAL,
CONTRA MISÉRIA E A FOME!

A PROFISSÃO QUE
ABRAÇOU MUITO
CONTRIBUI PARA QUE
PUDESSE ELA MAIS
DIRETAMENTE CONHECER
OS SOFRIMENTOS
DE SEU POVO,
PARTICULARMENTE
DAQUELAS
PARCELAS MAIS
SOFREDORAS,
CONSTITUÍDAS PELA
INFÂNCIA, A JUVENTUDE
COM OS RECURSOS
DA CIÊNCIA MÉDICA,
UM RUMO TAMBÉM
CIENTÍFICO À LUTA
FRATERNAL!

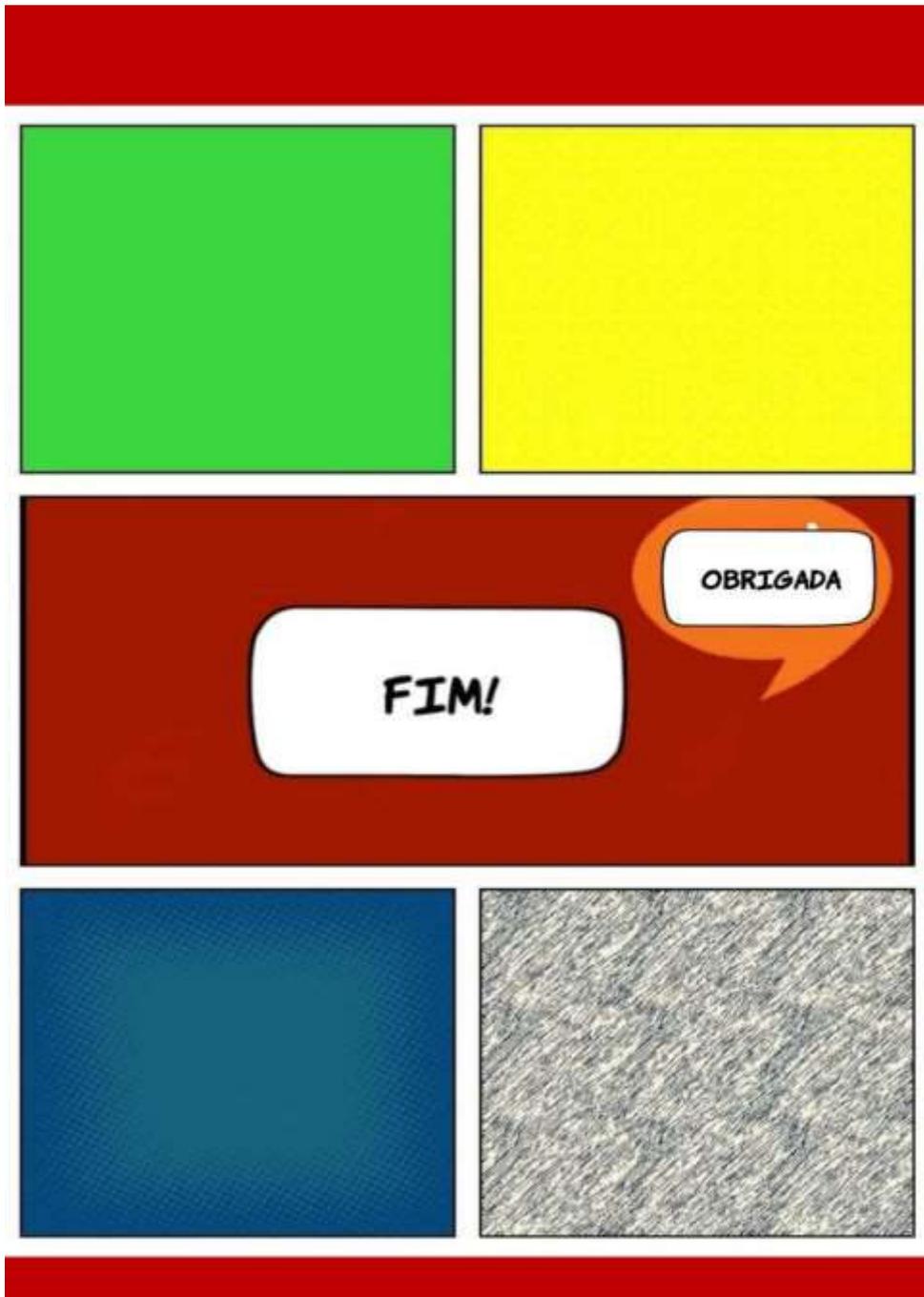
APRENDEU MUITO
COM A VIDA E,
POR ISSO, ENSINOU
MUITO AOS JOVENS!

HOMENAGENS A MARIA ARAGÃO

16

APÓS TODA SUA LUTA DURANTE O PERÍODO DA DITADURA, ENFRENTANDO REPRESSIONES E TORTURAS, MARIA ARAGÃO RECEBEU MUITAS HOMENAGENS.





PROFESSORA IONAYRA LIMA



ESPERO QUE VOCÊ TENHA
APRENDIDO SOBRE A ATIVISTA
MARIA ARAGÃO.
SUA TRAJETÓRIA É MUITO
IMPORTANTE PARA A HISTÓRIA
DO MARANHÃO. SUA LUTA NÃO PODE
SER SILENCIADA OU ESQUECIDA.



Notas Explicativas

26

- ✓ **Ditadura Civil-Militar:** O termo Civil é utilizado para designar o apoio de empresários que financiaram e contribuíram de certa forma para a instauração da ditadura;
- ✓ **Maria Aragão e seus filhos:** A médica era mãe de três filhos: Sonia, Sebastião e Simone;
- ✓ **Ativista na Ucrânia:** em 1962 Maria Aragão faz uma viagem para Ucrânia com intuito de aprofundar seus estudos sobre o comunismo;
- ✓ **Maria Aragão e Ivar Saldanha:** Ivar Saldanha Foi presidente da Caixa Econômica Federal no Maranhão, prefeito de São Luís por três vezes, deputado estadual por sete vezes. A médica recebeu homenagem de reconhecimento por seu trabalho da Assembleia Legislativa do Estado pelas mãos de Ivar Saldanha;
- ✓ **Maria Aragão com o médico Jackson Lago:** Médico, político e amigo da líder política. Jackson Lago, ao lado do Instituto Maria Aragão - IMA (1998), propuseram ao arquiteto a criação da Praça Maria Aragão, que faria homenagem à médica;
- ✓ **Gregório Bezerra, a quem Maria Aragão chamava de amigo de ferro e flor:** político, líder comunista e amigo da ativista, Gregório fora perseguido e preso durante o cenário ditatorial assim como Maria Aragão;
- ✓ **Bandeira Tribuzi, seu amigo até na prisão:** O poeta compartilhou da mesma luta que Maria Aragão em tempos de ditadura. Quando a líder política estava presa, Tribuzi escrevia cartas para se comunicar com a líder política.

27

Quer saber mais sobre
a Ditadura Civil-
Militar
através da trajetória política
de Maria Aragão?
Aponte seu celular para o QR CODE!

<http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpb...>



<https://www.edufma.ufma.br/index.ph...>



6. Considerações Finais

A Ditadura Civil-Militar no Maranhão foi real, muitas foram as prisões, perseguições e torturas durante este cenário, isto é, o Estado também foi alvo dos momentos tempestuosos da ditadura. Através da aluna Maria Aragão, das prisões sofridas e resistências impulsionadas por ela percebemos que é possível analisar e conhecer mais sobre a história do Maranhão nesse contexto. Além de possibilitar o conhecimento paratextual dos livros didáticos e utilização de novas fontes historiográficas, ou seja, por meio da arte dos quadrinhos contamos a história da líder política Maria Aragão em momento ditatorial.

Desta forma, o presente material didático objetivou ampliar as possibilidades de ensino da história concernentes aos professores e aprendizagem dos alunos acerca da história do Maranhão. Nesse sentido almejamos o desenvolvimento do ensino e aprendizagem para além dos eixos Rio de Janeiro e São Paulo, com o intuito de combater o esquecimento e silêncios entorno da história local.

Tendo em vista o ofício do historiador e/ou do professor de história, a qual é atender as demandas sociais, a produção de histórias em quadrinhos colabora diretamente na ação didática do contexto escolar, para assim auxiliar os professores nas discussões de temas transversais, ou melhor, temas que não são discutidos nos livros didáticos. Devido aos muitos obstáculos cotidianos no ambiente escolar, os docentes acabam esquecendo que são agentes importantes para a inserção de novas abordagens e didáticas que possibilitem um ensino e uma aprendizagem mais eficiente em sala de aula, por isso, acreditamos que este material contribuirá para novas descobertas referentes a metodologia de ensino e historiografia Maranhense.

Referências

MOREIRA NETO, Euclides. *Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura*. São Luís: Engenho, 2015.

CAEDAS, B. TROPICA. *Hoje, o passado de amanhã. A arquitetura de Oscar Niemeyer em sites históricos brasileiros*. São Paulo, 2014.

TRIBUNA DO POVO, n° 405, São Luís- MA, 1953. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervo digital/>. Acesso em: 02 nov.2016.

TRIBUNA DO POVO, São Luís- MA, 1954. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervo digital/>. Acesso em: 02 nov.2016.

TRIBUNA DO POVO, São Luís- MA, 1955. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervo digital/>. Acesso em: 02 nov.2016.

TRIBUNA DO POVO, São Luís- MA, 1958. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervo digital/>. Acesso em: 02 nov.2016.

MEMÓRIAS MARIA ARAGÃO. *Imagens e documentos*. 2017.



Sobre a autora: Tonayra Pinto Lima Moreira

Tonayra Pinto Lima Moreira é historiadora, professora dos anos finais do ensino fundamental de rede particular em São Luís - MA. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica PPGEEB - UAMA. Especialista em Docência do Ensino Superior e Educação a distância: Gestão e Tutoria pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSEPEVI. Integrante do Grupo de Pesquisa Fundamentos e Metodologias do Ensino de História na Educação Básica (GRUPEHEB/UAMA).

E-mail: tonayralima@hotmail.com

Sobre a orientadora: Antonia da Silva Mota



Possui Licenciatura em História pela Universidade Federal do Maranhão (1990), mestrado (2000) e doutorado (2007) em História pela Universidade Federal de Pernambuco, pós-doutorado NEPO/UNICAMP (2015). Atualmente é professora associada do curso de História da Universidade Federal do Maranhão, coordenadora do Mestrado em Rede PROHISTORIA/UAMA e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Educação Básica/UAMA. Possui experiência na área



de História do Maranhão, História das populações e da Família, com a utilização da Demografia Histórica. Com projeto de pesquisa intitulada Cultura Material, Patrimônio histórico e Ensino, Membro do NEÁFRICA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre a África e o Sul Global (CHPG) e do grupo de pesquisa História & Demografia (CHPG)

E-mail: as.mota@ufma.br



de História do Maranhão, História das populações e da Família, com a utilização da Demografia Histórica. Com projeto de pesquisa intitulado Cultura Material, Patrimônio histórico e Ensino. Membro do NEÁFRICA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre a África e o Sul Global (CNPQ) e do grupo de pesquisa História & Demografia (CNPQ)

E-mail: as.mota@ufma.br





UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO DE ENSINO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, **WILSON DOS SANTOS CHAGAS**, gestor (a) do Centro do Ensino Maria José Aragão, concordo em conceder entrevista para **Ionayra Pinto Lima Moreira**, integrante do GRUPO DE PESQUISA FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA – (GRUPEHEB) Universidade Federal do Maranhão (Campus de São Luís), discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica – UFMA, para a pesquisa intitulada: " **Os silêncios da ditadura Civil-Militar no Maranhão: O ensino da história do Maranhão no Centro de Ensino Maria José Aragão e a produção da história em quadrinhos baseada na trajetória política da Maria Aragão com instrumento didático.**"

Declaro estar ciente de que minha participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.

Declaro, ainda, estar ciente de que por intermédio deste Termo são garantidos a mim os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) ter ampla possibilidade de negar-me a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à minha integridade física, moral e social.

São Luís, 01 de junho de 2023


Wilson dos Santos Chagas
Diretor Geral
Assinatura do entrevistado(a)
CPF: 252.940.823-34